

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O Lugar de Representação dos Processos Sociais na
Teoria Social: Os "Movimentos Sociais" como Objeto
Historiográfico.

Clodoaldo Almeida da Paixão

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para
obtenção do grau de *Mestre*.

Orientador: Prof. Dr. Ubiracy de Souza Braga
Co-Orientador: Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara

CAMPINA GRANDE - PB
Setembro de 1998



- P1421 Paixão, Clodoaldo Almeida da.
O lugar de representação dos processos sociais na teoria social : os "movimentos sociais" como objeto historiográfico / Clodoaldo Almeida da Paixão. - Campina Grande : 1998.
167 f.
- Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1998.
"Orientação : Prof. Dr. Ubiracy de Souza Braga, Prof. Dr. Antônio da Silva Câmara".
Referências.
1. Movimentos Sociais - Historiografia - Década de 70.
2. Produção do Conhecimento - Teoria Social. 3. Representação - Processos Sociais. 4. Dissertação - Sociologia. I. Braga, Ubiracy de Souza. II. Câmara, Antônio da Silva. III. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). IV. Título
- CDU 304(81)"70"(043)

I
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O Lugar de Representação dos Processos Sociais na
Teoria Social: Os "Movimentos Sociais" como Objeto
Historiográfico

Clodoaldo Almeida da Paixão

Banca Examinadora

Dr. Ubiracy de Souza Braga
Orientador

Dra. Lenyra Rique da Silva
Examinadora

Dr. Angel Recio Zayas
Examinador

CAMPINA GRANDE -PB
Setembro de 1998

II

DEDICATÓRIA

A

Maria de Lourdes, mãe e meu *exemplo* de luta e humildade na vida. Você está aqui!

A

Ana Cecília Paixão, filha, que com sua constante perguntinha - "Pai, quando é que terminam as suas aulas?" - expressava a minha *presença--ausente*. Amo-te!

Às *irmãs* Dulciana, Juciara e Jucélia e aos *irmãos* Jorge e Claudemiro que não tendo cursado a universidade contribuíram em alguma medida para esse resultado.

III

AGRADECIMENTOS

À diretoria e equipe do MOC (Movimento de Organização Comunitária) pelo *apoio* e *compreensão* quanto a importância do nosso crescimento profissional.

À

Secretaria de Educação do Estado da Bahia e, em especial, à Direção e colegas do CIEAC (Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand) pelo apoio e reconhecimento.

À

UEFS e, em especial, ao NEF- Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Filosófica e, em especial, a Eliab Barbosa Gomes ex-coordenador e amigo que soube sempre nos mostrar um *horizonte* acadêmico de futuro, estimulando-nos. Meus inesquecíveis agradecimentos!

À

Prof. Lenyra Rique da Silva, *exemplo* de seriedade profissional e *vítima* da tirania da *artrose* burocrática.

Às professoras, pelos exemplos, Ghislaine Duqué (*de dedicação no programa*), Esther Barbosa (*de carinho incondicional*) e Norma Soler (*de 'maternidade' intelectual*).

À

Professora Deolinda Ramalho, atual coordenadora do Mestrado, na esperança de uma gestão com *transparência* administrativa e *efetivamente* democrática.

À

Família Freitas (Vandir, Rodrigo, Mateus, Tiago, Samuel) pelo apoio.

À

Vera (ex-funcionária), Joãozinho, Rinaldo e Verinha, funcionários do Mestrado em Sociologia e *sobreviventes* da *artrose* burocrática.

À

Renato Kilpp, coordenador (exemplo de capacidade administrativa), Nelma e Everaldo, funcionários, do Mestrado em Economia, por me fazerem sentir sempre à vontade aí. Continuem assim!

IV

Às

Funcionárias da Biblioteca Setorial dos Mestrados em Sociologia e em Economia, pela constante *alegría* e *presteza* no atendimento.

À

Cristina Marin e Durval Muniz, Diretora e Vice-Diretor do Centro de Humanidades, exemplos de uma direção *efetivamente* colegiada. Parabéns pela gestão!

À

Capes cujo apoio *material* possibilitou o nosso crescimento *intelectual* e aperfeiçoamento *profissional* no período de março de 1996 a setembro de 1998.

Aos

Ex-professores Márcio Caniello, Esther Barbosa, Eric Durosset, Nelma Baldin, Ubiracy Braga, Lenyra Rique, Josemir Camilo, Jurandir Xavier, Renato Kilpp e Bernd Rabhel, Cláudio Cavalcanti (ex-coordenador do Curso). José Willington Germano, curso de Natal-RN.

Aos

Colegas de *turma* Vandilo, Jomar, Célia, Jussara, Nerize, Rosário, Rilma, Iolanda, Marquinhos-Recife (que infelizmente não pôde nos honrar com a sua experiência) e João Diógene (contemporâneo desse *sonho* e da sua realização!). De *curso*, Emmanuel, Gileaide, Pereira, Charlington, Tereza, Socorro, Jackeline, Francisco Carlos (Chicão) cuja amizade foi sempre marcada por uma *afinidade-identidade* étnica-acadêmica-política,

Aos colegas de *Economia*, Erivaldo (Pneu), Gildásio Jr., Joufre Kouri, Flávio, Eurípedes e Ricardo [pela solidariedade de "*estrangeiros*", como eu] e Olga Lúcia minha fiel *escudeira* e exemplo de amizade e (IN)COERÊNCIA.

Aos colegas na cidade

Fátima, Carla e Mariana, Matheus Henrique, Tonico, Azenê, Mariá e Carolina, Alba, Fagundes e Gabriel; Nivaldo, Rui e Edlusa (portelanos!), Gildarte, Álvaro e Vânia, Iara e Tamara Rodrigues, Leila, Israel, Ivete, Boliva (gaúcho) e Natália. Aos colegas da *graduação* Artuh Pessoa, Paulo Neto, Lourdinha, Luciene, Gamela, Socorinha, Adeilson e outros. Da *xerox* Genílson e Genilda.

V

Aos

AMIGOS da *Bahia* que sempre torceram e acreditaram na gente [você em mim e Eu em vocês!]. Valeu mesmo! Coelho e Antônio, Célia Santana,

Joaquim Neto e Branca, Chico Melo, Tina Pina, André Uzêda e Leomárcia, Marialvo, Marluce e Dalva, Nacelice e Valter, Gerônimo, Ana Maria, Julival, Sônia, Idaci, Cristina e Nilda, José Luiz e Marcos Antônio, dentre outros.

Agradecimento Especial

À

Ubiracy de Souza Braga, meu (*des*)orientador, pela *confiança* acadêmica, pela *presteza* no trabalho de orientação, pelo *rigor* intelectual, mas, sobretudo, pelo exemplo de *vocação* acadêmica na docência e na pesquisa.

VI

Coração

Coração abre essa porta
E pouco importa se é pra sofrer
Deixa entrar a vida
Vale mais é viver

Vale mais o trem das cores
Que uma existência pode perceber
Vale nada porta fechada
Melhor morrer

Melhor a emoção de tudo
Que acontece envolta da gente
Melhor chorar saborosamente por que viver

Coração não tenha medo
Pela porta aberta vai entrar a vida
Com tudo que ela tem direito e você também

Luiz Gonzaga Júnior (Gonzaguinha)

VII

"Quem quer pensar deve aprender"

Arcângelo R. Buzzi.

"Se o teu destino é pensar então venera esse destino como se venera um deus e sacrifica-lhe o que de melhor tiveres e o que mais amares"

Friedrich Nietzsche

"Todo homem que for dotado de espírito filosófico há de ter o pressentimento de que, a trás da realidade em que existimos e vivemos, se esconde outra muito diferente e que, por consequência, a primeira não passa de uma aparição da segunda"

Friedrich Nietzsche

"Deve-se convencer a muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito fatigante com um tirocínio particular próprio, não só muscular-nervoso mas intelectual: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento"

Antonio Gramsci.

VIII

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever e explicar o lugar de *representação* dos processos sociais na teoria social, tomando os “movimentos sociais” enquanto objeto historiográfico. Analisamos as teorias dos processos sociais brasileiro denominadas de “movimentos sociais” que orientam hegemonicamente as análises acerca da dinâmica social.

Isso porque há neste lugar de representação de conhecimento sobre os processos sociais no Brasil uma constante *(in)definição* conceptual. E, no que estudamos, trata-se de uma perspectiva teórica que emerge a partir da década de 1970, estabelecendo uma quase ruptura com o paradigma analítico até então dominante. No que sabemos, no entanto, há na sua trajetória teórica, um permanente dilema, do ponto de vista epistemológico, do que sejam “movimentos sociais”.

Nosso suposto de trabalho considera, portanto, que a constante *(in)definição* conceptual presente nas análises dos processos sociais brasileiro, constituiu-se num dilema teórico-metodológico decorrentes da *transgressão* entre o que denominamos analiticamente de *plano de análise e plano de realidade*. E, embora o problema tenha sido apontado por *diversos* teóricos dos “movimentos sociais”, nenhum colocou de fato a questão de um *parti pris* exclusivamente da análise teórica. Sendo assim, isso explica a permanência ainda nos dias de hoje de tal *(in)definição*.

IX

RESUMÉ

Ce travail a pour objectif de décrire et expliquer comment la notion de *représentation* des processus sociaux est posée dans la théorie sociale, en prenant les "mouvements sociaux" comme objet d'analyse. On étudie les théories des processus sociaux brésiliens dénommés "mouvements sociaux" qui orientent hégémoniquement les analyses de la dynamique sociale.

Ceci parce que, dans cet espace de présentation de connaissance sur les processus sociaux au Brésil, il y a une constante (in)définition conceptuelle. Et, selon ce que nous avons étudié, il s'agit d'une perspective théorique qui émerge à partir des années 1970 et qui établit une quasi rupture avec le paradigme analytique prédominant jusqu'alors. Selon ce que nous savons, cependant, il y a, dans sa trajectoire théorique, un dilemme épistémologique permanent sur ce que seraient les "mouvements sociaux".

Notre hypothèse de travail considère que la constante (in)définition conceptuelle présente dans les analyses des processus sociaux brésiliens s'est constituée en un dilemme théorico-méthodologique dérivant de la *transgression* entre ce que nous appelons analytiquement *plan d'analyse* et *plan de réalité*. Et, bien que le problème ait été montré par divers théoriciens des "mouvements sociaux", aucun n'a posé de fait exclusivement la question d'un *parti-pris* de l'analyse théorique. Ainsi donc, ceci explique la permanence jusqu'aujourd'hui d'une telle (in)définition.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1.0. A PRODUÇÃO DO DISCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: ELEMENTOS DE UMA PROBLEMÁTICA	4
1.1. Introdução	4
1.2. A Propósito da Distinção dos Planos de Análise e do Plano de Realidade	7
A Produção de Conhecimento sobre os Chamados "Movimentos Sociais" :	
A Busca da (In)Definição	25
1.4. Os "Movimentos Sociais" como Objeto Historiográfico	41
CAPÍTULO II	
2.0. A INCIDÊNCIA (OU RETICÊNCIA) DA ANÁLISE TEÓRICA DOS CHAMADOS "MOVIMENTOS SOCIAIS"	53
2.1. Introdução	53
2.2. As Concepções Dominantes sobre "Movimentos Sociais" no Brasil.	56
2.3. O Escopo Dominante sobre "Movimentos Sociais," no Brasil	78
2.4. Os Efeitos Sociais nas Teorias dos "Movimentos Sociais" no Brasil	100
CAPÍTULO III	
3.0. A INCIDÊNCIA (OU RETICÊNCIA) DA ANÁLISE METODOLÓGICA DOS CHAMADOS "MOVIMENTOS SOCIAIS"	111
3.1. Introdução	111
3.2. Método e Metodologia no Conhecimento sobre "Movimentos Sociais" no Brasil	113
3.3. "Movimentos Sociais" : Definição de uma Teoria de Campo ou Definição de um Campo Teórico?	131
3.4. Algumas Considerações Finais	153
BIBLIOGRAFIA	157

APRESENTAÇÃO

O trabalho que ora apresentamos trata de um tema de pesquisa relativamente novo nas ciências sociais em que o discurso teórico aqui produzido tem como *escopo* outros tantos discursos teóricos já produzidos. É, portanto, da produção de conhecimento que trata essa dissertação.

Por se constituir numa perspectiva de abordagem pouco comum, salvo honrosas exceções, é claro, essa experiência é ainda, por assim dizer, um primeiro esforço analítico que decerto tem como maior contribuição corroborar um ponto de vista sociológico segundo o qual “se as hipóteses e alguns resultados de pesquisa aqui apresentados contribuíram para colocar dois ou três problemas relacionados” com uma teoria dos processos sociais denominados de “movimentos sociais”, este trabalho terá, acreditamos, atingido seu objetivo.

Desse modo, acabamos por apontar mais questões do que resolvê-las. Pretendemos tão-somente dar alguma contribuição crítica para o esclarecimento do estudo sobre os processos sociais no Brasil. Daí porque a questão tópica primacial que formulamos diz respeito à *prática teórica* enquanto *instância* autônoma da construção da realidade (teórica).

Dito isto, cabe a partir de então indicar de forma sintética, do que trata cada capítulo. Para tanto, a sua estrutura procura manter-se numa tradição de abordagem em que a produção do discurso teórico-metodológico tem lugar no primeiro capítulo, buscando apresentar a proposição da problemática teórica. Tratamos, portanto, da distinção entre o *planos de análise* e o *plano de realidade*, destacando desde logo o primeiro enquanto instância própria de abordar um objeto de conhecimento teórico. Aí ainda discutimos as diversas concepções que orientam as análises dos “movimentos sociais” no Brasil, tentando demonstrar estarem fundamentadas em aspectos observáveis na

realidade imediata. Por fim, procuramos demonstrar como os “movimentos sociais” emergem como objeto de estudo para as ciências sociais brasileira, ganhando, a partir da década de 1970, notoriedade analítica. Essas questões, no entanto, estão melhor esclarecidas no próximo capítulo.

No segundo capítulo estudamos com exclusividade a incidência (ou reticência) da análise teórica nos chamados “movimentos sociais”. Assim discutimos primeiramente as concepções teóricas dominantes que foram pioneiros em tratar a temática. Nesse sentido, mereceu destaque a discussão, grosso modo, dos fundamentos analíticos das correntes teóricas francesa e espanhola que em muito influenciaram os estudiosos brasileiros. Em seguida, abordamos o *escopo* de análise dominante no Brasil. Assim, mereceu destaque a importância do contexto sócio-político enquanto determinante de uma concepção de “mudança social” centrada na cidade ou nos “novos movimentos sociais” como principal sujeito da transformação social. Acabamos por finalizar o capítulo tratando dos efeitos sociais nas teorias dos “movimentos sociais” a partir da noção distinta de objeto-de-conhecimento próprio à ciência social contraposto à noção hegemônica de “objeto” bastante presente em alguns teóricos.

Já no terceiro capítulo discutimos a incidência (ou reticência) da análise metodológica nos chamados “movimentos sociais”. Tratamos, pois, apenas do problema da relação entre *teoria, método e metodologia* na produção de conhecimento e de como esta questão está presente na *prática teórica* da maioria dos estudiosos. Destacando o papel da teoria enquanto aporte fundamental em que se inscreve uma problemática de análise, buscando ainda distinguir as noções de método e metodologia, mas indicando a ênfase que normalmente é dada à segunda. Posteriormente, colocamos o problema do ponto de partida na produção de conhecimento, em que merece destaque a concepção hegemônica no Brasil, mas não só, pelo que provisoriamente denominamos de definição

por uma *"teoria de campo"* em contraposição à definição por um *"campo teórico"*. E finalizando corroboramos algumas considerações finais.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO DO DISCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO:
ELEMENTOS DE UMA PROBLEMÁTICA.

“Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos”.

Karl Marx.

1.1. Introdução

Estudamos as teorias dos processos sociais brasileiro denominadas de “movimentos sociais” que orientam hegemonicamente as análises acerca da dinâmica social e cujo fundamento epistemológico tem se revelado *(in)capaz*, de um lado, de explicar de forma satisfatória os processos sociais ocorridos a partir da década de 1970, e, de outro, de constituir-se num referencial capaz de subsidiar teórico-metodologicamente estudos das práticas sociais.

E, para tanto, partimos da *premissa* que no Brasil o processo de formação das ciências sociais são profundamente marcados, de um lado, pela forte influência positivista - consciente ou inconscientemente - que entende como *status* científico todo conhecimento que tenha por base um objeto empírico “concreto” ou, dito de outra forma, que tenha nas *evidências* os seus fundamentos epistemológicos primaciais[*e isso sem*

falar na cultura dos dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos]. De outro, pela relação entre conhecimento e ideologia ou ideologia e conhecimento, em que a *inversão* deseja expressar a primazia da política determinando a produção de conhecimento sobre a realidade social brasileira, e poderíamos até dizer, quase sem qualquer margem de erro, da realidade social latino-americana.¹

Do nosso ponto de vista, esses fatores conjugados têm contribuído para que tenhamos uma produção de conhecimento acerca da realidade social brasileira (in)capaz de explicar - a partir de um *parti pris* estritamente teórico - os processos sociais e, mais especificamente, os denominados "movimentos sociais". E, segundo José de Souza Martins, a tese explicativa para essa inferioridade teórica deve-se ao fato do "nosso" "colonialismo intelectual"².

Disso resulta que - na história brasileira da construção da 'realidade' como prática da teoria - há um problema de natureza teórica³. Há, de fato, uma transgressão entre o plano de análise e o plano de realidade. É, portanto, a respeito da distinção desses planos que trata o tópico primeiro.

Aí tratamos - por assim dizer - da especificidade do conhecimento científico enquanto conhecimento da realidade e o que caracteriza o discurso teórico enquanto uma das tantas formas de representação da realidade. A forma como está formulado o problema teoricamente, no entanto, pode conduzir a dois equívocos fundamentais: de um lado, pensar que estamos resgatando uma histórica discussão acerca da neutralidade científica, o que aliás seria contraditório com a nossa premissa teórica.

¹ Cf. Octavio Ianni. **Sociologia da Sociologia: O Pensamento Sociológico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989;p239.

² Cf. José de Souza Martins. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993;p.179.

Que fique claro, já de início, que não estamos defendendo a tese da “neutralidade científica”, mas sim, estabelecendo a autonomia entre teoria e realidade, e simultaneamente, tratando do que consiste essa relação. E menos ainda pensar que estamos recolocando simplesmente a contraposição racionalistas e empiricistas. Posto que não tratamos, pois, da negação da pesquisa empírica, nem tampouco defendemos a forma especulativa de conhecimento, porém da questão que a envolve.

Tratamos, assim, das diversas concepções que orientam as análises dos movimentos sociais no Brasil, procurando - aí - demonstrar como tais concepções variam aqui e acolá, e, embora haja uma vasta produção de conhecimento a esse respeito, todas estão caracterizadas por se fundamentarem nos aspectos observáveis na realidade imediata. E, embora um dos autores [Chazel] tenha destacado a “ausência” de uma *delimitação* tanto empírica quanto analítica sobre o que são/sejam “movimentos sociais”, a permanente dificuldade de (in)definição decorre daí. Quer dizer, o mesmo indica que há uma saída, mas o impasse epistemológico continua...

No entanto, a crítica ao paradigma analítico vigente, é o que há de comum nessa produção, daí porque “surpreende também o quanto esta dupla crítica aos paradigmas do conhecimento e da representação da vida social escapou do seu lugar tradicional de enunciação, como debate epistemológico, para ser formulado de dentro da cultura contemporânea e de sua crise”.⁴ Isto é, uma vez que o debate se deu fora do seu lugar tradicional de enunciação, é de se esperar a busca da (in)definição presente ainda nos dias de hoje. O tópico, portanto, busca demonstrar que tem havido uma constante *(in)definição*, a partir da premissa de que

³ Essa questão já foi objeto de Tese de Livre-Docência em José Augusto Guilhon Albuquerque. *Instituição e Poder. A Análise concreta das relações de poder nas instituições*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁴ Cf. Maria Celia Paoli. “*As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero*”. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, Nº31, Outubro-1991;p.108.

enquanto a questão não se colocar de um ponto de vista epistemológico, permanecerá o problema, ou, como diria Hegel, que “o problema da história é a história do problema”.

A partir da década de 1970 emerge um “novo” objeto de estudo para as ciências sociais brasileira: os “movimentos sociais”. Essa perspectiva analítica ganhou notoriedade teórica a ponto de haver um número razoável de conhecimento produzido desde então. É o que, adiante, iremos discutir, ou seja, tratamos da representatividade dos “movimentos sociais”, do ponto de vista historiográfico, apontando, ainda, as razões que fizeram com que uma nova abordagem explicativa [centrada nas análises das “ações coletivas”, “policlassistas”, microestruturais] viesse a estabelecer uma quase ruptura com o paradigma analítico anterior [centrado nas análises das classes sociais, em questões macroestruturais].

1.2. A Propósito da Distinção dos Planos de Análise e do Plano de Realidade.

“A arte de operar com os conceitos não é algo inato ou dado na consciência comum, mas é um trabalho técnico do pensamento, que tem uma longa história, tanto quanto a investigação experimental das ciências naturais”.

Friedrich Engels.

A produção de conhecimento sobre a realidade social, enquanto resultado da atividade teórica, exige alguns pressupostos fundamentais para que não haja *transgressão* entre os planos de análise e o plano de realidade. Com isso queremos dizer que o *discurso teórico*, enquanto forma específica de conhecimento da realidade, deve se caracterizar pelo

corte estabelecido entre os conhecimentos, de um lado, do *senso comum* (matizado pelas categorias da prática e, portanto, político-ideológicas) , e, de outro, pelo *conhecimento teórico* (matizado pela construção conceptual) acerca da realidade. Assim, nos distanciamos da noção já generalizada, há certa altura, tomada como “ruptura” entre um plano e outro. Corte utilizado por Guilhon Albuquerque tem este carácter explicativo.

Nesse sentido, o primeiro pressuposto à construção da realidade como prática da teoria é quanto à *terminologia* do discurso teórico. E com efeito, essa necessidade coloca a exigência de recorrer muitas vezes às palavras da linguagem comum ou, às vezes, até, às expressões compostas, construídas com palavras da linguagem comum, mas que funciona *imperativamente* de maneira diferente do que na linguagem cotidiana.

Foi Althusser, por exemplo, quem destacou de forma bastante precisa a dificuldade enfrentada pelo discurso teórico. No seu modo de entender,

“Na linguagem teórica, as palavras e expressões funcionam como conceitos teóricos. Isto implica muito precisamente que o sentido das palavras está nele fixado, não pelo seu uso corrente, mas sim pelas relações existentes entre os conceitos teóricos no interior do seu sistema”.⁵

E são as relações atribuídas às palavras, transformadas que foram em conceitos, o seu significado teórico. Assim,

“A dificuldade própria da terminologia teórica consiste pois em que, por detrás do significado usual da palavra, é sempre preciso discernir o seu significado conceptual, que é sempre diferente do significado usual”, isso significa, de fato, que “(...)Quando uma terminologia teórica é boa, isto é,

⁵ Cf. Louis Althusser. ***Sobre o Trabalho Teórico***. Lisboa: Editora Presença, 1967;p.12.

bem determinada e bem referenciável, ela assume a função precisa de impedir as confusões entre o significado usual das palavras e o significado teórico(conceptual) das mesmas palavras.(...)É a sua conjunção particular que produz um significado novo, definido, que é o conceito teórico. Não pode haver discurso teórico sem a produção destas expressões específicas, que designam conceitos teóricos”.⁶

Ipsa facto, o *suporte* do discurso teórico não está nem na realidade concreta nem nas palavras mas na *conexão* conceptual e como tal isso é resultado da *prática teórica* ou, dito de outra forma, do processo da produção de conhecimento enquanto prática específica de um sujeito histórico-social específico.

Tal foi, por exemplo, a consciência teórica de Marx, esclarecido por Engels, ao empreender um estudo acerca das relações económicas da sociedade moderna. E o seu caso nos interessa em particular por revelar a questão central de que tratamos aqui, isto é, da *distinção* entre os planos de análise e o de realidade. Isso por destacar de forma bastante clara a insuficiência das *categorias da prática* enquanto especificidade do discurso teórico. Sendo assim, foi bastante enfático ao assinalar que

“uma dificuldade persiste, no entanto, e dela não podemos poupar o leitor: o emprego de certas expressões [*conceitos*] em sentido diferente não só do uso na linguagem cotidiana [*categorias da prática*], mas também na Economia Política usual. Isso era, porém, inevitável. Cada concepção nova de uma ciência implica uma revolução nos termos técnicos dessa ciência(...)A Economia Política geralmente tem-se contentado em tomar, tal como se encontram, as expressões [*categorias da prática*] da vida comercial e industrial e operar com elas sem se dar em absoluto conta de que ela, com isso, se restringe ao círculo estreito das idéias que essas palavras exprimem”.⁷

⁶ Idem;pp.12-13-14.

⁷ Karl Marx. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural,1985; p.32.

E nesse caso, gostaríamos de acentuar, trata-se de tipo de obstáculo epistemológico⁸ que se encontra presente não só numa nova prática teórica mas que se encontra contido no resultado da prática teórica pretérita. “Descrever ou explicar parcimoniosamente continua sendo descrever ou explicar com conceitos sociológicos”⁹, diz-nos, assim, Jean Claude-Passeron

Mas não pára aí, pois, outra ordem de dificuldade mais profunda é do âmbito da *natureza teórica* do discurso científico. Isso porque um discurso teórico é - na sua significação mais geral, por assim dizer - um discurso que tem por efeito o *conhecimento* concreto de um objeto real, concreto. No entanto, *de onde partir?* É aqui que reside toda ordem do problema da construção da realidade como prática teórica e que tem causado grandes problemas nas análises dos processos sociais no Brasil e, mais especificamente, dos denominados “movimentos sociais”.

Num dos textos de melhor *crítica metodológica* acerca do modo da produção de conhecimento sobre a realidade social Marx aponta os *perigos* geralmente encontrados do ponto de partida teórico e que alimenta a polêmica entre empiristas [colocarem todo assento da produção nos fatos/dados] e racionalistas [colocarem todo assento na razão independente do objeto]. Ou seja, conforme podemos verificar, o seu ponto de partida -ao contrário de algumas interpretações equivocadas, para quem deve-se partir da realidade concreta - é da teoria, ou, como diz

⁸ Cf. Gaston Bachelard. *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro:Contraponto,1996;pp.7-28. “Chega o momento em que o espírito prefere o que confirma seu saber àquilo que o contradiz, em que gosta mais de respostas do que de perguntas. O instinto conservativo passa então a dominar, e cessa o crescimento espiritual”,p19. Essa questão está sempre posta pelos grandes pensadores. Trata-se da consciência da natureza inventiva-criadora como imanente à prática teórica. Daí Marx, Gramsci, Althusser, Bachelard e Guilhaon terem acentuado tal atividade como bastante difícil, guardadas as proporções.

"Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do acto social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. (...) Este segundo método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. (...) enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de apropriar do concreto, de reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto".¹⁰

Numa palavra, isso significa que a tarefa teórica de conhecer a realidade consiste em (des)conhecer a realidade. Com efeito, sabemos que a realidade concreta é um todo articulado-desarticulado ou um todo caótico, enquanto que a realidade pensada ou conhecimento da realidade social é necessariamente uma totalidade articulada resultado de todo um processo da produção de conhecimento, ou, ainda,

"...a totalidade concreta enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber [prática teórica]; ele não é pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. O todo, na

⁹ Cf. Jean Claude-Passeron. *O raciocínio sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995;p.59.

¹⁰ Cf. Karl Marx. *Contribuição Para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Edições Mandacaru, 1977;pp.228-229.

forma em que aparece no espírito como todo-de-pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma actividade meramente especulativa, meramente teórica. Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro".¹¹

Duas observações, no entanto, são necessárias a partir do que foi exposto. De um lado, acentuar a *especificidade* do discurso teórico enquanto forma de compreender o mundo em relação às diversas formas ou possibilidades. Do outro lado, a afirmação da *simultaneidade* da sua independência ou autonomia em relação à realidade, mas, ao mesmo tempo, o seu vínculo. Ou melhor, ao analisar a realidade social, é preciso renunciar a encará-la na complexidade em que nos é dada à primeira vista, pois analisar¹² é um processo que implica fracionar um objeto(de análise) em suas partes constitutivas. Essa questão foi objeto de análise na tese de Livre Docência de Guilhaon, porque para o autor "a primeira dificuldade que se encontra na maioria esmagadora das análises e teorias sócio-políticas reside em que o trabalho de produção do objeto-de-pensamento-totalidade-concreta permanece implícito no processo de denominá-lo".¹³ Essa questão tem a ver, do nosso ponto de vista, de

¹¹ Idem, p.230.

¹² Cf. José A Guilhaon Albuquerque. *Instituição e Poder...* Op. Cit. p.3. Ver, ainda, Edgar Morin, *As Grandes Questões do Nosso Tempo*. Lisboa:Editorial Notícias, 1994;pp.96-99; Ver Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1986;p.113.

¹³ Cf. José A Guilhaon Albuquerque. *Instituição...* Op.Cit.p.23.

fato, com o (des)conhecimento acerca da *distinção* entre objeto de análise ou de pensamento, como quer o autor, e não-objeto de análise.

Mas esse problema da produção de conhecimento não pára por aí e, todo o esforço desenvolvido nesse sentido parece não dar em nada, ou, no dizer de Guilhaon, no que concordamos,

“A crítica das dificuldades encontradas no decorrer desse debate só serve para limpar o terreno e, no final das contas, colocar o problema. O problema, tal como resulta dessa crítica, é de dupla natureza: por um lado, a questão da distinção entre teoria e realidade e, por outro, a questão da tripartição estrutural da análise e da autonomia de cada uma das instâncias. Observar-se-á que, situando a questão da autonomia das instâncias no mesmo lado que o da questão da estrutura tripartida, o problema está resolvido em grande parte. Já que nenhuma confusão é mais possível entre o pensamento e o real. Não é na realidade que vamos procurar a prova da autonomia das estruturas(teóricas) mas na estruturação da teoria, que autoriza análises autônomas (...) Basta olhar o esquema para se dar conta de que nele não há lugar para instituições concretas. Pois tudo no quadro é princípio, nível, plano de análise. É verdade que se encontra nele instâncias que são contudo lugares de análise de práticas autônomas; estruturas, que são planos de análises de práticas articuladas entre si; formações, que são planos de análises de estruturas de práticas articuladas entre si. Mas as instituições concretas não são nem aparelhos, nem práticas, nem muito menos possuem um lugar designado numa instância. Não mais do que os indivíduos, não constituem suportes de coisa nenhuma, são apenas referente da análise”.¹⁴

Assim, cabe reter a questão da *tripartição estrutural* da análise, isto é, que a realidade social se divide, somente para efeito de análise, em política, econômica e ideológica, mas não necessariamente nessa ordem. O que implica dizer que só se pode falar na determinação de

¹⁴ Idem.p.9.

efeitos políticos, econômicos ou ideológico num determinado nível de análise (os lugares da análise das práticas segundo seus efeitos específicos, ou seja, que somente colocando a análise apenas no nível tal é que se está autorizado a dizer que tais práticas têm efeitos tais específicos e autônomos).

Essa seria, ao nosso modo de ver, ao que parece, a razão da crítica assaz rigorosa presente na reflexão acerca das metodologias e práticas da pesquisa em ciências sociais formuladas por Bruyne, Herman e Schoutheete. Quer dizer, segundo esses autores

“o conjunto da ‘tradição teórica’ das disciplinas das ciências do homem ainda tem ligações orgânicas com o campo doxológico, na medida em que sua prática apenas inicia a ruptura com a linguagem comum. Prova disto é o diálogo constante dessas ciências com as preocupações pragmáticas e ideológicas correntes, diálogo (e este é o sinal de uma falta de ruptura) que se desenrola numa mesma linguagem : é uma ‘consequência inesperada’ da vulgarização das pesquisas em ciências sociais. Ora, o diálogo, ou melhor, a interação deveria se instaurar a partir de dois tipos de linguagens diferentes, cada um com sua especificidade, sem se tornar um simples jogo de espelhos”.¹⁵

No caso da produção de conhecimento sobre os “movimentos sociais” no Brasil isso está expresso na linguagem ideológica bastante presente e que acaba por substituir conceitos.

Há, ainda, no entanto, outro aspecto fundamental a ser destacado numa discussão acerca do modo da produção de conhecimento, trata-se da *historicidade* das categorias de análises e dos seus objetos.¹⁶ A

¹⁵ Cf. Paul de Bruyne *et all.* ***Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais***. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991;p.33.

¹⁶ Cf. Caio Prado Júnior. ***A Revolução Brasileira***. São Paulo: Brasiliense, 1987. Aí o autor discute de forma crítica os equívocos analíticos cometidos no processo de caracterização teórica da realidade sócio-econômica-política brasileira.

capacidade de representatividade de determinada categoria analítica tem a ver com a existência concreta do objeto da análise. Talvez seja por isso que tanto Marx quanto Foucault¹⁷ tenham feito questão de acentuar essa relação (teoria/realidade), mas, simultaneamente, sua independência.

Essa questão mereceu, por parte de Marx, uma atenção especial. E isso talvez explique porque tenha chamado atenção ao dizer que

“Do mesmo modo que em toda a ciência histórica ou social em geral, é preciso nunca esquecer, a propósito da evolução das categorias econômicas, que o objecto, neste caso a sociedade burguesa moderna, é dado, tanto na realidade como no cérebro; não esquecer que as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas, muitas vezes, simples aspectos particulares desta sociedade determinada, deste objecto, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma começa existir, inclusive do ponto de vista científico, somente a partir do momento em que ela está em questão como tal”.¹⁸

Mas só passa a ser percebida enquanto tal assim que acede teoricamente ao pensamento. Do contrário, só aparece enquanto questão ideológica, e, portanto, fragmentada. Isto é, há uma correspondente necessidade de relação-autonomia entre o real (não-objeto de análise) e o real pensado (objeto da análise) e, portanto, concreto, pois a realidade

¹⁷ Cf. Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995; p.5-13. É interessante notar, no entanto, que para Gramsci, a ciência é uma forma “particular” de ideologia. Tem o seu nascimento determinado histórico-socialmente e o seu discurso produz efeitos histórico-sociais. Assim, diz ele, “Se as verdades científicas fôssem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para a felicidade da ciência. Mas se nem mesmo as verdades científicas são definitivas e peremptórias, também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução.(...)Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia”, Cf. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização, 1991; pp.70-71.

¹⁸ Cf. Karl Marx. *Contribuição Para Crítica...* Op. Cit., p.235.

concreta , por assim dizer, proporciona a concreticidade da teoria e, simultaneamente, a teoria enquanto realidade pensada, proporciona a subjetividade da realidade concreta.

É, portanto, necessário perceber que na mente os conceitos são contraditórios e que na ordem real eles estão voltados para uma unidade profunda e, é na relação entre pensamento e discurso que o ato de teorizar se apresenta mais amplo e mais complexo. "...Ora, a solução deste [aparente] conflito, real *versus* ideal, e concreto *versus* abstrato, mostra-se justamente no encontro, entre o real e o racional, entre a teoria e a prática, numa unidade não fechada mas aberta e dinâmica".¹⁹

Há de fato, na história da produção de conhecimento, duas formas específicas de discursos teóricos. De um lado, a análise estritamente teórica, em que os conceitos meramente teóricos (tratam de objetos-formais) e, de outro, os chamados conceitos empíricos(referem-se a objeto-concretos). A distinção aqui buscada tem importância teórico-metodológico, do ponto de vista do horizonte epistemológico, vez que o *estritamente teórico* oferece as categorias-ferramentas que possibilitam pensar um objeto concreto em qualquer contexto histórico.

No tocante aos *conceitos empíricos*, trata-se de objeto especificamente contextualizado, ou seja, refere-se a uma determinada realidade de análise. Assim, posto tudo isso, queremos dizer que todo o conhecimento, todo o discursos teórico, tem por fim último o conhecimento de objetos reais, concretos, singulares. Pois, parece ainda capital - daí todo nosso esforço! - insistir sobre a especificidade do objeto científico, construído, em relação com os outros objetos do saber; o objeto de ciência é um sistema de relações construídas expressa e

¹⁹ Otávio Pereira. *O que é Teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1995; pp.23-24. Itálico nosso.

explicitamente, ele se opõe ao objeto pré-construído pela percepção, com o qual lhe é necessário romper continuamente.²⁰

“No entanto, [diz Althusser] e é este o ponto decisivo, sabemos que o conhecimento destes objectos concretos, reais, singulares, não é um dado imediato, nem uma simples abstracção, nem a aplicação de conceitos gerais a dados particulares. Estas são as posições do empirismo e do idealismo. O conhecimento destes objectos reais, concretos, singulares, é o resultado de todo um processo de produção de conhecimento, cujo resultado é aquilo a que Marx chama ‘a síntese de uma multiplicidade de determinações’, sendo esta síntese o ‘conhecimento concreto’ de um objecto concreto”.²¹

Mas é exatamente aqui que se coloca a questão fundamental da *prática teórica*: em que consiste realizar a síntese como resultado de todo um processo da produção de conhecimento, como vimos aludindo, até aqui e que é o nosso problema fundamental? Ou, formulando de outra forma, como operar a combinação-conjunção necessária e exata de dois tipos de conhecimentos, que já anteriormente denominamos de conceitos teóricos(em sentido estrito) e conceitos empíricos?

Há, em Althusser, de forma bastante clara, a dimensão da singularidade que caracteriza a prática teórica [o que está colocado enquanto prática teórica], a prática teórica que geralmente ocorre com tais práticas e o que não se deve fazer mas que é lugar-comum se fazer. Diz Althusser,

“Uma pesquisa e uma observação, em suma, uma experiência, não fornecem pois, inicialmente, mais do que materiais que depois são transformados em

²⁰ Cf. Paul de Bruyne *et all.* Op. Cit.,pp.51-53. “O objeto de conhecimento construído é uma tradução específica, conceitual, do real, é um objeto que responde a leis de composição autônomas, construído por métodos explícitos. É um sistema simbólico que difere, em Natureza, do objeto real e, em complexidade, do objeto percebido”.

²¹ Cf. Louis Althusser. Op. Cit.,pp.16-17.

matéria-prima de um trabalho ulterior de transformação que finalmente vai produzir os conceitos empíricos. Com a expressão conceitos empíricos temos em vista não o material inicial, mas o resultado das suas elaboração sucessivas; temos pois em vista o resultado de um processo de conhecimento, ele próprio complexo, em que o material inicial, e depois a matéria-prima obtida são transformados em conceitos empíricos pela intervenção de conceitos teóricos, que directamente, quer presentes e aplicados nesta elaboração sob a forma de montagens experimentais, regras de método, regras de crítica e de interpretação, etc. A relação dos conceitos teóricos com os conceitos empíricos não é pois, em caso algum, uma relação de exterioridade(os conceitos teóricos não são 'reduzidos' aos dados empíricos), nem uma relação de dedução(os conceitos empíricos não são deduzidos dos conceitos teóricos), nem uma relação de inclusão(os conceitos empíricos não são a particularidade complementar da generalidade de conceitos teóricos, como casos particulares) destes".²²

Mas se a distinção anterior trata do modo de como operar a produção, cabe, ainda, tratar da distinção fundamental a ser feita sobre os *objetos possíveis* de um discurso teórico. E, para isso, recorreremos mais uma vez a Althusser pela sua forma transparente de tratar tal problema.

"(...)Por agora, estas precisões basta-nos para introduzir uma distinção importante entre os objetos possíveis de um discurso teórico. Se conservamos a distinção que acabamos de operar entre os objectos abstratos-formais e os objectos concretos reais, podemos dizer que um discurso teórico pode, consoante o seu nível, referir-se quer a objectos abstractos e formais, quer a objectos concretos e reais. (...) Se todos os discursos que produzem o conhecimento de um objeto podem ser ditos, em geral, teóricos, precisamos portanto de fazer uma

²² Idem. p.22-28.

distinção referentes a objectos reais-concretos por um lado, e os discursos referente a objectos formais-abstractos por outro. Convirá chamar discursos teóricos, ou teoria, em sentido estrito, aos discursos referentes a objectos formais-abstractos. Esta distinção é necessária: por um lado, os primeiros discursos (concretos) supõe a existência dos segundos (abstractos) e por outro lado, o alcance dos segundos discursos (abstractos) ultrapassa infinitamente o objecto dos primeiros".²³

Vejamos, por exemplo, como Marx acentua tal distinção, referindo-se à categoria trabalho:

"Este exemplo do trabalho mostra com toda a evidência que as categorias mais abstractas, ainda que válidas - precisamente por causa da sua natureza abstracta - para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta mesma abstractão, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas".²⁴

Aqui está, ainda, a chave explicativa, numa discussão mais de fundo, quanto à questão da "insuficiência" de um instrumental teórico-metodológico, que nos dias de hoje, ficou conhecido como "crise de paradigma"²⁵. Mas que, na verdade, expressa um processo de

²³ Ibidem.pp.22-28. O melhor exemplo contemporâneo, do ângulo de uma concepção diversa do marxismo, para entender essa questão, está em Gilbert Durand. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Aí o objeto de análise é abstrato e formal. Trata-se, por assim dizer, de um discurso teórico em sentido estrito. É isso, portanto, que faz com que haja vários "grupos de estudos" no Brasil pensando o objeto concreto "imaginário".

²⁴ Cf. Karl Marx. *Contribuição Para Crítica da Economia Política*. Op.Cit.,p.223. Ver, ainda, Louis Althusser. Op. Cit., p.16-23.

²⁵ Tal noção foi cunhada por Thomas S. Kun. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

burocratização²⁶ da atividade teórica , que ao institucionalizar os fundamentos do conhecimento, impede qualquer possibilidade de criatividade²⁷ e, naquilo que é um problema do cientista, atribui-se à teoria. É nesse sentido que Gramsci define muito bem em que consiste a crise de paradigma, isto é, “A crise da idéia de progresso, portanto, não é uma crise da idéia em si, mas uma crise dos portadores dessa idéia, os quais se tornaram, eles mesmos, uma ‘natureza’ que deve ser dominada. Os ataques à idéia de progresso, nesta situação, são muito interessados e tendenciosos”.²⁸

Ora, retornemos à questão central que vem sendo tratada aqui, ou seja, sobre os pressupostos à produção de conhecimento sobre realidade como resultado da prática teórica. E, nesse sentido, outro pressuposto fundamental à produção de conhecimento sobre a realidade diz respeito à capacidade do cientista social formular problemas. Trata-se, na verdade, da questão a ser problematizada. E é isso, dentre outras questões, que caracteriza historicamente a especificidade da prática teórica. Com efeito, com isso queremos dizer, concordando com Bachelard que,

“O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza. Em primeiro lugar, é preciso saber formular problemas. E, digam o que disserem, na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo. É justamente esse sentido do problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é reposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver

²⁶ A melhor crítica quanto aos efeitos perversos da burocratização encontra-se em Max Weber, “*Burocracia*” in *Ensaio de Sociologia*. Brasília: Ed.UNB, 1995.pp.229-282. Ver, ainda, Clodoaldo Almeida da Paixão. *Sociologia Compreensiva - Uma Proposta Epistemológica*. Feira de Santana: Cadernos de Educação-UEFS, Ano 01, nº 02, 1996.

²⁷ Ver, a esse respeito, a crítica contida em Gaston Bachelard. Op. Cit.,pp.7-28; Antonio Gramsci. Op. Cit.,pp.11-63.

²⁸ Antonio Gramsci. Op. Cit.,p.45.

conhecimento científico. Nada é gratuito. Tudo é construído”.²⁹

Mas, de onde nasce, no entanto, a formulação de uma problemática teórica? Como se formula um problema teórico? E em que consiste, de imediato, na prática [teórica] essa tarefa? Ou, a depender de onde nasce, que implicações decorrem daí? Nasce da realidade ou da teoria? Tais são as questões *iminentes* na reflexão que estamos desenvolvendo e cuja resposta estamos tentando construir estabelecendo uma distinção entre o que estamos denominando de *plano de análise* e *plano de realidade*. Daí não ser uma questão tão simples mas também não ser uma questão tão complexa.

E, tal foi, ao que parece, todo o esforço teórico desenvolvido por Gaston Bachelard, em que a preocupação com o *conhecimento empírico* é analisado enquanto sendo caracterizado pela quase ausência do “vetor de abstração”. Mas porque acentuar tais questões? Diz ele,

“Mas, desde já, é preciso perceber que o conhecimento empírico, praticamente o único que estudamos neste livro, envolve o homem sensível por todas as expressões de sua sensibilidade. Quando o conhecimento empírico se racionaliza, nunca se pode garantir que valores sensíveis primitivos não interfiram nos argumentos. De modo visível, pode-se reconhecer que a idéia científica muito usual fica carregada de concreto psicológico pesado demais, que ela reúne inúmeras analogias, imagens, metáforas, e perde aos poucos seu vetor de abstração, sua afiada ponta abstrata”.(...)“Com efeito, as crises de crescimento do pensamento implicam uma reorganização total do sistema de saber. A cabeça bem feita precisa então ser refeita. Ela muda de espécie. Opõe-se à espécie anterior por uma função decisiva. Pelas revoluções espirituais que a invenção científica exige, o homem torna-se uma espécie mutante, ou melhor dizendo, uma espécie que tem necessidade de mudar, que sofre se não

²⁹ Cf. Gaston Bachelard. Op. Cit., p.18.

mudar". (...) "Em resumo, o homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar". (...) "Aliás, mesmo nas ciências experimentais é sempre a interpretação racional que põe os fatos em seu devido lugar. É no eixo experiência-razão e no sentido da racionalização que se encontram ao mesmo tempo o risco e o êxito. Só a razão dinamiza a pesquisa, porque é a única que sugere, para além da experiência comum(imediata e sedutora), a experiência científica(indireta e fecunda)".³⁰

Essa análise, no entanto, nos interessa pela distinção, quanto aos planos de análise e de realidade.

E com efeito, não se trata, ainda de distinguir duas *formas* ou dois *graus* de conhecimento da realidade, mas de distinguir duas *qualidades* da praxis humana. E isso porque, no que ensina a história do pensamento, como demonstra KosiK,

"a atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade". (...) "O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas

³⁰ Cf. Gaston Bachelard. Op. Cit., pp.19-22.

representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia".³¹

Havendo aqui, inclusive, um ponto de conexão com Gramsci, quando afirma ser todo homem um filósofo, pois todos possuímos a capacidade de pensar e somos portadores de uma visão de mundo, mas acentua que - histórico-socialmente - apenas alguns têm como prática imediata a prática teórica.³²

Há, inerente a toda a prática teórica, quatro *pólos metodológicos*³³ que é preciso se ter plena consciência e que requer serem distinguidos mas que estão presentes no campo da prática científica. São eles os pólos *epistemológico* (a dialética, a fenomenologia, a quantificação, a lógica hipotético-dedutiva); o *teórico* ou quadros de referência (positivismo, compreensão, funcionalismo, estruturalismo); o *morfológico* ou quadro de análise (tipologias, tipo ideal, sistemas, modelos estruturais); e o *técnico* ou modos de investigação (estudos de caso, estudos comparativos, experimentações, simulação).

³¹ Cf. Karel Kosik. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; pp.9-16. Ver, ainda, a radicalidade dessa distinção in Adolfo Sánchez Vásquez. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. "O homem comum e corrente é um ser social e histórico; ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade está condicionada histórica e socialmente, e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: idéias, valores, juízos e preconceitos, etc. Nunca se enfrenta um fato puro; ele está integrado numa determinada perspectiva ideológica, porque ele mesmo - com sua cotidianidade histórica e socialmente condicionada - encontra-se em certa situação histórica e social que engendra essa perspectiva. Por conseguinte, sua atitude diante da praxis já implica numa consciência do fato prático, ou seja, certa integração numa perspectiva na qual vigoram determinados princípios ideológicos. Sua consciência da praxis está carregada ou penetrada de idéias que estão no ambiente, que nele flutuam e as quais, como seus miasmas, ele aspira. Trata-se, em muitos casos, da adoção inconsciente de pontos-de-vista surgidos originariamente como reflexões sobre o fato prático. Portanto, a consciência comum da praxis não está descarregada por completo de certa bagagem teórica, ainda que nesta bagagem as teorias se encontrem degradadas" (p.9-10).

³² Cf. Antonio Gramsci. *Concepção...* pp.11-30.; ver, ainda, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. pp.129-139.

Há, ainda, a necessidade de se falar da última dificuldade, do nosso ponto de vista, que está presente na própria prática teórica: do *método teórico ou da maneira como trata o seu objeto*. Pois um objeto teórico pode igualmente ser tratado por um discurso ideológico ou pedagógico. Nesse sentido, “o que distingue estes discursos são os modos, de tratamento do seu objeto teórico, o seu método”.³⁴

³³ Noção trabalhada por Paul de Bruyne *et all.* Op. Cit.,p.252.

³⁴ Cf. Louis Althusser. Op., Cit. p. 36.

1.3. A Produção de Conhecimento Sobre os Chamados “Movimentos Sociais”: A Busca da (In)Definição.

“Movimento social: que categoria controvertida! Impossível utilizá-la do ponto de vista teórico, sem que o pensamento se perca num emaranhado de significados que a ela foram aderindo ao longo do tempo”.

Ana Maria Doimo.

Tratamos aqui da *concepção* acerca de “movimentos sociais” que orientam teórico-metodologicamente as análises dos processos sociais [“ação coletiva” ou “ação social” , definição que está presente nos autores] ocorridos nas décadas de 1970 e 80 no Brasil. Isso para que possamos entender como paradigmas teóricos até então consolidados passaram a ceder lugar às análises que tinham como preocupação central não mais pensar as *práticas políticas* denominadas como “tradicionais”.³⁵

Isso porque no paradigma sociológico hegemônico até o início da década de 70 duas correntes de pensamento dominantes polarizavam: de um lado, a marxista [ou histórico-estrutural] e, de outro lado, a funcionalista. Para essas duas perspectivas teóricas os processos sociais eram estudados enquanto processos de transformação *global*. Os marxistas tinham como preocupações básicas as problemáticas do *desenvolvimento* e da *dependência* enquanto que a perspectiva funcionalista está marcada pela questão da *modernização*. Isto é, nessas abordagens, como procuramos demonstrar, as problemáticas sociológicas são de natureza predominantemente caracterizadas por preocupações tipicamente macroestruturais quer sejam abordadas por um viés analítico marxista ou funcionalista.

³⁵ Expressão utilizada na produção de conhecimento analisada para referir-se às práticas políticas de organização social definidas como clássicas, ou seja, a sindical e partidária.

Numa análise das teorias dos movimentos sociais na América Latina Scherer-Warren faz a seguinte caracterização acerca da perspectiva marxista:

*"A teoria social latino-americana da ação coletiva e do conflito, sob o predomínio de perspectivas marxistas, concebe o real enquanto totalidade inteligível, macroestrutural. Segundo esta concepção, há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente a missão da transformação histórica - a classe, determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo. Todavia, como há um consenso sobre a dificuldade de constituição de classes fundamentais na América Latina [proletariado urbano e/ou rural], também sobre sua heteronomia e a conseqüente falta de uma consciência de classe adequada, vários destes estudiosos são levados a buscar na sociedade política propriamente dita o potencial da transformação, concentrando suas análises no Estado, para uns, e nos partidos e nas vanguardas para outros. Portanto menos atenção foi dada para as pesquisas sobre as organizações da sociedade civil [isto é, ações coletivas de grupos específicos] ou sobre o significado de suas ações, conflitos ou resistências"*³⁶.

Trata-se, de fato, de um *parti pris* interpretativo que busca explicar os processos sociais brasileiro tomando como fundamento teórico-metodológico a dimensão macroestrutural. Ou seja, aí os movimentos sociais foram "pouco" analisados, digamos assim, vez que foram concebidos como reflexos voluntaristas ou como ações determinadas, seja pela ordem econômica ou estatal, ou pela ação partidária. É dada a forma com que eram interpretados, talvez possamos dizer que há indicativo de dois *supostos* teóricos inerentes às análises.

³⁶ Cf. Ilse Scherer-Warren. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993. p.15. Essa perspectiva pode ser constatada, por exemplo, em Fernando Henrique Cardoso *et all.* **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Como se pode perceber há um *a priori* ideológico que fundamenta as análises dos processos sociais, o que faz com que os movimentos sociais sejam interpretados como sendo subordinados, combinados ou superpostos aos partidos. Ou, numa palavra, os processos sociais que se situam fora das características *a priori* de organização social eram subestimados teoricamente.. Isto é,

“De um lado concebem-se os movimentos sociais como práticas subordinadas aos partidos, pelo menos em dois sentidos. Para alguns, a ação coletiva se subordina à ação consciente do partido-vanguarda; para outros, esta ação coletiva se caracterizaria por combinar-se e justapor-se com o partido(partido-movimento) (...)Por outro lado, várias dessas concepções de dependência continham um certo reducionismo estrutural das relações de classe, que as inibia de analisar as práticas sociais. (...) Seria possível, enfim, desenvolver muitos argumentos nesse sentido, mas aqui desejamos apenas revelar uma hipótese: o conjunto dessas abordagens, e outras não mencionadas, percebeu e analisou os movimentos sociais de modo secundário. As análises da ‘estrutura’ e de sua racionalidade recobriam o cenário social da realidade latino-americana. Talvez as análises não pudessem (ou não quisessem) compreender o conjunto complexo, gelatinoso, ambíguo e criativo das relações sociais e suas mútuas interações e, com elas, as capacidades de ação da sociedade sobre si próprias. Talvez os movimentos sociais tenham sido percebidos, de modo latente, implícito ou subconsciente, como o ‘irracional’ ou inexplicável”.³⁷

Ao que parece, a dificuldade de analisar os processos sociais, deve-se, de um lado, à existência de uma perspectiva teórica tornada “camisa de força”, e, de outro, pela ausência de um referencial teórico que dê conta da especificidade latino-americana. Mas essa

³⁷ Fernando Calderón Gutiérrez. *“Os movimentos sociais frente à crise”* In Ilse Scherer-Warren, *Uma revolução no Cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987; pp.193-5.

“incapacidade”, cabe aqui destacar, é também explicitada pelos estudiosos[Ilse Scherrer, Gohn, Tilman Evers³⁸, etc só para citar alguns] dos movimentos sociais quando assumem como primeira dificuldade à compreensão dos “novos” fenômenos políticos [“os novos movimentos sociais”] a ausência de um *corpus* teórico que os auxiliem.

Esse é, portanto, a grosso modo, o perfil da concepção presente na teoria social vigente. E, para o que nos interessa, cabe assinalar desde já que não há ainda aqui nesse momento uma perspectiva teórico-metodológico voltada para a análise dos denominados “movimentos sociais”.³⁹

A década de 70 representa uma quase *ruptura* no modo de pensar⁴⁰ os processos sociais no Brasil. Parte-se de uma perspectiva teórica de análise do *macro* para o *micro*, do *geral* para o *particular*, da *determinação* econômica para a *multiplicidade* de fatores, da prioridade na análise da *sociedade política* para da *sociedade civil*, enfim das lutas

³⁸ Ver, por exemplo, Tilman Evers. *Identidade - a face oculta dos novos movimentos sociais*. In Novos Estudos do CEBRAP, nº4, v.2.abril de 1984;p.11-12; Maria da Glória Gohn, *A Força da Periferia*. Petrópolis:Vozes,1985 e outros.; Maria Celia Paoli, “*As Ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero*”, São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, nº31, outubro-1991;pp.107-108.

³⁹ Há, no entanto, desde 1965, o clássico “*Rebeldes Primitivos*”, de Eric Hobsbawm, mas que tendo estudado processos sociais ocorridos no séc. XVIII, portanto, práticas políticas ocorridas numa sociedade cuja estrutura predominante era a agrária. Daí foram definidos como movimentos “pré-políticos” em contraposição aos movimentos “políticos” [operariado] modernos, característicos, assim, de uma estrutura predominantemente industrial.

⁴⁰ Cf. Eder Sader e Maria Célia Paoli. *Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes*. In Ruth Cradoso et all. *A Aventura Antropológica: Teoria e Prática*. Paz e Terra,1986;pp.39-66.

de classes para os movimentos sociais.⁴¹ Assim, nos estudos realizados a partir de então há uma mudança de *olhar* e do que *olhar*.

Sendo assim,

*“essa categoria adquiriu, bem antes da crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim, a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, agora, organizadas espontaneamente na esfera da cultura enquanto ‘novos movimentos sociais’. (...) No Brasil, foram inicialmente concebidas como movimentos sociais urbanos, logo reduzidos a movimentos urbanos, movimentos de reivindicação urbana ou mesmo lutas urbanas. Entrecruzando o rosário do ‘urbano’, disseminou-se a epopéia do ‘popular’ e novas denominações foram tomando lugar: movimentos sociais populares, movimentos populares urbanos, simplesmente movimentos populares ou então o grande senhor de todos, o ‘Movimento Popular’, tão celebrados e cantados em prosa e verso, assim, como se fosse um sujeito próprio, com vida própria”.*⁴²

Nesse sentido, um dos aspectos presentes nos estudos acerca dos movimentos sociais diz respeito à sua natureza *heterogênea*, posto que a heterogeneidade na sua base social não mais foi posta como negatividade para os processos sociais, muito pelo contrário, aparece como o elemento *definidor* da sua própria singularidade. Isso, de um lado, quanto à sua complexa composição social [denominada de pluriclassista⁴³], ou seja, há participação de representantes de vários estratos sociais,

⁴¹ Trata-se de conceitos gramscianos. Ver, por exemplo, Antônio Gramsci. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização, 1991. Cap. I.

⁴² Ana Maria Doimo. *A vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995; pp37-38.

⁴³ Talvez isso explique o uso da categoria “classes populares” sugerindo a idéia de que há classes populares- no plural - no Brasil. Isso por si só já revela uma confusão conceptual quanto ao conceito de classe. Essa

e, do outro, quanto à especificidade de suas reivindicações, pois trata-se de demandas sociais atinentes à esfera da reprodução social.⁴⁴

Ora, segundo ainda a análise de Telles,

*“Nessa linha de interpretação, o significado político desses movimentos estaria em poder articular um espectro de interesses mais amplo do que a luta estritamente sindical, nos efeitos deslegitimadores no âmbito do Estado, porque poriam em cheque a sua imagem de provedor do bem comum, na ampliação das práticas e do conceito de cidadania não circunscrita aos direitos políticos, mas remetendo aos direitos sociais de acesso aos equipamentos urbanos de consumo coletivo”*⁴⁵.

Há, após um estudo minucioso da produção de conhecimento sobre os “movimentos sociais”, uma *difficuldade* quanto ao que se entende ou deve-se entender por movimentos sociais. E isso mesmo nas teorias européias, visto que são os pioneiros teoricamente falando a pensarem processos sociais a partir do *approach* movimentos sociais. Daí que, numa análise crítica acerca da questão, ou seja, do que seja um movimento social, Chazel aponta como o duplo problema, de um lado, a ausência de uma *delimitação empírica*, e, do outro, da sua *identificação analítica*. E isso, diga-se de passagem, a partir das análises dos anos 60 desse século. Isto é, refere-se, à questão, assinalando, portanto, que

questão foi objeto de análise por Eder Sader e Maria Célia Paoli. *‘Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro*. Op. Cit. In Ruth Cardoso (Org.). *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁴⁴ Ver, por exemplo, a discussão feita por Vera da Silva Telles, *“Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70”* In Ilse Scherer-Warren. *Uma revolução no Cotidiano?*. São Paulo: Brasiliense, 1987; pp.54-85. e ; *“Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos”* In Lúcio Kowarick (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; pp.217-249.

⁴⁵ Vera da Silva Telles. *“Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70”* In Ilse Scherer-Warren. *Uma revolução no Cotidiano?*. São Paulo, 1987; p.68.

"Sempre que se procura definir um movimento social, confrontamo-nos de um modo geral com duplo problema de sua delimitação empírica e de sua identificação analítica. Na primeira perspectiva, os movimentos sociais podem surgir (...) como 'fenômenos que dificilmente se deixam apreender (elusive), sem limites nítidos no espaço e no tempo'; trata-se de uma dificuldade de que algumas tentativas de definição - das quais mencionaremos um caso - nem sempre se dão devidamente. No entanto, essa dificuldade teria uma importância apenas relativa, caso fosse possível identificar um movimento social com base em critérios analíticos claramente definidos. Ora, não só esses critérios divergem conforme os autores, como ainda variam consideravelmente em seu grau de exigência".⁴⁶

Essa é, ao nosso ver, a questão central presente na discussão acerca da produção de conhecimento sobre a temática tratada. Faltam critérios analíticos que possibilitem - àqueles que se lançam na tarefa de analisar os processos sociais - pensar os "movimentos sociais" com base em instrumental teórico-metodológico. Daí permanecer ainda nos dias de hoje bastante atual como um impasse epistemológico.

Quais critérios, no entanto, foram formulados por diversos autores na tentativa de possibilitar as análises de determinados processos sociais? Mas como resolver tal impasse? Quais perspectivas foram apontadas? Como resolver o problema apontado, isto é, da não delimitação empírica e da ausência de uma identificação analítica?

Foi na tentativa de contribuir teoricamente, e, dessa forma, sair do impasse, que Chazel formula uma concepção, visando, com isso, facilitar o estudo a partir de então. Daí dizer que

"É em termos de processo e não em referência a um qualquer substrato grupal que é necessário analisar um movimento social. Pode-se reconhecer o seu

⁴⁶ Cf François Chazel. *"Movimentos Sociais"* In Raymond Boudon. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; p.284.

caráter coletivo sem por isso cair numa ontologia duvidosa(...) Vamos adotar, portanto, como ponto de partida esta formulação, que oferece além disso a vantagem de insistir na relação existente entre os movimentos sociais e a mudança. A propósito, convém fazer um esclarecimento: um movimento social não está necessariamente voltado para inovação; muito pelo contrário, pode acontecer que alguns desses movimentos sejam orientados no sentido de um restabelecimento".⁴⁷

De acordo com essa concepção um movimento social seria definido teoricamente pela sua dimensão processual enquanto especificidade, bem como por estabelecer uma relação entre "movimentos sociais" e mudança social. Tais seriam, então, os fundamentos analíticos. Mas todo o esforço de pensar os processos sociais denominados de "movimentos sociais", no Brasil, como fenômenos políticos novos é o que caracterizam as análises de maneira geral.

Nesse sentido, há todo um debate teórico buscando defini-los como "ação coletiva" possuidora de determinados elementos que os tipificam como "novo movimento social". Tilman Evers, por exemplo, um estudioso de tais movimentos, definiu-os enquanto

"(...) Um número relativamente baixo de participantes; estruturas não burocráticas e até informais; formas coletivas de tomada de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre liderança e demais participantes; modos poucos teóricos e imediatos de perceber e colocar os objetivos do movimento, etc. Muitos destes grupos estão diretamente envolvidos em atividades culturais (no sentido mais amplo); outros lançam mão da música, teatro, dança, poesia e outras manifestações culturais para divulgar seus objetivos. Para muitos membros, o simples fato da participação implica forte apelo de caráter educacional, mesmo quando a

⁴⁷ Idem. p.286.

motivação originária tenha sido uma necessidade material como, por exemplo, a obtenção de reconhecimento legal de áreas ocupadas para moradia".⁴⁸

Sendo assim, segundo essa concepção ou forma de definição, um movimento social enquanto objeto de conhecimento se define pela *quantidade* de participantes, pela *natureza* da sua estrutura organizativa, pela *forma* de tomar as decisões políticas, pelo *nível* da relação social estabelecida entre a liderança e os demais, pela quase *ausência* de elaboração abstrata de formular os objetivos do grupo, etc.

Ou seja, como se pode observar, são todos elementos definidos - não enquanto objeto de conhecimento -, mas, pelo contrário, são identificados a partir da prática concreta dos processos sociais em contraposição a outras formas[também concretas] ditas "tradicionais" e caracterizadas enquanto possuidoras das características opostas às descritas. Isto é, o que queremos dizer é que "o *objeto* da prática científica é então produzido como um efeito das regras ou feixes de relações que os pesquisadores manipulam; é preciso 'definir objetos sem referência ao fundo das coisas, mas referindo-os ao conjunto das regras que permitem formatá-los como objetos de um discurso e constituem assim suas condições de aparecimento histórico'. A *forma* do objeto científico não concerne diretamente ao conteúdo sensível, mas a uma linguagem, 'a ciência apreende objetos construindo sistemas de formas numa linguagem e não diretamente sobre dados sensíveis'".⁴⁹

Novos elementos, no entanto, são recorridos - aqui e acolá - buscando, com tal tentativa, apontar os fundamentos teóricos para analisar os processos sociais definidos como historicamente novos. Assim, discutindo a respeito das concepções que orientam as análises

⁴⁸ Tilman Evers. *Identidade - a face oculta...* Op. Cit., p.14.

⁴⁹ Paul de Bruyne *et all.* Op. Cit.,p.49.

dos movimentos sociais na América-Latina e, em particular, no Brasil, Ilse Scherer-Warren destaca que

“Não há, todavia, um acordo sobre o conceito de movimento social. Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta. (...) Há um vazio teórico na América Latina, na medida em que se chama de movimento social qualquer conduta coletiva empiricamente observável, sem tomar em conta a centralidade do ator, o alcance de suas lutas, os condicionamentos de sua ação, a consciência, a ideologia, o projeto social e político que envolve a sua ação. Parece-me que o maior problema desta produção encontra-se no fato de que, ao se reduzir o fenômeno dos movimentos sociais a uma categoria empírica, fragmentou-se a produção e dificultou-se a construção de conceitos genéricos e de categorias teóricas”.⁵⁰

Isso numa concepção, que como vimos, estabelece como fundamento o fato de ser uma ação coletiva cuja a natureza política seja uma *reivindicação* ou um *protesto*. Mas o interessante do que foi dito, aí, é quanto às razões do limite dessa concepção, ou seja, como já apontamos anteriormente, baseia-se em evidências empiricamente observáveis para defini-lo. Trata-se, no entanto, conforme estamos tentando argumentar, de um problema de *prática teórica* nas ciências sociais no Brasil e mais especificamente das teorias dos movimentos sociais.

E se uma concepção amplia bastante o leque de ações coletivas que podem ser caracterizadas enquanto um movimento social, outra, pelo contrário, procura delimitar de forma bastante restrita. Nesse sentido, estabelece pressupostos que desenquadram - de saída! - um conjunto de práticas políticas. É assim que,

⁵⁰ Ilse Scherer-Warren. *Redes de Movimentos Sociais*. Op. Cit., p.18.

“No outro extremo, encontra-se o enfoque que considera movimento social apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito: aquelas que atuam na produção de uma sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro. A referência teórica mais expressiva, neste caso, tem sido a produção de Touraine. Para o autor, movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural”.⁵¹

É interessante perceber que as definições longe de alargarem o horizonte analítico, acabam pouco a pouco limitando ainda mais as possibilidades teóricas de pensar os processos sociais, uma vez que cada nova *definição* estabelece pressupostos que impossibilitam pensar práticas políticas desenquadradas de tal ou qual perspectiva; assim como pode possibilitar, em alguns casos, pensar qualquer prática, vez que as (in)definições fornecem subsídios analíticos para enquadrar determinadas práticas.

No entanto, o que não faltam são definições que buscam caracterizar o que *são*, o que *não são* ou o que *deveriam ser* movimentos sociais. Mas outras incorporam alguns elementos presentes em determinada concepção, procurando inserir mais alguns aspectos que - no seu entendimento - viria a complementar e discernir melhor o objeto de pesquisa dos teóricos dos processos sociais. É assim que numa outra busca de definição Scherer-Warren formula uma proposta visando sair desse impasse conceptual. Sendo assim, diz que é,

“Portanto, mais apropriado do que falar em novos movimentos sociais e velhos movimentos sociais, o que implica uma ênfase na organização ou tipo de movimento, é analisar os novos elementos culturais emergentes nos movimentos, tanto os

⁵¹ Idem.pp.18-19.

*tradicionais(sindicatos etc.) como nos surgidos mais recentemente (ecológicos, de gênero, étnicos etc.)”.*⁵²

Como se pode observar trata-se muito mais de uma recomendação em termos de recorte analítico [analisar os novos elementos culturais ou cultura política], mas é importante destacar que há, no entanto, destaque para um aspecto que define a *singularidade* desse novo fenômeno político, qual seja, o de forjar uma *cultura política* absolutamente nova, específica, contemporânea à época. Segundo essa perspectiva, portanto, o movimento social se define pela emergência de novos elementos culturais que marcam uma ruptura com aspectos estruturais da cultura política tradicional.

Ora, apesar do “sem número” de citações que tivemos que recorrer tentando demonstrar a *(in)definição* que marca esse paradigma explicativo dos processos sociais no Brasil [surgido a partir da década de 70], gostaríamos de recorrer, ainda, a outra perspectiva que - na busca por estabelecer referenciais fundamentais de análise - aponta três pressupostos como inerentes à dinâmica dos movimentos sociais. Ou seja, que

“Em primeiro lugar, todo movimento social possui uma estrutura participativa, como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização no movimento e de luta. As formas , níveis e tipos de participação no movimento definem em grande parte o vigor de suas metas. Um aspecto central suposto nesse campo é o caráter piramidal e restrito da participação, ou suas formas democráticas ou expansivas”(p.201) “(...)Em segundo lugar, todo movimento social tem sua própria temporalidade, definida em grande parte por sua ação frente ao sistema de relações históricas. Portanto, embora todo movimento possua sua própria continuidade histórica e sua vivência cotidiana existencial, os momentos de

⁵² Ibidem.p.24.

*crise e conflito agudo são aqueles que definem a sua finalidade”(p.201);“(...)Em terceiro lugar, os movimentos sociais se desenvolvem de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada.(...)Os movimentos sociais não possuem fins predeterminados teleologicamente, ainda que possam desejá-los, pois os redefinem durante o próprio conflito”.*⁵³

Para essa outra perspectiva a *estrutura participativa* tem uma importância fundamental na compreensão da dimensão da prática quanto ao seu real poder de alcançar as metas buscadas. No tocante à *temporalidade* de cada movimento, essa se expressaria com toda sua intensidade e força nos momentos de paroxismos político, nos momentos de crise e conflito, isso porque nesses momentos um movimento social pode esgotar-se ou, ao contrário, ascender, crescer. Há, ainda, conforme vimos, a forma com que poderá a vir se desenvolver, isto é, é sempre caracterizado pela sua *unilateralidade e heterogeneidade espacial* ou forma concreta com que se expressam (transportes coletivos, saneamento, creche, moradia, questão étnica, etc).

Um aspecto que nos chama bastante atenção é para o fato de os *diversos* autores que discutem movimentos sociais referissem a esse impasse epistemológico, que, por sua vez, tem implicações no processo

⁵³ Fernando Calderón Gutiérrez, *“Os movimentos sociais frente à crise”*. Op. Cit.,pp.201-202. O mesmo autor chega ainda a propor uma classificação que se constitua numa tipologia. Isto é, diz ele “No entanto, não apenas é possível, como necessária, uma tentativa de descobrir grandes critérios de classificação que, desenvolvidos, possam resultar numa tipologia. (...) Deste modo, distinguiríamos, por um lado, os movimentos classistas e por outro, os pluriclassistas. (...)Outro grande critério de classificação, ainda que menos claro teoricamente, é o que distingue os movimentos tradicionais dos chamados ‘novos’ movimentos. Essa última denominação se refere à circunstância de que apareceram, nos últimos anos na sociedade civil, atores que anteriormente não se manifestavam. Em todos os casos, os novos movimentos são pluriclassistas e, na maioria, são parte do povo, seja por sua extração social, ou pelo tipo de reivindicação. (...) Utilizando outros parâmetros, é possível distinguir entre os movimentos urbanos e os rurais”.pp.235-238.

de análise dos processos sociais conforme estamos tentamos demonstrar⁵⁴. Mas mesmo não havendo um referencial teórico que tenha resolvido o impasse, há, no entanto, um sem número de estudos que pensaram processos sociais a partir de tais perspectivas.

Em estudo recente, Doimo⁵⁵ destacou a existência de três matrizes teóricas que marcaram a produção de conhecimento sobre os “movimentos sociais” brasileiro. E, segundo a sua análise, há uma produção definida como: 1) a **estrutural-autonomista**, e que teria buscado os determinantes das ações com base em dois postulados: a) de que “as contradições urbanas têm o potencial de acionar o conflito primordial da sociedade capitalista, na medida em que são determinadas pelo caráter ‘classista’ do Estado, visto que este financia a reprodução do capital em detrimento da garantia de reprodução da força de trabalho”; b) de que “a sociedade civil tem, em si mesma, uma capacidade ativa no sentido de organizar-se ‘autonomamente’ contra a tradição política autoritária, especialmente o regime autoritário; 2) a **cultural-autonomista** que saiu em busca do sentido das práticas no campo de sua própria experiência e com isso “(...)partindo da recusa da idéia do sujeito único (...) da negação da premissa que estabelece por antecipação a homogeneidade da classe (as famosas ‘condições materiais objetivas’ da existência) e da descrença na eficácia de ideologias externas à própria ação, esta vertente traz à tona a ‘pluralidade de sujeitos’ e uma ‘constelação de novos significados’, criados ‘a partir da própria experiência’”; 3) a de **enfoque institucional**, sendo a matriz teórica que, ao contrário das demais

⁵⁴ Cf. Eder Sader e Maria Célia Paoli. Op. Cit.,p.59.“Não é, pois, por acaso, que o termo ‘classes populares’, com toda a sua imprecisão, venha se insinuando no lugar do antigo rigor com que se pretendia delimitar as fronteiras de cada classe(lembram-se as discussões do início dos anos 70 sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, para fundamentar a análise do proletariado).É que boa parte dos movimentos sociais, o que seria sua ‘composição de classe’ (referida a uma posição dada na estrutura produtiva) não parece homogênea ou nítida. A noção de classes populares está aí portanto indicando um problema não resolvido. Mas indica mais que isso: que o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento”.

abordagens - para quem as novas práticas se contrapunham ao Estado - demonstrou, "que tais ações não eram tão anti-Estado ou contra-o-Estado como se supunha a matriz estrutural-autonomista. O que havia, na verdade, era um dinâmico quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, onde o Estado podia ser 'amigo' ou 'inimigo', dependendo dos interesses em jogo e da ótica cultural pela qual era reconhecido".

Dois aspectos, porém, podem ser destacados como questão fortemente marcantes na produção de conhecimento sobre os "movimentos sociais": de um lado, uma discussão marcada pela preocupação quanto ao caráter transformador⁵⁶ dos movimentos sociais definidos como substancialmente novos, e, de outro, quanto à perspectiva teórico-metodológica, sendo próprio dessa produção a crítica ao paradigma explicativo de dimensão macroestrutural⁵⁷ e uma busca, a partir daí, por uma dimensão micro-política-sócio-cultural, cujo assento foi dado à questão da subjetividade dos atores sociais.

Mas, discutindo sobre as teorias da mudança social, temática aliás predominante nas ciências sociais e, mais especialmente, na *sociologia da ação*, Boudon⁵⁸ assinala o fato de terem como preocupações inerentes às suas análises quatro aspectos. Isto é:

⁵⁵ Ana Maria Doimo. *A Vez e a Voz do Popular*. Op. Cit., pp. 47-8-9.

⁵⁶ Ver, por exemplo, Eduardo Viola e Scott Mainwaring, "*Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina*", p.102-188; Pedro Jacobi, "*Movimentos sociais- teoria e prática em questão*", p.246-275, ambos In Ilse Scherer-Warren. *Uma Revolução Cotidiano?*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁵⁷ Cf. Lúcio Kavarick, "*As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo*", p.45-52. In *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

⁵⁸ Raymond Boudon, "*As teorias da mudança social*" In *O Lugar da Desordem*. Lisboa: Gradiva, 1990. pp.15-50. Cf. ainda concepção semelhante, todavia, noutra perspectiva analítica, encontra-se em David Harvey. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. Diz o autor: "A teoria social sempre teve como foco processos de mudança social, de modernização e revolução (técnica, social, política). O progresso é seu objeto teórico, e o tempo histórico, sua dimensão primária. Com efeito, o progresso implica a conquista do espaço,

1. Visam salientar e demonstrar a existência de *tendências* [trends] mais ou menos gerais e irreversíveis;

2. O segundo tipo de teoria toma a forma do que geralmente se chamam as *leis condicionais*. Havendo, ainda, as *leis estruturais*;

3. Em contraste, o terceiro tipo de teoria assenta, não sobre o conteúdo da mudança, mas sobre a sua *forma*;

4. O quarto tipo de teoria trata das *causas* ou *fatores* de mudança.

a derrubada de todas as barreiras espaciais e a 'aniquilação (última) do espaço através do tempo'. Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, os textos acerca dela tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de *vir-a-ser*, em vez do ser, no espaço e no lugar."p.190. Essa questão, no entanto, está melhor explicitada em Marshall Berman. ***Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade***. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Aí o autor demonstra, a partir da análise de algumas obras literárias, considerando enquanto tal, o próprio Manifesto Comunista, como a modernidade se caracteriza pela permanente transformação espacial e como está representada de forma crítica.

1.4. Os “Movimentos Sociais” como Objeto Historiográfico.

“O problema não é muito diferente quando se está no campo da historiografia, uma vez que, aí, os fatos do mundo da vida também ficam submetidos às elaborações discursivas.”

Pedro Brum Santos

Há uma razoável produção de conhecimento acerca dos processos sociais que no Brasil foram denominados analiticamente de “movimentos sociais”. Trata-se, aqui, do propósito mesmo de elegê-las como objeto de conhecimento, ou, como *fato historiográfico*. É muito comum compreender como obra historiográfica apenas a produção de conhecimento proveniente dos historiadores. É, com efeito, uma concepção bastante restrita e equivocada no que se refere à questão, isto é, do que caracteriza uma obra historiográfica.

Segundo uma definição constante no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa o termo vem do grego *historiographía* e significava a “arte de escrever a história” ou, ainda, um “estudo histórico e crítico acerca da história ou dos historiadores”.⁵⁹ Assim, gostaríamos de

⁵⁹ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Op. Cit., p.902. No entanto, nas ciências sociais, já é quase consenso considerar a produção de conhecimento como uma *autoconsciência* científica da ‘realidade’ social. Isso pelo menos foi o que se aprendeu com os manuais de Hans Freyer os grandes cientistas sociais brasileiro. Ver, por exemplo, Agnes Heller, ***Uma Teoria da História***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993., “(...)Foram feitas duas afirmações que visavam a apreender o caráter de episthème próprio da historiografia. A primeira delas é a seguinte: a historiografia é sempre uma expressão da consciência histórica, uma de suas formas de consciência impingida. A segunda afirmação pode-se formular assim: a historiografia precisa desligar o

assinalar, desde já, e para o que nos interessa, que estaremos considerando a produção de conhecimento sobre os movimentos sociais como historiografia [forma como foram pensados os processos sociais no Brasil denominados de “movimentos sociais”] e, portanto, para efeito de análise estritamente teórica, como objeto historiográfico..

Prática pouco comum na história da cultura científica brasileira, salvo, é claro, honrosas exceções.⁶⁰ Isso porque

“pensar o fato historiográfico [produção da ‘realidade’ histórica pela prática teórica] não tem sido uma preocupação muito corrente entre os escritores brasileiros, que se dedicam ao campo da história. De maneira geral, nossos historiadores [ou os cientistas sociais de maneira geral] ostentam uma visível negligência em relação ao que lhes antecede como produção histórica [trabalho pretérito de produção de conhecimento sobre os processos sociais]. (...) Pouca coisa existe no campo da reflexão epistemológica. José Honório Rodrigues é quase uma exceção [isso na história, mas o mesmo ocorre nas Humanidades de maneira geral]; se não o é, deve-se simplesmente ao fato de que, ultimamente, alguns trabalhos realizados no âmbito das universidades vêm secundar o esforço pioneiro do autor da Teoria da história do Brasil”⁶¹.

Essa crítica alcança as ciências sociais, e, em particular, as análises sobre os *movimentos sociais*, posto que partiram da realidade,

conhecimento acerca do passado de qualquer pragmatismo e de diretas implicações práticas, quer no presente, quer para o futuro”.p.111.; José de Souza Martins(**A Chegada do Estranho**), Octávio Ianni(**Sociologia da Sociologia**), Florestan Fernandes (**Fundamentos Empíricos da Sociologia**), Carlos Guilherme Motta(**Ideologia da Cultura Brasileira**) dentre outros.

⁶⁰ José Honório Rodrigues, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e outros.

⁶¹ Nilo Odália. **As Formas do Mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.p.11. (parênteses nosso).

daí, portanto, o sem número de “estudos de caso” [em que partiu-se do objeto ‘concreto’ ou ‘percebido’] em vez de partir-se da definição de um campo teórico ou do conhecimento [em que o objeto de conhecimento é construído], inclusive do ponto de vista de sua espacialidade.

Ou seja, mais do que nunca hoje está colocada a tarefa, *teórica*, de se analisar o conhecimento existente sobre os processos sociais aludidos anteriormente, procurando destacar a representatividade que têm(teve) os “movimentos sociais” do ponto de vista historiográfico. Discutir, portanto, quais as razões que fizeram com que houvesse uma relativa produção historiográfica acerca dos denominados “movimentos sociais” nos anos 70, ao ponto dos mesmos se constituírem, digamos assim, num marco de representatividade analítica dos processos sociais brasileiro, demarcando, inclusive, uma quase ruptura com o eixo explicativo hegemônico anteriormente presente nas análises dos processos sociais.

E isso porque, concordando com Nilo Odália,

“talvez não seja exagero dizer que quem analisa a produção de nossos historiadores [e de nossos cientistas sociais] tem a impressão de que o conhecimento histórico brasileiro sofre do mal de Sísifo, está sempre num processo infundo de reconstituição. O novo historiador assume sempre a postura de que tudo começa com ele. Falta-nos, sem dúvida, uma história da historiografia, que poderia servir como uma ponte de ligação entre o que se faz e o que se fez. Infelizmente, os trabalhos já realizados não chegam a suprir tais lacunas, porque antes de mais nada são ou o estudo de um único historiador[cientista social], ou ensaios que muitas vezes apenas afloram a problemática de uma história da historiografia”⁶².

⁶² Cf. Nilo Odália. *As Formas do Mesmo...* Op. Cit., p. 11. (parênteses nossos).

É, isso está expresso no número reduzidíssimo de trabalhos e de autores⁶³ que trataram da questão no Brasil, todavia, numa perspectiva analítica diversa da desenvolvida neste trabalho.

Deve-se, contudo, ressaltar, que os aludidos estudos não passam de ensaios que procuram destacar as questões de conteúdo que - por conta da perspectiva analítica de determinado autor - acabam por apontar alguns aspectos que não foram contemplados aqui ou ali.

O que fez com que os denominados “movimentos sociais” no Brasil se constituíssem como um marco historiográfico nos anos 70 e o que os determinou? Qual a natureza dessa produção de conhecimento? No nosso entendimento, três aspectos foram fundamentais para que os “movimentos sociais” no Brasil se constituíssem num marco explicativo dos processos sociais, vindo, inclusive, atenuar uma perspectiva analítica iniciada anteriormente voltada para o estudo das classes sociais, centradas na relação capital-trabalho-Estado.

Ora, de um lado, consideramos a *conjuntura política* dos anos 70 em que emergiram um sem número de práticas políticas até então inexistentes na história política (pelo menos no que se refere às análises teóricas). E, ao que parece, representava uma perspectiva radicalmente diversa das perspectivas teórico-políticas de efetivação das mudanças estruturais. Daí porque as análises da época estarem marcadas por uma perspectiva bastante acentuada de esperança quanto à natureza dos fenômenos sociais, bem como da especificidade das transformações que ocorreriam no Brasil e, porque não dizer, na América Latina.

⁶³ Cf. Pedro Jacobi. *Movimentos sociais urbanos: reflexões sobre a literatura nos anos 70 e 80*. Rio de Janeiro: ANPOCS-BIB, n.23, 1º semestre, 1987.; Ruth C. L. Cardoso. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983; e *Balanço dos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1, n.3, fev-1987.; Lúcio Kowarick. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. São Paulo: CEDEC-Centro de Estudos de Cultura

E, só para se ter uma idéia da importância que esse processo social ganhou nas análises sociológicas, a nível mesmo da América Latina,

*"No final dos anos 80, Burgwal fez um levantamento bibliográfico sobre o tema dos movimentos sociais na América Latina e encontrou cerca de quinhentos títulos entre estudos, teses e livros. Nesta produção predominam estudos de natureza mais empírico-descritivas, com análises segundo o paradigma europeu, em suas duas grandes vertentes: na década de 1970, a marxista-estruturalista de Castells; nos anos 80, a dos Novos Movimentos Sociais em suas várias versões".*⁶⁴

Isso demonstra o "desespero" com que se buscou entender e explicar os processos sociais - que segundo as análises eram macros ou latino-americanos - a partir de estudos de casos buscando, com isso, descrever a especificidade presente nos fenômenos estudados. E para isso recorreu-se aos novos paradigmas explicativos elaborados a partir de uma realidade absolutamente específica.

Há, ainda, uma outra razão, que, ao que parece, tem sido inerente às ciências sociais. E, segundo José de Souza Martins, no que concordamos, essa razão residiria na forte influência["colonialismo intelectual"]⁶⁵ porque passam as Humanidades no Brasil durante toda a sua trajetória. Isto é, estão sempre sendo determinadas, ora pelos novos paradigmas⁶⁶ teóricos surgidos na Europa, ora marcada pela conjuntura

Contemporânea.; Maria da Glória Gohn. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1987.

⁶⁴ Maria da Glória Gohn. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997; p.211.

⁶⁵ Ver essa discussão com mais profundidade em Octávio Ianni, *"A Imaginação Sociológica"*, pp.125-236. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

⁶⁶ Com isso queremos dizer que novas propostas epistemológicas (teoria, objeto e método) surgidas na Europa são aqui imediatamente adotadas. Gostaríamos, no entanto, de sugerir um exemplo recente. Como *"As*

política que lhe impõe novas temáticas sociológicas. E aqui cabe chamar atenção para um fato bastante sério na nossa tradição de pensamento. Há processos sociais que devem ser de grande importância teórica para as ciências sociais brasileira compreenderem e explicarem as especificidades da nossa realidade social, mas que não mereceram até aqui a devida atenção por parte dos analistas sociais.

Tal o espanto e denúncia contidos na crítica de Martins, e que serve para explicar a falta de interesse das ciências sociais brasileira por determinadas temáticas e o acentuado interesse por outros, a ponto de arrastar uma pleiade de estudiosos voltados para um mesmo objeto de estudos empiricamente. Daí dizer que

“É significativo que as três formas [saques, quebra-quebras e linchamento] de protesto popular citadas tenham despertado menos atenção dos cientistas sociais brasileiros do que os movimentos sociais organizados. Não é demais lembrar que a elaboração teórica do comportamento coletivo antecedeu a formulação do conceito (e das teorias) de movimento social. Cada uma dessas formas de protesto, porém, motivou um número muito reduzido de estudos sociológicos e antropológicos. Em parte, em decorrência do modismo do estudo dos movimentos sociais e da suposição do primado da organização como meio de manifestação da vontade social e política das chamadas classes populares. Mas, também, em decorrência da dificuldade para tratar sociologicamente de processos sociais em conflito com pressuposto moderno da razão. E, finalmente, em parte também, em consequência da discutível suposição de que os movimentos sociais constituem formas de ação coletiva mais desenvolvidas e acabadas do que as do comportamento coletivo. Não deixa de chamar atenção do pesquisador que na Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais o

Estruturas Antropológicas do Imaginário Social”, de Gilbert Durand faz nascer no Brasil vários grupos de pesquisas em torno da questão, como aludimos anteriormente.

*verbetes comportamento coletivo tenha sido substituído por movimentos sociais".*⁶⁷

Ao que parece, portanto, como se pode constatar, a prioridade acadêmica pelos movimentos sociais se deve, de um lado, a um 'modismo' bastante presente na história das ciências sociais, e, de outro, à noção classificatória de desenvolvimento.

Temos que destacar ainda o fato de que esses processos sociais foram caracterizados inicialmente como um fenômeno tipicamente do espaço urbano e existente nas grandes cidades. Daí talvez isso explique porque a produção de conhecimento inicialmente tenha abordado questões sociais que eclodiram em grandes cidades brasileira. Assim, grande parte da historiografia deste contexto trata muito mais de problemáticas ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro, e, só então, vão ser estendidas a outras regiões.⁶⁸

De outro lado, consideramos como elemento explicativo da representatividade obtida o processo de *institucionalização da temática* movimentos sociais como objeto de pesquisa nos programas de pós-graduação, a exemplo, do PPGAS- Programa de Pós-Graduação em Antropologia IUPERJ-Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, do Museu Nacional, do Instituto de Estudos da Religião-ISER e do Instituto de Administração Municipal-IBAM, dentre outros.. Foram criadas várias linhas de pesquisas cuja finalidade foi estudar os processos sociais em curso. Foi a partir daí, também, que na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS organizou-se um Grupo de Trabalho denominado pelo mesmo nome e que viria a se

⁶⁷ José de Souza Martins. *As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil*. São Paulo: Revista Estudos Avançados 9(25),1995.p.295.

⁶⁸ Estudos numa mesma perspectiva foram realizados por pesquisadores de grandes cidades fora do eixo Rio-São Paulo, mas todos relacionados a grandes cidades, a exemplo do Espírito Santo(transporte) , Salvador e Recife(a questão da habitação).

constituir num *locus* de apresentação-discussão-avaliação das pesquisas feitas isoladamente nas várias instituições.⁶⁹

Acresce-se a isso uma *política de financiamento* voltada para estudos que tenham como eixo temático-problemático os chamados “movimentos sociais”. Foi, portanto, a partir do momento em que as problemáticas político-sociais foram transformadas em problemas sociológicos que os mesmos se constituíram num marco de representatividade da historiografia brasileira. Mas é justamente nessa *inversão-conversão*⁷⁰ de *objeto concreto*, percebido para *objeto de pensamento* que surge toda ordem de problema, ou seja, confundem-se os planos de análise e o de realidade. Questões que são de natureza ideológica [prática política] são transplantadas para o plano de análise.

De fato, 1970 marca o auge da produção de conhecimento sobre os processos sociais denominados de “movimentos sociais” pela esperança política contida, do ponto de vista dos seus analistas, quanto ao papel que deveria representar no cenário político brasileiro (só para lembrar, num contexto político de ditadura militar, em que as formas de organizações ditas “tradicionais” estão postas na clandestinidade), isto é, o de principais sujeitos de um processo de transformações estruturais,

⁶⁹ Ana Maria Doimo *et all.* “Os novos movimentos sociais -teoria e prática”, pp.8-36. Ciências Sociais Hoje, 1986.São Paulo, 1986.; Estudos nessa direção começam a ser feitos recentemente. Ver, por exemplo, Márcia Mansor D’Alessio e Maria de Lourdes Mônaco Janotti in “**A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação(1985-1994)**”, pp123-149”; Vavy Pacheco Borge in “**História Política: Totalidade e Imaginário**”,pp151-159”; Maria Helena Rolim Capelato in “**História Política**”, pp161-165” .Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos-FGV, Vol.17, Nº9, 1996.

⁷⁰ Conforme distinção e sua implicação, ao nível da prática teórica, ver José A Guilhon Albuquerque, “**Os níveis e os planos de análise**”, pp.31-55 In Op. Cit.; Paul de Bruyne *et all*, “**O Pólo Epistemológico**”, pp.41-60 In Op. Cit.

sobretudo no que diz respeito a um processo de (re)democratização política.⁷¹

Se a produção de 70 é marcada por uma grande produção historiográfica e por uma quase apologia à sua natureza política, a década de 80 assinala a fragilidade das análises anteriores e caracteriza um momento de crise expresso nas análises “pessimistas” a partir de então. Foi o que percebeu, também, Ottmann numa análise que a denominou de uma *abordagem cognitiva*.

Para esse autor,

“Durante o final dos anos 1970, no meio do mau cheiro do lixo deteriorado e dos esgotos a céu aberto (ou inexistente) da periferia urbana ‘subdesenvolvida’, um segmento da elite acadêmica afirmava a existência de uma ‘nova vanguarda’- os Movimentos Sociais Urbanos - Os Movimentos Sociais conseguiram satisfazer as necessidades empíricas de uma grande variedade de pesquisas acadêmicas e foram logo celebrados como novo salvador do significado. Quando esse fenômeno ‘espontâneo’, surgindo como a fênix das cinzas da modernidade, fracassou em atingir o alcance esperado, o desapontamento se instalou na comunidade acadêmica”.⁷²

Trata-se de um processo de crítica e autocrítica presentes nas análises feitas acerca do pensamento social voltado para os processos sociais de 1970.

Ora, deve-se acrescentar ainda como um terceiro elemento definidor para a representatividade da temática-objeto de estudo “movimentos sociais” na historiografia brasileira - não só a importância

⁷¹ Vários autores apontaram para a perspectiva política esperada ou atribuída ao papel social dos movimentos sociais estudados, chegando mesmo a saudá-los, teoricamente, como o novo sujeito histórico e, diga-se de passagem com todo peso teleológico outrora criticado nas análises cujo fundamento explicativo eram as classes.

dos processos sociais ocorridos durante a década de 70 - o surgimento de *análises teóricas européias* que enfocavam os conflitos ocorridos no espaço urbano como decorrentes das mudanças estruturais, sobretudo a nível econômico. A corrente de maior influência teórica na época foi a abordagem marxista representada nas obras de Jordi Borja, Manuel Castells e Jean Lojkine⁷³ e que estão expressas nos principais estudos sobre a questão daquele momento: José Álvaro Moisés(1978), Maria da Glória Gohn(1979), ambos tese de doutoramento na USP; dentre outros(Vera Silva Telles, Sílvio Caccia Bava, Lúcio Kowarick), etc.

Discutindo quais as razões que determinaram o porquê dos estudos sobre "movimentos sociais" no Brasil na década de 70 terem forte influência das teorias européias, a tese defendida por Gohn foi que

"O contato com algumas teorias européias, como a de Castells - que além de focalizar a sociedade civil era também de um guia para a ação, no sentido de que conferia importância aos movimentos e os via como elementos estratégicos de uma redemocratização do Estado e da sociedade em geral -, proporcionou os elementos teóricos necessários à nova geração de pesquisadores. A produção de conhecimento e a elaboração de estratégias políticas se cruzaram. Os estudos ficaram mais no plano descritivo porque a visibilidade aparente dos dados que se coletavam e se registravam era o que mais se destacava, num processo muito vivo, em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados. Havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégica para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato. Estas são, segundo nosso ponto

⁷² Götz Ottmann, *Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil- Uma Abordagem Cognitiva*. São Paulo: Novos Estudos, 1995; p.187.

⁷³ Trata-se das principais obras de referencial teórico para os estudiosos dos processos sociais da época: Jordi Borja. *Movimentos Sociais urbanos*. Buenos Aires: Ed.SIAP,1975; Manuel Castells. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1980; Jean Lojkine. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

de vista, e em breves linhas, as explicações básicas sobre o porquê do uso das teorias européias e do caráter empírico da maioria dos primeiros trabalhos latino-americanos sobre os movimentos sociais”⁷⁴

No entanto, para além das questões apontadas, é bastante explícito a ausência de distinção para aquilo que estamos chamando de plano de análise e o plano de realidade. A citação acima expõe de forma bastante clara e consciente as razões da escolha do referencial teórico recorrido [inclua-se aí a referida autora!], bem como tal escolha fundamenta uma perspectiva metodológica de pesquisa, particular, “em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados”. Isso sem falar na dimensão política presente enquanto processo de análise.

⁷⁴ Cf. Maria da Glória Gohn. *Teorias dos...Op. Cit.*p.215. Ver, ainda, Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Ruth Nádia Leniado in *“Movimentos sociais e democracia: novos fatos em busca de uma teorização”*. Salvador-Ba: Caderno CRH, nº 13 -Julho-Dez,1990; pp.81-99.

CAPÍTULO 02

A INCIDÊNCIA (OU RETICÊNCIA) DA ANÁLISE TEÓRICA NOS CHAMADOS “MOVIMENTOS SOCIAIS”

“Creio, de fato, que a reflexão crítica é uma via essencial do progresso científico. O sentimento de insucesso que as teorias da mudança social inspiram a muitos observadores é um *facto* cuja análise não tem apenas interesse especulativo. Não nos satisfazermos com uma mera atitude de cepticismo, tentarmos compreender de forma mais clara as razões daquele malogro, é colocarmo-nos em posição de melhor compreender o próprio objecto perante o qual emperra o conhecimento”.

Raymond Boudon

2.1. Introdução

A produção de conhecimentos sobre os processos sociais foram fortemente influenciadas pelas correntes teóricas francesa, sobretudo, por Touraine, e pela espanhola, mais precisamente por Jordi Borja e Manuel Castells. Esses autores foram os pioneiros em estudos acerca dos denominados “novos movimentos sociais”. Isso fez com que os seus pressupostos teóricos fossem incorporados nos estudos brasileiros. Sendo assim, fazemos uma análise dos seus principais pressupostos teórico-metodológico tentando, na medida do possível, destacar possíveis

aspectos de convergência analítica, de um lado, e, possíveis divergências, todavia, complementares, de outro.

Aí tem destaque a noção de Estado em ambas correntes, pois os autores partem, no processo de análise dos "movimentos sociais", do pressuposto da redefinição do Estado. Para Touraine, por exemplo, trata-se de um Estado "programador", que tem na tecnocracia sua forma de controle social. Assim, os "movimentos sociais" representam uma resposta a essa perspectiva de controle social. Daí os mesmos serem definidos como essencialmente de luta contra a tecnocracia e, para isso, coloca-se como condição fundamental a sua capacidade de produção de subjetividade contraposta à do Estado. A busca da subjetividade presente nas ações coletivas constitui-se enquanto preocupação central e essa, todavia, é entendida enquanto a auto-representação que o ator social faz de si mesmo. É o que está bastante presente nos estudos brasileiros e quem sabe explique a caracterização teórica que receberam, ou seja, de serem definidos como contra o clientelismo, o autoritarismo, o centralismo político seja ele de partido ou de Estado, etc.

Para Borja e Castells, por exemplo, trata-se do Estado numa fase "monopolítica" entendido como aquele que intervêm na sociedade e que se caracteriza pela necessidade de criar as condições para a produção e reprodução do capital e para tanto necessita assegurar a reprodução da força de trabalho. É decorrente de sua intervenção ao nível do espaço⁷⁵ urbano que surgem os movimentos sociais urbanos. A sua luta é, portanto, por demandas sociais ou "equipamentos coletivos". Daí a sua perspectiva teórica no Brasil ser definida como a teoria da contradição

⁷⁵ Ver aliás David Harvey, Op. Cit. Aí, numa perspectiva analítica diversa, uma de suas teses converge com a perspectiva desses autores, corroborando assim para a tese segundo a qual a 'prática de espaço' (expressão do autor) de iniciativa do Estado buscando a produção ou reprodução do capital promove o surgimento dos movimentos sociais. Diz o autor: "E, de quando em vez, essas resistências individuais podem tornar-se movimentos sociais que visam liberar o espaço e o tempo de suas materializações

urbana. Nessa perspectiva analítica, no entanto, os “movimentos sociais” são resultante da intervenção do Estado visando a realização do capital. Tratamos assim, no primeiro tópico, dos fundamentos analíticos das duas correntes teóricas.

Discutimos, no segundo tópico, todavia, qual o escopo dominante dos estudos sobre “novos movimentos sociais” no Brasil. Aí chamamos atenção para a predominância das análises que estão quase na sua totalidade voltadas para as ações coletivas ocorridas na cidade ou espaço urbano, chegando até a serem denominados de conflitos urbanos. Nesse sentido, chama-nos a atenção para a importância do contexto sócio-político na determinante de uma concepção de mudança social centrada na cidade ou nos “novos movimentos sociais” enquanto sujeito social portador do papel de transformação. Discute-se, ainda, a contribuição dos referenciais teóricos como escopo dominante na prioridade dos conflitos urbanos ou das ações coletivas urbanas, buscando entender a ausência de estudos preocupados com os processos sociais ocorridos ao nível do espaço rural, destacando-se, inclusive, a dimensão conservadora presente nas análises sociológicas voltadas para a problemática rural. Aspecto, todavia, presente em todas as análises diz respeito à crítica ao paradigma teórico que tem como escopo analítico as classes sociais. Grosso modo são essas as questões tratadas no tópico.

Tratamos, por último, dos *efeitos sociais* nas teorias do “movimentos sociais”, buscando explicar as razões que fazem com que não haja distinção entre as noções teórica e prática acerca do que sejam, muito pelo contrário, num e noutro caso, tem-se como objeto de entendimento o objeto imediato. Assim, do nosso ponto de vista, isso faz com que haja uma migração do social para a teoria e da teoria para o social produzindo um efeito social, em duplo sentido, de

vigentes e construir um tipo alternativo de sociedade em que o valor, o tempo e o dinheiro sejam compreendidos de novas formas bem distintas”.p.217.

(re)conhecimento do objeto teórico enquanto objeto imediato e vice-versa. E Isto porque, no dizer de Harvey, mas não só, “os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversa, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas também ocorrem nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo”.⁷⁶

⁷⁶ Cf. David Harvey. Op. Cit., p.190.

2.2. As Concepções Dominantes Sobre “Movimentos Sociais” no Brasil.

Tratamos aqui tão-somente de analisar os fundamentos das matrizes teóricas básicas que têm alimentado a produção de conhecimentos sobre os processos sociais brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 e que foram, *analiticamente*, denominados de “movimentos sociais urbanos” ou de “novos movimentos sociais”. Com isso estamos buscando os *pressupostos* teóricos característicos dessas abordagens. Isso nos interessa particularmente por se encontrar exatamente aí os aspectos fundamentais que influenciaram tais analistas, como de outra parte, porque ajuda explicar as razões da importância política (nas análises) dos “novos movimentos sociais” e das “reivindicações urbanas”, vez que o problema discutido neste trabalho diz respeito de certa forma à noção de objeto de conhecimento⁷⁷.

Aqui se nos apresentam, ainda, questões fundamentais no que diz respeito à dicotomia urbano e rural, em que uma concepção funcionalista ou neo-funcionalista de *espaço* (a chamada *causação funcional*)⁷⁸ contribui para que haja uma *fissura* analítica entre os processos sociais ocorridos na cidade e no campo brasileiro ou para que a cidade seja

⁷⁷ Cf. Marc Augé. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas-SP: Papirus, 1994. Aí o autor localiza a “crise” enfrentada pela antropologia na contemporaneidade em função da discussão do problema em torno do *método* em vez do *objeto* antropológico.

⁷⁸ Cf. Michel de Certeau. “*Relatos de Espaços*”, pp.199-217 In *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994. Ao contrário das concepções dos autores analisados, em que o espaço é concebido enquanto espaço físico, aí faz-se uma distinção clara entre lugar e espaço. Ou seja, “um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade...O espaço...é de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.(...)Em suma, o espaço é um lugar praticado.”.pp.201-202.

vislumbrada analiticamente como o espaço por excelência dos conflitos sociais.

E, apesar de já ter havido alguns “balanços”, em que se buscou *repensar* as análises dos movimentos sociais, “Cumpre destacar, entretanto, que a maioria dos balanços desenvolvidos até a presente data não avaliaram os pressupostos teórico-metodológicos que têm embasado a produção existente. Ou seja, cada avaliação chamou a atenção para um conjunto de falhas e omissões nas análises, mas eles próprios, balanços, eram feitos segundo determinadas óticas analíticas”.⁷⁹ Sendo assim, quais seriam os fundamentos teórico-metodológicos presentes nesse pensamento? Como os “movimentos sociais” foram definidos?

Com efeito, as duas correntes de pensamentos social que influenciaram os estudos sobre processos sociais denominados de “movimentos sociais” no Brasil foram de origem franco-espanhol⁸⁰. Isso explica porque, então, damos prioridade à busca de seus fundamentos teóricos. Fazemos isso, no entanto, tentando estabelecer os fundamentos da corrente espanhola e, logo em seguida, à corrente francesa em termos da existência de algumas convergências e de algumas distinções.

De início, logo, um aspecto nos salta aos olhos quando da formulação dos elementos teóricos para a análise dos “movimentos reivindicativos urbanos”, isto é, mesmo as análises clássicas - como as que estudamos aqui - acabam por apontar como um dos *limites* à interpretação das práticas políticas ocorridas a partir de então a inexistência de “esquemas” de interpretação que os ajudassem a pensar as novas práticas. Quer dizer, apesar de já ter havido conflitos urbanos anteriormente conhecidos do ponto de vista teórico, os movimentos estudados se revelaram absolutamente novos para os estudiosos das

⁷⁹ Maria da Glória Gohn. Op. Cit., p. 275. Inclua-se aí a própria autora.

⁸⁰ Idem, p. 277 . Cf. ainda Ilse Scherer-Warren. *Redes de Movimentos Sociais*. Op. Cit., p.15

ciências sociais⁸¹. E dois aspectos revelaram isso, isto é: de um lado, a falta de tradição desse tipo de prática social e, do outro, pelo fato dos esquemas de interpretação (des)conhecerem conflitos dessa natureza. É a isso, portanto, que se refere Borja ao dizer que

*"Desde fines de la década del sesenta en España, como en otros países de Europa, los conflictos urbanos y los movimientos barriales fueron adquiriendo una importancia superior a la crónica anecdótica, por sus efectos urbanos y políticos, por su generalidad y continuidad. La falta de tradición de estos movimientos y la consiguiente inexistencia de esquemas de interpretación tenía como consecuencia la descripción de fenómenos, siempre parecidos, en vez del análisis y de la articulación de estos conflictos con el marco general socio-económico y urbano".*⁸²

A questão da descrição em detrimento de análise, no entanto, nos chama bastante atenção, pois trata-se de característica fortemente presente na produção de conhecimento brasileira e porque não dizer latino americana. Talvez seja necessário lembrar que já tratamos dessa questão anteriormente.

Mas mesmo assim, no entanto, foram ganhando notoriedade de objeto de inteligibilidade a partir dos efeitos urbanos e políticos, do seu

⁸¹ Cf. Anthony Giddens. *As Conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991; pp.12-13. Aí encontra-se algumas considerações críticas semelhantes às abordadas aqui, ainda que numa perspectiva analítica diversa. Assim, diz o autor, "Mas eu vou fazer uma abordagem diferente. A desorientação que se expressa na sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização social, devo argumentar, resulta, em primeiro lugar, da sensação de que muitos de nós temos sido apanhados num universo de eventos que não compreendemos plenamente, e que parecem em grande parte estar fora de nosso controle. Para analisar como isto veio a ocorrer, não basta meramente inventar novos termos, como pós-modernidade e o resto. Ao invés disso, temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade a qual, por certas razões bem específicas, tem sido insuficientemente abrangida, até agora, pelas ciências sociais. Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes". pp.12-13.

⁸² Jordi Borja. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Siap, 1975; p.9.

processo de generalização e continuidade no cenário político e social. É quanto a essa “nova” forma de prática política que se refere, ainda, um representante da corrente francesa, Touraine, no tocante à dificuldade teórica enfrentada pelos cientistas sociais de então, isto é, “É preciso olhar mais além e mostrar que o fim da época socialista não anuncia nem a despolitização e o fim das ideologias nem o irresistível florescimento dos Estados todo-poderosos, mas, em certas condições, ao menos, um novo movimento social, novas manifestações da opinião pública e, portanto, novas reivindicações políticas”.⁸³

O surgimento dos movimentos sociais enquanto forma de conflito político contemporâneo está assentado em premissas, num certo sentido próximas, de um lado, e diametralmente opostas, de outro mas complementares. No que se aproximam, ambos partem dum processo de *redefinição* política porque passa o Estado.

Na análise da corrente espanhola, trata-se de um Estado em fase *monopolista*. Nessa abordagem ocupa lugar de destaque, portanto, a relação estabelecida entre, de um lado, as condições sócio-econômicas enquanto escopo explicativo e, do outro, o surgimento de conflitos sociais urbanos. A dinâmica social aparece aí, na verdade, como resultado da intervenção do Estado visando criar as condições para produção e reprodução do capital e as reivindicações se dão entorno dos “equipamentos” coletivos voltados para a reprodução da força de trabalho.

“Es decir, el desarrollo capitalista de la ciudad crea nuevas necesidades y disminuye a la vez el equipamiento a disposición de la mayoría de la población. Hay una relación antagónica entre las necesidades de acumulación, crecientes a medida que se concentra el capital y aumenta su composición orgánica y la satisfacción, también crecientes, pero que se satisfacen cada vez más deficientemente por

⁸³ Alain Touraine. **O Pós Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988;p.16.

el uso del suelo y la orientación de las inversiones com finalidades más rentables".⁸⁴

Mas se aí é a ação do Estado que determina o nascimento do conflito, na perspectiva analítica francesa, os "novos movimentos" são uma forma de resposta política a uma forma de gestão administrativa cuja ação precisa ser controlada. A noção do autor de *economia programada*⁸⁵ como resultante da redefinição do Estado é o que fundamenta a razão de ser dos "novos movimentos sociais", ou melhor, as lutas dos mesmos são definidas como antitecnocráticas, quer dizer, "(...)mas o movimento das mulheres, os movimentos regionais ou nacionais também estão voltados para essa luta antitecnocrática, que é o que define o novo movimento social"⁸⁶. Essa concepção, todavia, cunhada a dezoito anos atrás, ainda se mantém nos seus trabalhos recentes⁸⁷.

Trata-se de um modelo de gestão em que a força política nova é a tecnocracia. É a era do poder dos tecnocratas impondo um novo padrão de vida. A discordância em denominá-la de pós-industrial, como fazem os autores pós-modernos, cuja origem do termo é popularizada por Daniel Bell na América Latina, advém da premissa que não estamos plenamente numa fase pós-industrial, mas, como prefere, numa fase de *transição*. Daí porque talvez tenha chamado a atenção para o fato de que

"Esta simples observação não é só para situar a economia industrial em relação à mercantilista; ela a

⁸⁴ Jordi Borja. *Movimientos...* Op. Cit., p.13-14.

⁸⁵ Cf. Alain Touraine, *"Les hommes font leur histoire"*, pp.15-20 In *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978.

⁸⁶ Alain Touraine. *O pós socialismo*. Op. Cit., 211.

⁸⁷ Cf. Alain Touraine, *"O Sujeito como movimento social"*, pp.247-268 In *Crítica da Modernidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994; e *"Intervenciones del Estado y Movimientos Sociales"*, pp.161-288 In *América Latina: Política y Sociedad*. Madrid:Espasa-Calpe, 1988.

separa também da pós-industrial, que prefiro chamar de programada. Nesta última, o investimento, em vez de modificar somente a organização do trabalho, transforma a própria capacidade de criação, inventando novos produtos a partir de conhecimentos científicos e tecnológicos, e agindo sobre a administração geral da empresa concebida como sistema de produção, de transporte e de utilização de informações.(...)Na economia mercantil, o comerciante domina o artesão rural ou urbano; na programada, o patrão é o tecnocrata que dirige um aparelho de produção e de administração com capacidade de impor produtos, um modo de vida ou de organização social a um público".⁸⁸

Mesmo tendo no Estado um dos principais fundamentos explicativos das novas práticas, no processo de apropriação teórica, no Brasil, no entanto, para pensar os processos sociais esse fundamento ficou "de fora". É essa a principal tese dos estudos⁸⁹ críticos acerca da produção de conhecimento sobre movimentos sociais.

Em ambas correntes está presente a tese de que as novas práticas marcam a crise de formas clássicas ou tradicionais⁹⁰, de organização social. As novas formas assinalam, por assim dizer, que o *sujeito histórico* deixou de ser o operariado, portador da forma clássica de organização social, bem como do pensamento que o inspirara, e que, a

⁸⁸ Idem. Op. Cit. p.30. Ver ainda do mesmo autor essa noção da sociedade programada In *Production de la Société*. França: Éditions du Seuil, 1973.p.255-274. "C'est la priorité accordée à l'étude de la structure sociale sur celle de l'État, c'est la reconnaissance du système d'action historique et des rapports de classe comme déterminants fondamentaux de l'action sociale qui justifient mon insistance sur l'absence d'unité propre de l'action étatique et sur la nécessité de décomposer celle-ci pour retrouver une véritable analyse sociologique, et en particulier pour découvrir la nature des mouvements sociaux". p274.

⁸⁹ Ver, por exemplo, Ruth Cardoso. *Balanço dos Movimentos Sociais na América Latina*. In: RBCC, vol.1, n.3, fev-1987; Lúcio Kowarick. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. In CEDEC- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea-SP; Ana Maria Doimo. *A Vez e a Voz do Popular*. Op. Cit., pp.37-50.

⁹⁰ Cf. Alain Touraine, *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978; p.22-24; e Manuel Castells, *Lutas Urbanas e Poder Político*. Porto: Cidade em Questão, 1976;p.124.

partir de então, esse papel histórico viria caber aos “novos movimentos sociais”. Encontra-se aqui, como podemos perceber, as raízes da expectativa analítica bastante presente na produção de conhecimento brasileiro. Isso explica, do nosso ponto de vista, a projeção ideológica de esperar dos movimentos sociais o papel de grandes transformações bem como toda frustração presente na crítica posteriormente construída aos “movimentos sociais”, além de descartar o plano concreto das lutas de classes.

Vejamos, pois, o que diz Touraine

*“A crise do movimento socialista, analisada na primeira parte deste livro, tem uma consequência política direta: a crescente separação de suas duas tendências antagônicas. Aqueles que crêem no movimento social, na democracia e nas reformas distanciam-se cada vez mais daqueles que pensam em termos de contradições do capitalismo, de revolução, de prioridade a ser dada à conquista do Estado.”.*⁹¹

Essa é a questão teórica central colocada por essas abordagens. À maneira da formulação do problema explícita de forma bastante evidente o caráter teleológico contido nas análises, isto é, de que os “movimentos sociais” *desempenharia* o papel histórico desempenhado pelo movimento operário. “Mas não estamos assistindo, neste momento, à estruturação de novas lutas e esperanças que *desempenharão amanhã* o papel que tinha ontem o movimento socialista, firmes na mesma convicção, rompendo completamente com suas idéias e formas de ação?”.⁹² Tal é a problemática levantada pelo autor e que orienta toda reflexão epistemológica. “Que agente coletivo pode ocupar, numa sociedade programada, o lugar que pertenceu ao movimento operário na sociedade

⁹¹ Cf. Alan Touraine. *O pós...* Op. Cit. p.179-180.

⁹² Idem.p.16.Grifo nosso.

industrial?"⁹³ Para o autor, "os movimentos sociais", pois, num primeiro momento em que a luta estava relacionada a combater o processo de racionalização do trabalho, coube ao movimento operário. Mas, no entanto, como hoje, trata-se dum processo de racionalização social materializado pelo Estado, dirigido por tecnocratas, a luta, portanto, cabe aos "movimentos sociais".

Há de se destacar, ainda, dois aspectos centrais que estão presentes enquanto fundamentos analíticos aos estudos dos processos sociais. De um lado, que esses tenham um mínimo de *consciência* acerca da sua realidade social e, de outro, que haja uma *organização* política. São aspectos característicos das duas correntes e que servem de parâmetros analíticos para a definição da dimensão política das "novas" práticas.

O interessante, no entanto, é que apesar da premissa teórica quanto à crise da forma de "organização social tradicional", são esses mesmos elementos recorridos enquanto parâmetros analíticos para caracterizar determinadas práticas políticas como "fracas", "desordenadas" ou "fortes", "reformistas" ou "transformadora" ou ainda, para considerá-las enquanto "especificamente política". Isso no sentido de que quase se equipara às "formas tradicionais", mas num sentido bem mais amplo, uma vez que sua luta não se restringe à relação capital-trabalho, mas às questões de natureza sociais. Quer dizer, trata-se de aspectos definidos como moderno ou com acentuado grau de racionalidade ou racionalização político-organizativo⁹⁴. Chama-nos,

⁹³ Ibidem. p.119. Cf. ainda do mesmo autor "*Movimentos sociais e ideologia nas sociedades dependentes*", p.35-52, In: José A Guilhaon Albuquerque (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹⁴ É interessante notar que semelhantes pressupostos analíticos estão presentes em Eric J. Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos. Estudo de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 e, ainda, em *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. E no caso brasileiro, exerceu influência nos estudos clássicos

atenção, no entanto, como os mesmos pressupostos continuam orientando, ainda nos dias de hoje, as interpretações⁹⁵ dos processos sociais denominados de movimento social. Mantendo-se, inclusive, teses elaboradas na década de 1960.

Quanto às razões determinadora da gênese de um movimento social ambas apontam a necessidade de uma leitura crítica da sua condição social e uma vontade de mudança. Esse fundamento comum às abordagens está bem explicitado, na formulação

*"Todo movimiento social requiere un mínimo de conciencia y de organización. La toma de conciencia del carácter inaceptable de una situación y de la posibilidad de modificarla u oponerse a ella se realiza a través de un proceso que exige mayor o menor grado de organización. Gran parte de los movimientos urbanos se generan ante um súbito deterioro de las condiciones de vida o la amenaza de que éste se produzca (inundación, expropiación, etc.)".*⁹⁶

A relação movimento sociais e Estado, nesse sentido, se estabelece necessariamente pelo fato do Estado ser o responsável pela gestão dos serviços de natureza coletiva.

Quanto à *definição* do que são "movimentos sociais urbanos" ou "novos movimentos sociais" há só aparentemente uma distinção entre as correntes, pois para seus autores alguns aspectos centrais os definiriam: a) a existência de objetivos de natureza particular ou universal; b) portadores de uma auto-definição, portanto, possuidores da

acerca de Canudos-Ba, Juazeiro-Ce e Cangaço-Pe. Essas práticas foram analisadas com base naqueles pressupostos, segundo uma vertente analítica.

⁹⁵ Cf. E.J. Hobsbawm, *"O ano em que os profetas falharam"*, pp.5-6; Antonio Negri, *"Primavera e aulas para homens vivos"*, p.3. In 5º Caderno. Folha de São Paulo. São Paulo, 10-05-98. Mais!

⁹⁶ Jordi Borja. *Movimientos Sociales...* Op. Cit., p.15. Ver ainda tal perspectiva In Alain Touraine. *O Pós...* Op. Cit. p.22.

capacidade de construir uma auto-subjetividade; c) lutarem por conquistar “equipamentos” coletivos (moradia, transporte, serviços de saúde, etc) ou pela transformação de valores (o patriarcalismo, a ideologia racial, uma nova relação homem-natureza, etc); d) por se constituírem de uma heterogeneidade social, ou seja, não é um movimento de categoria; e); por ser uma “ação coletiva” ou “ação social” portadora de um projeto social de futuro. Todos esses aspectos, por conseguinte, estão presentes nos principais estudos brasileiros⁹⁷ da época acerca da temática.

Senão vejamos o que diz, por exemplo, dois dos representantes das correntes em exame:

Por um lado, diz Borja,

“Consideramos como movimientos reivindicativos urbanos las acciones colectivas de la población en tanto que usuaria de la ciudad, es decir, de viviendas y servicios, acciones destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida, a obtener la adecuación de éstas a las nuevas necesidades o a perseguir un mayor nivel de equipamiento. Estas acciones enfrentan a la población, en tanto que consumidora, con los agentes actuantes sobre el territorio y en especial con el estado (principal instrumento de gestión del consumo colectivo) y dan lugar a efectos urbanos (modificación de la relación equipamiento-población) y políticos (modificación de la relación de la población con el poder en el sistema

⁹⁷ Ver, por exemplo, Pedro Jacobi, *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas sociais por saneamento básico e saúde*. São Paulo, 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.; Maria da Glória Gohn, *Lutas populares urbanas; um estudo sobre os movimentos urbanos destacando a luta por creche em São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.; *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.; José Álvaro Moisés, *Classes populares e protesto urbano*. São Paulo: FFLCH-USP, 1978. Tese de Doutorado; Vera da Silva Telles. *A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes; os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. São Paulo: FFLCH-USP, 1984. Dissertação de Mestrado; Carlos Nelson Ferreira Santos, *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; entre outros.

urbano) específicos, que pueden llegar a modificar la lógica del desarrollo urbano”(Borja: p12) ⁹⁸

Por outro, diz Alain Touraine:

“Um movimento social não é apenas um conjunto de objetivos; supõe também a participação de indivíduos em uma ação coletiva. A formação de movimentos, ao mesmo tempo fracos, porque dispersos, e muitos fortes, porque decididos a autogerenciarem-se, a definirem por si mesmos seus fins e meios, sem que estejam subordinados a partidos ou a teóricos, deve criar novas formas de ação coletiva”. ⁹⁹

Segundo essas perspectivas, portanto, um movimento social se define por um esforço na sua ação tentando recriar relações cuja norma fora instaurada pela dominação. Só a título ilustrativo, por exemplo, isso vale para a “ação social” hoje que luta pela recriação da relação entre sociedade e Estado, no trato com as “políticas públicas” e o “direito de cidadania”.

Mas apesar da convergência de alguns fundamentos analíticos, há um aspecto *divergente* entre as correntes quanto à questão tempo e espaço. Para a corrente espanhola, por exemplo, “Los movimientos reivindicativos urbanos están constituidos por la acción de un grupo social que actúa sobre una base territorial”¹⁰⁰. Isto é, essa abordagem aprisiona os “movimentos sociais urbanos” a um lugar determinado ou a um “território”, como prefere o autor.

⁹⁸ Jordi Borja. *Movimientos...* Op. Cit. p.12. Ver ainda Manuel Castells. *Movimientos Sociales Urbanos*. Madrid: Siglo Veintiuno Editora, 1974.

⁹⁹ Alain Touraine. *O pós...* Op. Cit., pp.138-139. Cf. ainda do mesmo autor, *“Les mouvements sociaux”*, p.45. In *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978. Ver ainda do mesmo autor *“Os movimentos sociais”*, pp.335-365. In Marialice Mencarini Forachi e José de Souza Martins. *Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1997.

¹⁰⁰ Jordi Borja. *Movimientos...* Op. Cit., p.19.

Para Touraine, todavia, trata-se de perceber a noção de **tempo e espaço** simultânea que está sendo operada quando da caracterização da especificidade dos “novos movimentos sociais”. Os mesmos têm uma dimensão absolutamente planetária, a exemplo do movimento ecológico.

“É preciso, enfim, mencionar uma nova definição de tempo e espaço nos quais a ação se instala. Os movimentos sociais pré-industriais existiram num espaço limitado e num tempo muito longo.(...)Quanto aos atuais movimentos, os das mulheres, nacionalistas, ecologistas, antinucleares, estes vivem no imediato, decididamente no fim do mundo: é agora que é preciso por termo ao poder nuclear; amanhã será muito tarde. Mas esse tempo sem profundidade, que torna a escatologia uma dimensão da vida cotidiana, combina-se a uma ampliação quase infinita do espaço. (...) Os movimentos sociais são planetários; seus militantes nômades e cosmopolitas. A ecologia ensinou-lhes a extrapolar os limites das sociedades humanas e a refletir sobre as condições de sobrevivência do ecossistema no qual se situa nosso sistema social”.¹⁰¹

Essas práticas sociais são demarcadas, no geral, por possuírem duas características fundamentais: de um lado, um forte acento de *espontaneidade*. De outro lado, por serem práticas cuja natureza política se definem pela sua *defensividade*. E isso quer dizer que nesses casos trata-se de movimentos com pouca durabilidade e baixo nível de organização. Mas apesar disso, há casos em que pode ocorrer absolutamente o contrário, isto é,

“En otros casos un déficit permanente, a veces progresivo, acaba provocando una exigência coletiva, sobre todo en aquellos casos en el equipamiento satisface una necesidad muy legitimada socialmente (vivenda, educación, sanidad) o cuya demanda es creciente (formación, transporte) Estos movimientos

¹⁰¹ Alain Touraine. *O Pós...*Op. Cit.p.140.

tienen una génesis más prolongada y requieren casi siempre cierto nivel de organización".¹⁰²

Há ainda, nessas abordagens teóricas, além dos aspectos que vimos descrevendo, outros elementos importantes que possibilitam a *identificação/definição* de uma ação coletiva. Isto é, os *pressupostos/fases* que marcam a formação de um movimento social difere de corrente para corrente. De um lado, para a corrente espanhola, compreendem essas fases:

1. "la información que haga aparecer el carácter general de la situación y su inaceptabilidad (comparación com la situación anterior, com otros barrios o grupos sociales, com las necesidades mínimas o los estándares legales o habituales, etc.);

2. "la conversión de las necesidades individuales en una o varias reivindicaciones generales que sinteticen las aspiraciones de la población en el marco de lo 'posible' (por representar una base de negociación verosímil, por corresponder a lo que la ideología dominante reconoce como legítimo, por resumir las necesidades más elementares de la población);

3. "la manifestación colectiva y explícita de esta toma de conciencia y la decisión de presentar la o las reivindicaciones frente a un antagonista, que pueda o deba satisfacerlas, a través de una serie de acciones"¹⁰³.

Mas se nessa concepção a formação de um movimento social se caracteriza por tais aspectos, isso difere, no entanto, para a concepção francesa que vê os seguintes passos a partir da análise do movimento de mulheres, por exemplo:

¹⁰² Jordi Borja. *Movimientos*Op. Cit., p.15. Ver ainda Manuel Castells, *Movimientos Sociales Urbanos* que aí desenvolve perspectiva analítica semelhante.

¹⁰³ Jordi Borja. *Movimientos*...Op. Cit., p.16.

1. "A ação das mulheres inicialmente é radical, feita mais de recusas do que de afirmações, mais de separação do que participação. A partir dessa experiência primeira, vivida individualmente e por pequenos grupos, esse protesto toma duas formas diferentes e até mesmo opostas.(...)A primeira é a reivindicação de liberdade e igualdade para as mulheres.

2. A segunda não procura defender os direitos das mulheres, mas incitá-las contra o sistema de dominação que produziu a mulher como ser dependente do homem como agente de dominação. É preciso dar-lhe um nome: movimento de mulheres.(...) "Um movimento cultural luta, antes de mais nada, pela transformação dos valores; um movimento social só pode combater seu adversário e dividir com ele orientações cujo controle social é o escopo do seu combate. É por isso que todo movimento cultural, em qualquer momento que aconteça, surge sempre como uma pré-condição para a formação de um movimento social".¹⁰⁴

No entanto, para que esse *processo* se efetive, impõe-se a existência de um *núcleo avançado*, mais ou menos formal, que tome iniciativas, de um instrumento com *poder* de *convocatória* e *representatividade* que reuna a população e de um ou vários *atos coletivos* que cristalizem a manifestação de reivindicação e a decisão da ação.

Com efeito, o *tempo de duração* de um movimento social, no entanto, pode variar, isto é, de acordo com a natureza da reivindicação pode haver movimentos de caráter *pontual* ou *estável*. Qual o fundamento para definir a *natureza* do movimento quanto ao seu potencial de luta? Qual o papel do território e da reivindicação para definir o alcance político e legitimidade social? Trata-se na verdade da definição dos bairros que de fato possuem um potencial político conseqüente ou

¹⁰⁴ Alain Touraine. *O pós...* Op. Cit., pp.122-7. Cf. ainda do mesmo autor "*L'utopie communautaire*", pp.31-33 In *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978.

que atendem aos parâmetros de racionalidade moderna, isto é, definido como estável pelo conteúdo reivindicativo e pela natureza da luta. Portanto, com maior capacidade reivindicativa e organizativa, enquanto que os demais são definidos como “frágeis”, “fracos” ou “desordenados” em função da reivindicação localizada e (des)organizada.¹⁰⁵

Mas para que um movimento possa lograr êxito, a nível político, há de possuir os seguintes pressupostos como fatores favoráveis à sua força: a) uma homogeneidade social, b) um certo nível organizativo, c) ter uma margem de manobra e uma capacidade de alcançar legitimidade pública, etc.

Podemos dizer que apesar de tudo isso, existe uma dificuldade para estabelecer uma tipologia em razão da heterogeneidade dos “movimentos sociais urbanos” ou dos “novos movimentos sociais”. Ironicamente o que os torna singular - ser conjuntural e ter composição social heterogênea - constituem-se em seu obstáculo teórico.

Na corrente francesa, todavia, encontra-se um pressuposto teórico fundamental e que influenciou sobremaneira as pesquisas brasileiras sobre a temática: a questão da busca da identidade. Isso porque para Touraine

*“La contepartie du refus de l'État, de la crise culturelle et de la conscience angoissante du vide social est la recherche de l'identité personnelle et de la communauté capables de résister aux déchirements de l'histoire”.*¹⁰⁶

*“Le mouvement social y est présenté comme la combinaison d'un principe d'identité, d'un principe d'opposition et d'un principe de totalité”.*¹⁰⁷

¹⁰⁵ Cf. Jordi Borja. *Movimientos...* Op. Cit. p.20 e Alain Touraine. *O Pós...* Op. Cit., pp.21-22.

¹⁰⁶ Alain Touraine. *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978; p.31.

¹⁰⁷ Idem. p.109.

*"Todas essas formas de recuo conduzem também ao apelo à identidade do indivíduo ou do grupo definidas fora de suas relações sociais e à parte de toda situação de dominação e de dependência".*¹⁰⁸

*"(...)L'analyse ne porte ni sur une situation ni sur des opinions, mais sur l'auto-analyse que des militants font de leur action collective".*¹⁰⁹

Aqui o autor explicita a necessidade de um olhar analítico que perceba as transformações que estão sendo promovidas por formas recentes ou contemporâneas de mudança social. O escopo da análise está centrado na questão cultural. Isso explica, talvez, porque as pesquisas de sua influência se dirigiram para apontar as transformações no campo da cultura política, em vez de transformações de natureza estrutural, sobretudo ao nível econômico e político, como queriam as análises centradas num outro paradigma analítico.

A questão da busca da *identidade* dos movimentos sociais passa a ser a preocupação teórica fundamental. E no dizer de uma das que mais tem pesquisado o tema e também influenciada por tal perspectiva "(...)Pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento".¹¹⁰

Com isso surge também toda uma orientação de natureza metodológica voltada para possibilitar o objetivo das análises. Assim, o problema da "objetividade" do conhecimento buscou-se resolver pela via de novas técnicas de pesquisa. Trata-se da questão da *suportação* do discurso teórico. Onde deve-se buscá-la? Foi aí que surgiram as propostas de pesquisas com observação participante, pesquisa-ação,

¹⁰⁸ Alain Touraine. *O pós...* Op. Cit., p.79.

¹⁰⁹ Alain Touraine. *La voix*. Op. Cit., p.41.

¹¹⁰ Maria da Glória Gohn. *Teorias dos...* Op. Cit., p.279.

pesquisa participada, etc. Questões sobre a *representação* se formularam e a busca da subjetividade passou pela garantia da fala do sujeito.¹¹¹

Mas o que é/era a *identidade*, do ponto de vista teórico, para os analistas? Como representá-la? Tais são as questões inerentes a tais estudos. E, para o que nos interessa assinalar, há um deslocamento na prática teórica, em que a atividade teórica [construção da “realidade” social enquanto prática da teoria] passa por uma (des)caracterização, uma vez que nessa prática os discursos ou a auto-representação que os sujeitos sociais fazem de si mesmos, passa a ser a sua *representação teórica*. No que estamos chamando a atenção, até aqui, trata-se de uma perspectiva analítica que substitui a tarefa de construção da representação da “realidade” social enquanto resultado da prática teórica, enquanto resultado do processo da produção do conhecimento, em vez, pelo contrário, de ser a própria auto-construção do sujeito. À medida que o conhecimento[representação abstrata da “realidade” social] deixa de ser o resultado do trabalho de construção teórica e não é outra coisa senão a auto-construção-explicação que os sujeitos dão de si mesmos, que papel é reservado ao cientista social?

A passagem para uma investigação que buscava os elementos que conferem *identidade* aos movimentos se deram a partir do que denominamos pela definição de uma *teoria de campo*, o que implica, na verdade, por todo o acento da produção do conhecimento nos aspectos técnicos ou metodológico. Isso significou a elaboração de técnicas que possibilitassem - na análise da identidade dos sujeitos sociais -, “ouvir suas falas”, “captar suas práticas cotidianas”. Aliás, no tocante a essa questão, dentre outras, Passeron se refere dizendo que “a *forma do*

¹¹¹ Cf. Eder Sader e Maria Célia Paoli. Op. Cit., p.60. “Abandonando o lugar da razão exterior que qualificaria as práticas observadas, os novos pesquisadores têm vacilado entre várias possibilidades, desde a pesquisa participante até a descrição etnológica. É claro que não são poucos os riscos dessa alteração, tendo no limite a pretensão impossível de auto-anulação do próprio pesquisador enquanto sujeito portador de questões e reflexões que o motivam e definem seu próprio impulso de conhecimento”.

raciocínio sociológico só pode ser identificada na diversidade dos métodos de comparação a que recorrem as pesquisas passadas e atuais. A postura epistemológica, que definiu como sociológico um trabalho sobre dados históricos, manifesta sua utilidade através de uma ampla gama de hábitos metodológicos e habilidades técnicas”.¹¹²

Assim, em análise crítica acerca do conhecimento produzido na época Ruth Cardoso explicita alguns elementos característicos da prática teórica emergente naquele momento. Diz ela a esse respeito, em citação longa, mas importante:

“Em quase todos os temas que despertaram interesse nos últimos anos (movimentos sociais, participação política, estudos de bairros periféricos, conjuntos habitacionais, etc.), os cientistas sociais estão envolvidos em projetos que supõe a utilização de entrevistas longas e ampla convivência com informantes. É uma espécie de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso ‘real’, que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais. (...) Porém, esta voga de novas técnicas de investigação e o interesse pelos atores sociais de carne e osso não se fizeram acompanhar de uma crítica teórico-metodológica consistente. Respondiam a um mal-estar, a um desencanto com generalizações apressadas e os esquemas explicativos muito abstratos. Mas a volta ao concreto se deu pelos mesmos caminhos já trilhados pela ciência positivista. (...) Entretanto, outros temas nascido deste movimento crítico foram assimilados aqui [no Brasil]. Em primeiro lugar, incorporamos a discussão sobre a politização da ciência e a necessidade de engajamento dos cientistas e, pôr outro lado, caminhamos facilmente no sentido da exploração das técnicas qualitativas de investigação, uma vez que nossa formação universitária sempre acentuou sua utilidade. (...) Tudo isso criou uma situação onde não houve clima para um reexame dos instrumentos com que se constrói o

¹¹² Jean-Claude Passeron. *O Raciocínio Sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995; p.39.

*conhecimento. Se, nos Estados Unidos, a valorização do dado qualitativo veio conjugada com o princípio positivista da neutralidade e objetividade do pesquisador, aqui estas técnicas foram revalorizadas sem maior inquietação. A crítica à ciência vigente acentuou sua pobreza técnica e seu distanciamento do real, apontando para a necessidade de renovar as formas de coleta de dados como um passo fundamental para enriquecer as interpretações. Este modo de ver o trabalho científico está perto da clássica formulação do empiricismo positivista: dados bem coletados devem falar pôr si mesmos.(...)Considero muito saudável a volta ao trabalho de campo e ao respeito pelo dado empírico, mas quero ressaltar o descompasso entre estas iniciativas e a assimilação da discussão sobre a natureza do conhecimento científico, etc."*¹¹³

Neste aspecto, portanto, essa seria uma das razões pelas quais encontramos freqüentemente nos estudos baseados em trabalho de campo, um *desencontro* entre as introduções teóricas e a apresentação do material de pesquisa. Isto é, o quadro teórico é muito mais declaração de princípios que uma *construção de referências analíticas*. No que nos interessa no plano de análise - indicativo da natureza do conhecimento social produzido -, a metodologia é algo recorrente à prática científica em que não se *distinguem* os planos de análise e o de realidade. Faz-se necessário, no entanto, assinalar que - afim de demarcar a questão que aqui nos interessa -, a autora restringe-se à criticar apenas a dimensão metodológica. Quer dizer, toca simplesmente num aspecto do problema, isto é, na questão da metodologia.

Mas a escolha em abordar os fundamentos teóricos dos estudos sobre os "movimentos sociais urbanos" tem a ver, do nosso ponto de vista, com a sua expressividade teórica. Para outros autores isso se deve a tantos outros fatores, dentre eles, deve-se respectivamente à sua expressividade numérica em termos práticos. Mas a nível do espaço rural,

¹¹³ Ruth Cardoso (Org). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;pp.97-99.

será tão expressivo assim? Mas que razões justificariam selecionar os movimentos sociais urbanos no Brasil para *identificar* os seus fundamentos teóricos? Para GOHN, são várias as razões, ou melhor,

*"Selecionamos os movimentos sociais urbanos por terem sido grandes novidades no cenário latino-americano nas últimas décadas; por sua expressividade numérica; e pelo fato de nossa própria produção ter se concentrado majoritariamente naquela temática. Acrescente-se ainda o fato de os estudos sobre os movimentos terem se desenvolvido de forma bastante isolada. Assim, os grupos que estudavam a realidade rural tiveram pouco contato com os que estudavam a realidade urbana. Cada área acadêmica criou seu grupo de pesquisadores - que dialogavam e debatiam quase que exclusivamente entre si, nas reuniões das associações científicas, fóruns universitários etc".*¹¹⁴

Tal declaração nos interessa, portanto, para demonstrar a forma segmentária com que se deram os estudos sobre processos sociais no Brasil, em que ficou fora da prioridade de pesquisa e de uma interlocução teórica os estudos acerca das práticas ocorridas no campo. E no que sabemos hoje mais do que antes, há um lugar *institucionalizado* para as discussões da temática ao nível urbano, (ANPOCS), por exemplo, e que conta sempre com o apoio institucional da Ford Foundation, de um lado, e, ao nível rural (APIPSA), de outro, enfrentando toda ordem de dificuldade e que se mantém graças a perseverança dos seus intelectuais associados.¹¹⁵ Referindo-se a esse respeito, Ianni apontou, de forma assaz crítica, as implicações - ao nível da produção teórica - dessa tendência. Assim, diz ele,

"A burocratização e a industrialização do processo de produção científica transforma o cientista social num

¹¹⁴ Maria da Glória Gohn. *Teorias...* Op. Cit., 274.

¹¹⁵ Ver crítica feita por Ilse Scherer-Warren. *Redes de Movimentos Sociais*. Op. Cit., p.18.

elemento subalterno, ou prisioneiro, de uma organização complexa, que dita o que e como pesquisar. Em muitos casos, o cientista deixa de ser um intelectual independente, de pesquisar o que julga relevante; é levado a trabalhar com os temas que lhe dita a organização; os temas que são de interesse da organização. De certa forma, deixa de ser um intelectual para ser um pesquisador, especialista, técnico, assistente, analista, calculista, programador e outras variações."¹¹⁶

Isso retrata, no entanto, é claro, a forma dicotômica com que vem sendo pensada a realidade social brasileira. A essa forma de produção de conhecimento Francois Lyotard¹¹⁷ denominou criticamente de "pragmática do saber científico" e, Jean-Claude Passeron¹¹⁸, após tomá-lo como objeto de análise, apontou como sendo o principal problema epistemológico da sociologia, e que encontra-se presente ainda nos dias de hoje. Isto é, "(...)Somente onde a multiplicação das variáveis está limitada pelos princípios do 'paradigma' de que se deduzem é que as constatações empíricas possuem uma generalidade que pode ser controlada pela reiteração ou acumulação de resultados, já que a

¹¹⁶ Octávio Ianni. **Sociologia da Sociologia. O Pensamento Sociológico Brasileiro.** São Paulo: Ática, 1978; p.221.

¹¹⁷ Cf. Jean-François Lyotard. **O Pós Moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; pp.44-50.

¹¹⁸ Cf. Jean-Claude Passeron. **O Raciocínio...Op. Cit., pp.37-38. Ver,** ainda, crítica semelhante em Maria José Rodrigues Faria Coracini. **Um Fazer Persuasivo: o discurso subjetivo da ciência.** São Paulo: Educ-Pontes, 1991., "esses cientistas 'aplicados', ou normais, se unem em torno do mesmo paradigma e se constituem em comunidades, cuja principal característica é a de utilizarem instrumentos e métodos de análise próprios e adequados ao paradigma teórico escolhido. Tais comunidades podem constituir verdadeiras 'escolas' científicas, uma vez que, no dizer de Kuhn..., consistem em grupos de cientistas que se reúnem em torno de uma especialidade, partilhando o mesmo paradigma e a mesma literatura de base. Opondo-se entre si, essas 'comunidades científicas' determinam regras, normas que devem ser seguidas por todo aquele que desejar a elas pertencer. Assim, o valor de um trabalho depende de um consenso, da 'unanimidade do grupo'".p.31.

condição 'sendo tudo igual em outros pontos' envolve então outras operações mentais que não a omissão ou a complacência".¹¹⁹

Tentamos apresentar, portanto, em linhas gerais os fundamentos analíticos dos representantes das correntes espanhola [Manuel Castells e Jordi Borja] e francesa [Alain Touraine], tentando demonstrar quais são os seus fundamentos teórico-metodológico para análise dos "movimentos sociais". Tentando demonstrar ainda como mesmo nas matrizes teóricas o problema que estamos priorizando na análise encontra-se presente, ou seja, os "movimentos sociais" são definidos também aí muito mais enquanto plano de realidade em vez de plano de análise.

¹¹⁹ Jean-Claude Passeron. Op. Cit., p.37.

2.3. O Escopo Dominante sobre "Movimentos Sociais" no Brasil.

De início é preciso dizer que a produção de conhecimento sobre os denominados "movimentos sociais" no Brasil, esteve quase na sua totalidade voltada para as "ações coletivas" ocorridas no espaço¹²⁰ urbano, sendo, inclusive, referidas enquanto "conflitos urbanos". O qualificativo, no entanto, revela, de antemão, a necessidade de afirmá-los enquanto práticas tipicamente de um determinado lugar de realidade. Isso se explica, ainda, pela própria temática-problemática bastante analisada que diz respeito a um conjunto de reivindicações levadas a cabo pelas práticas sociais aí desencadeadas.

Na verdade, não se trata de práticas sociais novas e que demarcam a crise da forma clássica de organização social ou movimento "tradicional", como querem os seus autores¹²¹. Aliás essa é a tese central desenvolvida pelos autores clássicos e que foi incorporada pelos principais autores no Brasil. O que houve, de fato, no entanto, foi o surgimento de práticas sociais em torno de questões relacionadas à realidade imediata dos sujeitos sociais. Isto é, a *diversidade* de "ações coletivas" denominadas de "movimentos sociais urbanos" ou "novos movimentos sociais" - conforme os fundamentos das correntes analisadas anteriormente -, estar relacionada às questões sociais surgidas

¹²⁰ Cf. distinção entre *lugar* e *espaço* operada por Michel de Certeau, *"Relatos de Espaços"*, pp.199-217 In *A Invenção do Cotidiano. 1.Artes de Fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

¹²¹ Cf. assinalam André Gunder Frank e Marta Fuentes. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. São Paulo: Lua Nova. Revista de Cultura e Política. Nº 17, Junho/89;p.19-48. Ver ainda Teresa Pires do Rio Caldeira. *A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo:Brasiliense,1984;pp.7-64.Aí a autora mostra práticas dessa natureza já nos anos 30 no Bairro de São Miguel-SP.

num determinado contexto histórico-social¹²² que começa a ocorrer ao nível da cidade ou do *espaço urbano*. Todavia, com uma particularidade, segundo os principais estudos, trata-se de problemática própria das grandes cidades, e de sua relação com o “mundo do trabalho”.

Assim, pois, surge a questão da *visibilidade-lugar* social como fundamento explicativo da mudança social e epistemológica. O espaço urbano, entendido enquanto lugar de potencialidade de conflitos se afirma e demonstra toda relação em termos dos “novos objetos” de conhecimento sociológico que marca o surgimento de um sujeito social específico, isto é, capaz de produzir a sua própria *subjetividade*, ao contrário, portanto, do movimento operário, cuja subjetividade era dada exteriormente, quer dizer, a partir do partido. Essa perspectiva analítica, se prestarmos bem a atenção, encontra-se já presente nos fundamentos teóricos que “iluminam” os estudos.

A essa questão se refere, portanto, Telles, uma estudiosa do tema e uma das pioneiras no Brasil, acentuando as razões que fizeram com que a ênfase dada nas análises, naquele contexto, tomasse como escopo dominante as ações coletivas em torno da

“(...)Moradia e seu mundo de sociabilidades, o bairro e seus ‘pequenos’ dramas cotidianos montados em torno das condições imediatas de vida e em torno das chamadas carências urbanas ganhavam uma nova visibilidade, armando o cenário reconhecível que fazia aparecer os trabalhadores como sujeitos de

¹²² Cf. Eder Sader, Quando novos personagens entraram em cena experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;pp.9-60; Amneris Maroni, **A Estratégia da recusa(Análise das greves de maio de 1978)**. São Paulo: Brasiliense,1982. Aí a autora mostra como a luta política operária se deslocou para o espaço do trabalho, uma vez impossibilitados de praticá-la no espaço público. No seu dizer, “(...)passou despercebido para o pensamento crítico, a ponto de torná-lo cúmplice do silêncio oficial”.p.10-11.; Marcia de Paula Leite, **“Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos”** In **Processo e Relações de Trabalho no Brasil**. In Maria Tereza Leme Fleury & Rosa Maria Fischer(Coord.). São Paulo: Atlas, 1985; entre outros.

*práticas, cujo sentido estava na possibilidade que estas sugeriam de revitalização da sociedade contra a institucionalidade vigente".*¹²³

Todavia, é quanto à visibilidade do *deslocamento* das práticas sociais, até então centradas nos campos institucional e de produção, que se referem os diversos autores. Mas se tal é o pressuposto teórico que justifica e aponta a importância dos "novos objetos"(para análise), que (des)importância merece, no entanto, o *espaço rural*, já que sabemos, enfrenta outras formas de "ação coletiva-conflitos" de dimensões políticas inclusive mais amplas? Por que não suscitou nesses cientistas sociais o mesmo interesse teórico? Há, de fato, na *historiografia sociológica* brasileira, mas não só nela, na de fora do Brasil também, uma predominância e importância pelos processos sociais manifestados ao nível do espaço urbano¹²⁴ enquanto responsáveis pelo processo de mudança social e, portanto, tipicamente portadores da dinâmica social. Os "conflitos rurais" ou "movimentos sociais rurais", no entanto, mesmo quando receberam um tratamento teórico¹²⁵, foram quase sempre

¹²³ Cf. Vera Silva Telles, *"Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70"* In *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987;p.62.

¹²⁴ Cf. Elza Franco Braga e Irllys Firmo Barreira (Coord.). *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demórito Rocha/Stylus Comunicações, 1991;pp.17-75. Essa concepção está presente aí como referenciais de análises. Assim, portanto, "denomina-se por movimentos sociais urbanos os processos de organização e contestação efetivados por moradores que agregam um conjunto amplo de lutas sociais, cujo objetivo básico é a posse mediata e imediata de bens de consumo individual e coletivo, compatíveis com a inserção no 'habitat' urbano e com os padrões culturais e coletivos de reprodução da força de trabalho".p.33.

¹²⁵ Ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo:Alfa-Omega,1976 e *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega,1976.; Rui Facó. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1963, Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega,1978, Raimundo Faoro. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre:Editora Globo,1975, José Honório Rodrigues. *Conciliação e Reforma no Brasil- Um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro:

caracterizados de forma *conservadora* ou, no que vem a dá no mesmo, foram *minimizados* quanto à sua natureza política e capacidade transformadora.

Há de se discutir, dessa forma, a concepção conservadora e (pre)conceituosa, imanente na historiografia¹²⁶, quanto à questão dos processos sociais ocorridos ao nível do “espaço rural” no processo de transformações sociais. Embora o “espaço rural seja visto teoricamente como conservador, isto é, como “espaço” em que o processo de mudança social não se realiza e, ao contrário, se mantém, constituindo-se assim, num obstáculo a um processo de mudança política e, porque não dizer, representando uma força para conservação do “atraso” em vez de uma força para a “modernização”. Aliás, moderno e atrasado, dentre outras, tais são as premissas científicas presente nas análises sobre os processos sociais brasileiro, mas não só.¹²⁷

Todavia, é quanto ao *equivoco* analítico, presente nas problemáticas-abordagens, que gostaríamos de assinalar a crítica

Civilização Brasileira, 1965., tendo, no entanto, como exceções José de Souza Martins(nos seus trabalhos), César Barreira. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1992.; e Caio Prado Jr, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*.São Paulo: Brasiliense, 1980, bem como os estudos sobre as revoltas escravas, mas que mesmo assim são todos eles tributários de *categorias da prática* em função do seu método.

¹²⁶ Cf. César Barreira. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1992.11-46. Ver ainda Maria Lucinete Fortunato. *Da “Consideração” ao “Ganho”: Redefinições das relações de Poder no Discurso “Camponês”*. Campina Grande-PB. UFPB II-CH- Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1993;pp.10-56.Mimeo. Aí a autora mostra como as interpretações sobre as práticas políticas ao nível do “poder local” estão caracterizadas por referenciais teóricos cuja concepção de poder é monolítica, havendo assim um único ator social, definido geralmente como “coronel” ou “oligarquia local”.

¹²⁷ Ver, a esse respeito, Raimond Boudon. *O Lugar da Desordem*. Lisboa: Gradiva, 1990. p.11-50. Aí o autor faz um apanhado das teorias da mudança social e mostra como no geral todas estão eivadas da perspectiva do evolucionismo social, ou seja, está sempre presente a questão do moderno enquanto mais atual ou mais desenvolvido.

formulada por José de Souza Martins, que foi o *primus inter pares* a estudar os processos sociais no campo e que, de forma bastante lúcida, apontou, todavia, numa perspectiva teórica positiva, que

“São curiosas essas concepções: todas as grandes revoluções sociais deste século foram revoluções camponesas, total ou predominantemente: a revolução Mexicana, a revolução Russa, a revolução Chinesa, a revolução Vietnamita, as guerras de libertação na África. Já para não falar da revolução Francesa, no século XVIII, que teve na base, destruindo a velha ordem política, uma revolução camponesa. No próprio Brasil, desde o século XIX, as grandes revoluções têm sido revoluções camponesas, ao menos num certo sentido; a Cabanagem(no Pará), a Balaiada (no Maranhão e no Piauí), Canudos (na Bahia), Contestado(em Santa Catarina), as revoltas dos anos cinqüenta (especialmente, no Paraná e em Goiás) e o conflito generalizado contra a grande propriedade nos anos setenta e oitenta, em todo o país. Só nesses casos surgiram propostas radicais de transformação social”.¹²⁸

Apesar disto, no entanto, os cientistas sociais insistem em ignorá-los, salvo, é claro, no momento atual, em que o MST(Movimento dos Sem Terra), está sendo a sua “menina dos olhos teórico”. Mas isso porque os denominados “movimentos sociais urbanos” não tem demonstrado *visibilidade*, salvo naquilo que tem sido, também, considerado como tal ou se metamorfoseado teoricamente (as ONGs)¹²⁹ e sobretudo em função da visibilidade prática que ganhou. Daí que a necessidade da visibilidade social como parâmetro analítico acabou por

¹²⁸ Cf. José de Souza Martins. *Caminhada no Chão da Noite. Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo*. São Paulo: Hucitec, 1989;pp.17-18, grifo nosso. Ver ainda do mesmo autor *A Chegada do Estranho*. Op. Cit., Cap. I, pp.107-153.

¹²⁹ Ver Maria da Glória Gohn. *Os Sem-Terras, ONGs e Cidadania*, Ilse Scherer-Warren, *Redes de Movimentos Sociais*., só para ficar nesses autores.

(re)defini-las. Isto é, passa-se a definir o que ontem, nas análises, foram qualificadas de agente mediador dos conflitos como “movimentos sociais”.

O que, no entanto, fez com que os processos sociais ocorridos ao nível do “espaço urbano” tivesse prioridade analítica em detrimento dos ocorridos ao nível do “espaço rural”? No que sabemos, hoje, mais que antes, a “questão urbana” serve, assim, pois, de pressuposto para assegurar o estatuto teórico aos novos estudos ou temáticas. E isso ocorre, do nosso ponto de vista, e naquilo que vimos procurando demonstrar até aqui e que constitui a nossa tese principal, pelo fato do problema (de análise) não ter se colocado de um *parti pri* epistemológico, como já nos referimos, anteriormente, ou, dito de outra forma, de um ponto de vista estritamente teórico. É o que está na esteira da trajetória das teorias dos “movimentos sociais”. Isto é, o seu lugar de nascimento enquanto *objeto de conhecimento* se dá fora do seu “leito natural” segundo a história do pensamento. Porquanto, em vez da **teoria** engendrar o seu objeto (de conhecimento), ao contrário, foi o “objeto” (**empírico**) que engendrou a sua teoria. Daí porque termos dito anteriormente que “o problema da história é a história do problema”. Querendo acentuar com isso que o problema -da *(in)definição* - permanecerá *irresolúvel* enquanto não se colocar numa perspectiva epistemológica ou que, ao contrário, o problema só se *resolverá* quando for colocado a partir de tal perspectiva.

Assim, portanto, não há nada de mais - para uma teórica dos “movimentos sociais” - declarar que do seu ponto de vista e que não é exclusivamente seu, mas de diversos cientistas sociais, que

“(...)O que me importa no momento é chamar atenção para o fato de que as discussões acerca da ‘questão urbana’ tinham importância no sentido de conferir estatuto teórico a movimentos que não encontravam lugar nos referenciais tradicionais,

voltados para a análise da 'classe operária-na fábrica-no sindicato-no partido'".¹³⁰

Ou seja, como podemos inferir, o fundamento teórico ou, a *suportação* do discurso¹³¹ teórico não está na teoria, mas, pelo contrário, nesse caso, aos níveis empírico-ideológico, ou seja, no sentido de que *empirismo* é conceber o processo de conhecimento como uma modalidade de extração da verdade a partir do real. Isso porque, trata-se, primeiro, de contrapor um paradigma de análise que vige e cuja problemática já está definida sociologicamente, e, criar um "novo" cujo nascimento, sempre, depende da sua capacidade de instituir-se como tal. Foi isso, portanto, o que ocorreu no Brasil. As análises das "ações coletivas" quase substituem as análises fundadas nas premissas de classes, que é em si uma realidade teórica. Daí porque, portanto, Passeron, dizer que "a palavra para 'classe' nem por isso é um simples jogo de palavras em cima de conceitos diferentes: refere-se mais a uma realidade teórica, um lugar no campo sociológico onde o pesquisador deve se colocar mentalmente para proporcionar-se todas as oportunidades de municiar de perguntas descritivas e hipóteses analógicas um trabalho metódico de interpretação da diferenciação ou desigualdade sociais"¹³².

O que reconhecer, afinal, numa análise acerca das novas práticas sociais e que se diferenciam radicalmente das formas clássicas do movimento operário? Para que se fazer uma análise engajada? Na análise desses novos processos sociais está sempre presente como *princípio* científico da produção de conhecimento sobre a realidade (social) a dimensão política da ciência, quer dizer, o seu papel de transformação

¹³⁰ Cf. Vera Silva Telles. Op. Cit., 67.

¹³¹ Ver Michel Foucault. *As Palavras e as Coisas*. Aí o autor demonstra como o homem(objeto de análise) nasce na-pela teoria, no caso as Ciências Humanas, bem como demonstra, ainda, as mudanças operadas na natureza da *suportação* do discurso teórico.

¹³² Jean-Claude Passeron. Op. Cit., p.44.

social. Três aspectos poderiam, no entanto, explicar essa característica: de um lado, o contexto político-social em que foram engendrados, de outro, por já está contido enquanto fundamento nas suas matrizes teóricas e, por fim, a relação orgânica existente entre o teórico e o “objeto” de estudo. Mantém-se ainda aqui a perspectiva ideológica presente nas análises anteriores, quando ambas se preocupam em contribuir *analiticamente* para um processo de transformação da realidade social a ser estudada. Essa questão, todavia, encontra-se presente, nas matrizes teóricas clássicas que fornecem os fundamentos analíticos. Isto é, de uma lado, uma orientação teórico-metodológica preocupada em como contribuir teoricamente para a *ação* e que

*“Por isso o mais importante é reconhecer os atores, os conflitos e os riscos da sociedade em que vivemos, que não é mais a sociedade da industrialização. Isto supõe observar as lutas reais e construir análises novas capazes de as avaliarem, assim como ajudar, através do julgamento e da ação, o fortalecimento das novas forças sociais de oposição e os combates empreendidos contra os velhos e os jovens lobos”.*¹³³

No que estamos formulando, no entanto, e que se constitui na hipótese aqui trabalhada, trata-se de um problema de natureza teórica, ainda que nenhuma forma de trabalho científico detenha o monopólio do espírito científico, pois isso seria admitir, antes de verificar-se, uma “essência” pela qual seriam desempatados os pretendentes empíricos a este rótulo, presente na esteira das “teorias dos movimentos sociais”. Isto é, trata-se da *transgressão* praticada entre os planos de análise e o plano de realidade quando da construção da “realidade” (social) como resultado da atividade teórica ou do processo da produção do conhecimento. Mas é decorrente, também, da concepção de uma concepção de ciência que estabelece como sua finalidade imediata a

¹³³ Alain Touraine. *O pós ...* Op. Cit., p.25.

transformação real. Assim, pois, confunde-se que a contribuição política da ciência é a sua contribuição teórica. Tal o problema fundamental que tem sido-é mal-entendido pelos intelectuais de maneira geral.

Dessa forma, mesmo depois de termos dito o que dissemos, acerca do nosso recorte temático, quais os desafios postos ainda hoje após trinta anos de análises sobre “movimentos sociais”, segundo uma de suas principais teóricas? A resposta vem em alto e bom som: os intelectuais brasileiros precisam libertarem-se dos modismos que crassam na história da ciência social brasileira. Isto se for possível, pois de acordo com Rouanet trata-se de “um familiaríssimo festival de besteiras, que parece ter a tendência de ressurgir ciclicamente em determinados períodos de nossa história, com o agravante, no caso, de que se trata de um bestialógio importado”.¹³⁴ Isso na verdade reitera a tese, amplamente discutida por Martins quanto ao “nosso” “colonialismo intelectual”¹³⁵ que, em outras palavras, significa “pensar” a realidade social brasileira a partir de um olhar(analítico) europeu. Assim, poderemos formular a seguinte questão. Decorridos quase trinta anos de estudos sobre os “movimentos sociais”, o que explica, portanto, que o horizonte traçado por uma de suas “maiores” teóricas - pelo menos com maior quantidade de obras publicadas e que mal acaba de escrever um trabalho, tem publicação assegurada -, seja “como construirmos novas categorias de análise que resultem da reflexão de nossa realidade (social) e não da realidade alheia ou, pior ainda, dos modismos que crassam”? Isto é, segundo as suas próprias palavras, portanto, numa resposta, todavia, parcial, diz Gohn —

“Ainda temos dúvidas sobre os caminhos que nos levem à construção de explicações teóricas para os movimentos sociais latino-americano, especialmente na era da globalização, quando as fronteiras entre as

¹³⁴ Cf. Sérgio Paulo Rouanet, *“Do Pós-Moderno ao Neo-Moderno”* in Ver. TB, Rio de Janeiro, 84-5/9, janeiro/março; 1986; p.86.

¹³⁵ Cf. José de Souza Martins. *A chegada... Op. Cit.,p.79.*

*nações são ofuscadas, e os fenômenos locais tendem a ser absorvidos pela dinâmica do global. Como construirmos novas categorias de análise que resultem da reflexão de nossa realidade e não da realidade alheia ou, pior ainda, dos modismos que crassam e a que facilmente aderem aqueles que freqüentam os salões acadêmicos internacionais, são nossos grandes desafios para o futuro imediato. Acreditamos que o homem e sua forma de pensar são realidades universais. Mas sua forma de viver e representar o vivido tem características locais, regionais e nacionais peculiares".*¹³⁶

Ao que parece, e é isso o que vimos inferindo teoricamente, o Brasil tem se *singularizado*, em termos de ciências sociais, por fazer estudos empíricos que servem de fundamento "teórico" às teorias elaboradas, na maioria das vezes, sem estudo empírico, portanto, sem tal carga de positivismo¹³⁷.

No entanto, se na esteira das análises sobre processos sociais analiticamente denominados de "movimentos sociais" nos defrontamos com um problema-dilema teórico quanto ao que sejam, a perspectiva quanto ao seu horizonte, é, portanto, um quadro desalentador. Isso porque a forma de resolução do problema é a forma da sua não resolução. Senão vejamos, *mais uma vez*, na explicação de Gohn, em que reside as razões para as diferentes interpretações na atualidade e de que maneira se tem buscado resolvê-la. Ou seja, diz ela

"As diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem de três fatores principais: primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e

¹³⁶ Cf. Maria da Glória Gohn. *Teorias dos....* Op. Cit., p.294.

¹³⁷ Cf. Alberto Cupani. *A Crítica do Positivismo e o Futuro da Filosofia*. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1985; pp.13-27. Ver, por exemplo, a quantidade de pesquisas empíricas para reafirmar teses, por assim dizer, estritamente teóricas. O maior exemplo na atualidade está relacionado aos estudos do *imaginário*, segundo uma de suas matrizes, no caso em que já nos referimos, a de Gilbert Durand.

*bases sociais; segundo: mudança nos paradigmas de análise dos pesquisadores; terceiro: mudança na estrutura econômica e nas políticas estatais. Resulta dessas alterações que um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais. Na tentativa de esclarecer a questão, criaram-se novas taxionomias ou tipologias empíricas sem fundamentação teórica. A ausência ou inconsistência de quadros teórico-metodológicos é mais ou menos consensual".*¹³⁸

Ou seja, no que estamos chamando atenção, a construção das taxionomias ou tipologias, dá-se com base nas evidências empíricas e, portanto, fora do plano de análise¹³⁹. Talvez seja necessário, aqui, desde já e para não pairar qualquer margem de dúvida, que não estamos defendendo a perspectiva da "normalidade científica", até porque essa se define pelo seu estado de "crise"¹⁴⁰ permanente (ao nível do pensamento).

O *escopo* dominante no Brasil das teorias dos "movimentos sociais" foram as "ações coletivas" voltadas para as chamadas demandas coletivas, e, talvez decorra daí, os principais estudos se voltarem para os conflitos ao nível do "espaço urbano" em torno da moradia, saneamento básico, transportes coletivos, creches, educação, etc.

A questão da *subjetividade*, porquanto, está relacionado à auto-capacidade do movimento social (re)elaborar uma proposta de política

¹³⁸ Maria da Glória Gohn. *Teorias...* Op.Cit.,p.243.

¹³⁹ Ver Eduardo Viola e Scott Mainwaring. *Novos movimentos sociais - cultura política e democracia: Brasil e Argentina*. In Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischeke (Org.). *Uma revolução no cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987; p.147

¹⁴⁰ Estamos entendendo "crise", no entanto, numa perspectiva dialética, em que caracteriza-se pela "superação do problema" e não pelo seu "retrocesso". Querendo com isso ainda dizer que na história do pensamento essa sempre se apresenta e se "resolve" no plano da teoria, portanto, ao contrário, do que estamos estudando, mas procurando assinalar.

pública a partir da crítica à formulação da política urbana do Estado¹⁴¹. A relação com o Estado, assim, diz respeito à natureza do serviço público e seu impacto ao nível social. Essa perspectiva tem forte influência da corrente espanhola. De outro lado, voltaram-se para as práticas em torno de questões ditas como culturais, ou seja, as temáticas sobre gênero, ecologia, étnicas, homossexualismo, etc. ou lutas por direitos civis. Essa perspectiva tem influência da corrente francesa. Estão centrados na busca da identidade, e, isso, por serem considerados como *produtores* de uma subjetividade (re)definidora da própria imagem-identidade. A relação com o Estado, no entanto, diferentemente da outra forma, está relacionada aos direitos civis, daí que a sua questão central diz respeito ao seu (re)conhecimento e ao (re)conhecimento das suas reivindicações aos *níveis* institucional e social. E isso é muito importante, pois, segundo as diversas análises, assegura a legitimidade das práticas.

Há, no entanto, casos em que a análise contempla as duas perspectivas, isto é,

“A opção pela combinação das duas formas de interpretação advém da convicção sobre a necessidade de romper com a camisa-de-força metodológica que tem limitado uma análise da interação entre Estado e movimento social urbano enquanto pólos de um mesmo processo. (...) Assim destacam-se as representações que os diversos elementos (Igreja e agentes pastorais, médicos sanitaristas, militantes operários, partidos de esquerda, diretórios de partidos políticos etc.) e os moradores (lideranças, clube de mães, CEBs) elaboram sobre sua interação, suas práticas,

¹⁴¹ Ver, por exemplo, essa questão em Eder Sader. Op. Cit. Mas não só nele, pois, encontra-se, ainda, nos clássicos das duas correntes aqui tratadas. Aí, as ações ganham notoriedade exatamente em função dessa questão.

bandeiras de luta, concepções políticas e das suas concepções de mudança social".¹⁴²

Primeiro assinalar que já ouvimos falar de "camisa-de-força" teórica, mas nunca, no que sabemos, metodológica. Mas, ao que parece, o novo caminho metodológico, buscado pelo autor, é decorrente de uma necessidade própria da análise a ser feita. Isto é, conhecer as auto-representações "que os diversos elementos elaboram". Trata-se de tomar a auto-explicação como a explicação teórica das ações coletivas. Essa perspectiva, no entanto, constitui-se no principal aspecto definidor dessa nova historiografia. Assim, tentando demonstrar essa tendência teórica, predominante na produção de conhecimento sobre a temática em recorte, vamos citar mais um caso diverso, mas essencialmente similar, em que as *categorias da prática* ganham a notoriedade de *categorias de análises*. Isso para ficar ainda mais claro a questão tópica em que estamos nos debatendo. As "categorias" em questão dizem respeito às noções "classes populares" e "movimento popular" enquanto próprias para a análise das "ações coletivas". Aí é interessante, ainda, que se preste a atenção para o que as justificam, para os autores, recorrê-las.

"Assim, as expressões classes populares e movimento popular devem ser entendidas como categorias próprias de determinados sujeitos políticos e movimentos sociais, que se situam na esfera cultural e que funcionam como elementos geradores e reforçadores de identidades grupais com conseqüentes efeitos no plano político. (...)É esse o critério que lançaremos mão para situarmos e refletirmos sobre a base social do Movimento de Luta contra o Desemprego: o critério cultural".¹⁴³

¹⁴² Pedro Jacobi. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo, 1974-84*. São Paulo: Cortez, 1989; p.XVI.

¹⁴³ Ana Maria Doimo et all. *Os novos movimentos sociais -teoria e prática*. São Paulo: Ciências Sociais Hoje-ANPOCS, 1986; pp.22-23.

O que constitui, todavia, seu *alcance* ou seu poder de representação analítica, de um lado, constitui, por outro, seu *limite* teórico. Aliás, esse é um ensinamento dado pelo considerado fundador e ao mesmo tempo “pai” do positivismo em ciências sociais¹⁴⁴, Emile Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*.

O acento dado à metodologia, pelo positivismo¹⁴⁵, e que caracteriza a produção de conhecimento brasileira sobre os processos sociais, aqui examinados, explica, em parte, ao nosso ver, as razões de um *status* que preferencia como conhecimento científico estudos voltados para a descrição de experiências práticas e (des)conheça ou, pelo menos, (des)considere estudos cujo ponto de partida-chegada é o próprio conhecimento, ainda que pretérito. No dizer de Braga, “A semente do positivismo comteano, sua pesquisa metodológica, estava destinada a tornar-se - de maneira direta ou indireta, aberta ou encoberta, substancial ou diluída, total ou parcial, reconhecida ou não -, um dos pilares da ciência universitária (ou institucional) moderna, até hoje”.¹⁴⁶

Podemos, assim, dizer que há uma tendência contemporânea ou atual a considerar como *status* científico os estudos que estão predominantemente baseados em estudos empíricos e cujo requisito fundamental está relacionado à “capacidade-domínio” metodológico e em experiência técnica. Assim, pois, referindo-se a essa ordem de questão, diz Braga, ainda

“Sabemos, todavia, que o problema da relação da análise quantitativa e qualitativa é de uma atualidade imediata para sociologia, e que não devemos reduzir

¹⁴⁴ Emile Durkheim. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978; pp.XV-XXXVI e 1-11.

¹⁴⁵ Ver, por exemplo, Maria José Coracini. *Um Fazer Persuasivo: O discurso Subjetivo da Ciência*. Op. Cit., pp.11-40.; Alberto Cupani. *A Crítica do Positivismo e o futuroOp. Cit.*

¹⁴⁶ Cf. Ubiracy de Souza Braga. *Das Caravelas aos Ônibus Espaciais: A Trajetória da Informação no Capitalismo*. São Paulo: ECA-USP, 1994. Tese de Doutorado.p.42.

ou desprezar. De fato, aumenta a cada dia a necessidade de pesquisadores dotados de conhecimentos metodológicos especiais e de experiência técnica, que é no que se resume a designação 'pesquisa empírica', pois a sociologia moderna considera tarefa, mas sempre postergada para o futuro, lado que só pode ser realizado por uma teoria da sociedade, como afirmam Adorno e Horkheimer, que já subentenda uma crítica da sociedade e da sua atividade científica, como nos lembra a Situationsgebundenheit, de Mannheim ou mesmo, o marxismo historicista de Lukács, Korsch, Gramsci e Goldmann, para ficarmos nestes autores todos contemporâneos de Adorno e Horkheimer".¹⁴⁷

A ênfase em estudos empíricos, todavia, aqui no Brasil, para atestar as teses fundamentais centradas nos estudos sobre os "movimentos sociais" tem a ver com a necessidade de crítica ao paradigma vigente¹⁴⁸ e amenizar o seu escopo dominante. A perspectiva positivista, no entanto, se afirma com toda força quando exige que essa problemática se dê pelo confronto entre, de um lado, as novas pesquisas empíricas e, de outro, as teses paradigmáticas já em voga. No que estamos chamando a atenção, a crítica se faz fora do seu lugar de origem, segundo a história do pensamento: numa instância epistemológica. Daí porque a "questão urbana" serve, assim, de *pressuposto* para assegurar os estatuto teórico aos novos estudos ou temáticas, segundo Telles. Sendo assim, diz ela,

"(...)É possível também dizer que foi através desse debate e dos estudos que daí foram produzidos que os movimentos e conflitos urbanos ganhavam algo como uma legitimidade acadêmica, constituindo-se em objetos de estudo diferenciados dos grandes temas(...)".¹⁴⁹

¹⁴⁷ Idem. pp.52-53.

¹⁴⁸ Cf. Maria da Glória Gohn. Ob. Cit., p. 281. Mas não só ela, também aqueles que trabalham com "movimentos sociais", ou pelo menos os citados amplamente nesse trabalho.

¹⁴⁹ Cf. Vera da Silva Telles. Op. Cit., p.67.

De onde surgem? A questão do “*espaço*” - enquanto *locus* próprio das ações coletivas - está colocada aqui enquanto determinante das práticas sociais, tais como afirmam os teóricos brasileiros. Ou seja, se nos esquemas interpretativos anteriormente o espaço das práticas políticas era ligado à fábrica ou ao Estado, e, portanto, deslocado da sociedade, nas análises sobre “movimentos sociais”, por assim dizer, o “espaço” volta a ser a sociedade, ou esse passa a se definir pelo seu “não-lugar”. Esse acento está presente na quase totalidade dos estudos. Daí a importância que a chamada sociedade civil ganha nos esquemas interpretativos, resultando, inclusive, num efeito social, já adiantando uma discussão adiante acerca dos efeitos sociais nas teorias sociais.

Assim, diz Touraine, “Eles surgem de todos os lados, ultrapassando o domínio ao qual se dá o nome de política, rompendo os limites dos problemas considerados sociais”.¹⁵⁰ Mas não só ele, isso dizem todos os estudiosos. A ênfase e o vislumbamento a esse aspecto é tamanho que somos quase capazes de ver o brilho de entusiasmo nos seus olhos!

Aliás, a esse respeito, basta ver como Gohn refere-se, isto é,

*“Havia também um grande entusiasmo por parte dos pesquisadores da temática na época pelo caráter inovador daquelas ações, de forma que este entusiasmo confundiu por vezes a questão do novo com a da novidade que os movimentos traziam à tona. Isto fez com que alguns pesquisadores exaltassem as novas práticas em termos de ações pioneiras, como se nunca antes houvessem ocorrido. A categoria teórica básica enfatizada era a da autonomia. Na realidade tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um duplo distanciamento”.*¹⁵¹

¹⁵⁰ Alain Touraine. *O pós...* Op. Cit., p.142.

Essa noção predominante na produção de conhecimento sobre os processos sociais aqui discutidos, no entanto, é o que caracterizam as “ações coletivas”, pois, para os seus autores em geral, é o *deslocamento do espaço* onde se dariam as novas práticas sociais por elas operados que as definem como singulares. Ou seja, está-se diante de um fenômeno cuja a existência está dada pela ruptura (com as práticas tradicionais), por um lado, e que inaugura o surgimento (de práticas novas), por outro. O novo espaço de práticas sociais, sobretudo das “ações coletivas” passa a ser, por assim dizer, o cotidiano popular. Daí que as categorias de análises que as expressam têm que corresponder à sua dimensão concreta, e isso se faz, em outras palavras, através da auto-representação categorial¹⁵².

Mas isso tudo tem a ver, ainda, com a constatação de *pluralidade social* presente nas ações coletivas. Essa é, aliás, uma das razões, dentre outras, bastante forte para que os autores assinalem a recorrência às denominadas categorias da prática, como já vimos demonstrando anteriormente. Assim, discutindo acerca da emergência dos “movimentos sociais”, enquanto a sua primeira forma de enunciado, Sader refere-se dizendo

“A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua

¹⁵¹ Ver Maria da Glória Gohn. Op. Cit., pp.277-278.

¹⁵² As “análises” ainda hoje lançam mão de *categorias ideológicas*. Ver, portanto, só para ficar num exemplo, dentre outros possíveis, nos dias de hoje. Ou seja, “No plano das análises, nos anos 90 se enfatizam duas categorias básicas: a cidadania coletiva e a exclusão social”. p.38.Cf. Maria da Glória Gohn. *Os Sem-terra, ONGs e Cidadania*. Op. Cit.

representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real”.¹⁵³

No que está sendo dito acima, foi com a emergência empírica dos grupos populares os mais diversos que levou, ao nível teórico, a *revalorização* de práticas sociais (ações coletivas) até então desvalorizadas quanto à sua natureza política. Isto é, mais uma vez, é a denominada *visibilidade* que serve de parâmetro epistemológico aos “movimentos sociais”. A heterogeneidade social é tomada como elemento fundamental na caracterização teórica dos “movimentos sociais” como prática política portadora de uma singularidade e demarcadora de uma ruptura com os *espaços tradicionais* de prática política e, portanto, instituidor de *novo espaço* de prática política transformadora. Assim, pois, “(...)A heterogeneidade na sua base social foi posta não mais como negatividade, mas como elemento que definiria sua própria singularidade”.¹⁵⁴

Aí reside, pois, todo fundamento da teoria do acionismo, uma vez que o sujeito histórico deixa de ser o operariado, portador da forma clássica de organização social, bem como do pensamento que o inspira, surge novas formas de prática social (as ações coletivas), a quem cabe-se a partir de então essa nova tarefa.

¹⁵³ Cf. Eder Sader. Op. Cit., pp.26-27.

¹⁵⁴ Vera da Silva Telles. *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70*. In Ilse Scherer-Warren. *Uma revolução no cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*. Op. Cit., p.68.

De fato Touraine explicita a necessidade de um olhar analítico que perceba as transformações que estão sendo promovidas por formas recentes ou contemporâneas de mudança social. O escopo da análise está centrado nas “ações coletivas” em função daquilo que elas apontam de singular: a produção de sua própria subjetividade de sujeito, expresso, portanto, na questão cultural. Daí porque as mesmas serem um indicativo da emergência de novas *identidades coletivas*. Há assim, uma influência quase que explícita de Alain Touraine. Isso explica, talvez, porque as pesquisas de sua influência se dirigiram para apontar as transformações no campo da cultura política. Aliás, diga-se de passagem, única tese convergente no âmbito das teorias por ora estudadas, isto é, que os “movimentos sociais” teve como maior contribuição a *redemocratização* política brasileira.

Vejamos, pois, o que diz um dos baluartes da teoria do acionismo no tocante ao papel das novas ações coletivas e porque estudá-las. Assim, pois, diz ele

*“(...)Hoje, da mesma forma, vivemos em meio a uma multiplicidade de rupturas e de iniciativas, e certamente nem todas fazem parte do mesmo conjunto, mas contribuem muito para a formação de um novo campo cultural e de um novo movimento social. É preciso escutar e decifrar seus apelos. O conflito, o protesto, a iniciativa estão presentes em todos os lugares, embora fracos e desordenados. Essas forças de mudança e reivindicação não são evidentemente novas formas do movimento operário e da idéia socialista. Estes concentravam sua atenção sobre a economia; hoje é no campo da cultura que se armam as principais contestações”.*¹⁵⁵

Segundo a sua análise, portanto, pode-se dizer que

¹⁵⁵ Alain Touraine. *O pós...* Op. Cit., p.22.

*“Existe um consenso estabelecido, entre os pesquisadores que tentam entender a problemática da participação das classes populares em movimentos reivindicativos urbanos, ao associar estas práticas às ‘contradições urbanas’. Ainda que variem bastante as concepções desta relação, a maioria remete, explicitamente ou não, à contradição entre o desenvolvimento das ‘forças produtivas’ e as ‘relações de reprodução’, como impulsionadora de transformações sociais, na tentativa de recuperar estas práticas sociais extremamente heterogêneas e polimorfas para um pensamento que imagina a realidade como totalidade fundada nessa contradição”.*¹⁵⁶

Há aí, no entanto, apesar da forte crítica a um dos paradigmas analítico (o espanhol - Manuell Castells e Jordi Borja), uma convergência em essência, senão quanto aos pressupostos teóricos objeto central da crítica, mas quanto aos elementos definidores do objeto estudado (ação coletiva) enquanto práticas sociais heterogêneas e polimorfas. E, portanto, por tomar como objeto as evidências empíricas.

Mas assim como tem os que descartam por completo tais pressupostos, há, no entanto, aqueles que delimitam a sua importância teórica a um certo aspecto, e, baseado nisso, estabelece novos parâmetros epistemológico visando fundamentar os seus estudos empíricos. É, pois, assim, que formulam em que consiste, portanto, para efeito de análise teórica, a utilidade da *“teoria das contradições”* e qual a utilidade da *teoria* (entenda-se dos autores) dos movimentos sociais. E, no dizer deles, as utilidades consistiriam, então, no seguinte:

“A colocação está, propositadamente, provocativa. Não queremos, com ela, dizer que os movimentos sociais não expressem contradições e não ganhem sentido neste terreno. O que queremos é afirmar que trata-se de dois processos que seguem lógicas

¹⁵⁶ Edison Nunes. *Carências urbanas e reivindicações populares- notas*. São Paulo: Cortez-ANPOCS, 1986; p.37.

distintas, e, enquanto tal, requerem tratamento teórico igualmente distintos, embora confluem em alguns aspectos. Assim as teorias sobre as contradições servem para a elucidação do terreno objetivo e potencialmente propício à emergência dos conflitos; e a teoria dos movimentos sociais deve servir para elucidar a sua trajetória organizativa e os seus efeitos sócio-políticos e culturais, particularmente a partir da relação mantida com o Estado".¹⁵⁷

Chama-se atenção, todavia, a maneira de formulação do problema ao nível já do título do trabalho, ou seja, "os novos movimentos sociais - teoria e prática". O que isso significa, afinal, que está se tratando de duas questões separadas?

E isso porque a mesma se propõe, ao nível do artigo como um todo, "situar os marcos teóricos e epistemológicos" e, ao nível do tópico, tratar dos "equívocos da dicotomização entre os Movimentos oriundos da esfera da produção e os Movimentos oriundos da esfera da reprodução". Como podemos constatar, mais uma vez, os autores continuam na esteira desse problema refém do plano de realidade e, como sempre, cometendo o "paradoxo de inconseqüências não intencionais, ou seja, pensa em fazer uma coisa e acaba por fazer outra. Mas o que fazer? Crítica e resignação, como quer Weber? Acreditamos que não, como explicitaremos no próximo capítulo.

¹⁵⁷ Ana Maria Doimo *et all.* Op. Cit., p.12.

2.4. Os Efeitos Sociais nas Teorias dos "Movimentos Sociais" no Brasil.

"O espírito científico não pode ser
construído senão destruindo o espírito não
científico."

Bachelard

La philosophie du non

A ciência social se caracteriza por construir objetos-de-conhecimento da "realidade" social como forma de apropriá-lo. Isso quer dizer que a ciência não trata da "realidade" social mesma, e que, portanto, o seu discurso não tem como fundamento a realidade social, mas busca fundamentar-se com base na realidade à medida que o seu *discurso* lhes diz respeito, é dirigido à realidade. Ou seja, no processo de conhecimento da "realidade" (social) a ciência o faz (des)conhecendo-a. Mas se essa não trata da realidade mesma, da realidade imediata, como podemos falar dos seus efeitos sociais, ou melhor, dizer que essa exerce e sofre efeitos sociais. Encontra-se exatamente aí a questão *tópica* que estamos formulando.

Com efeito, à maneira de formulação do problema pode conduzir à tese polêmica que define a ciência como ideologia¹⁵⁸. Uma vez que essa é a questão com a qual se batem os estudiosos das ciências sociais. Em outras palavras, uma vez que essa *cria* sua própria realidade, não acaba se constituindo numa ideologia no sentido de que trata de um objeto que não existe, ou melhor, que só existe nela e, portanto, não existe fora dela, mas que existindo nela, passa-se, então, a existir fora dela. E,

¹⁵⁸ Cf. Antonio Gramsci. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991;pp.64-72. Ver, ainda, essa discussão em

afinal, o que tem isso a ver com a produção de conhecimento sobre os processos sociais analiticamente denominados “movimentos sociais”?. No entanto, formular tal questão é pensar a dimensão ideológica, num duplo sentido, da realidade para a teoria e da teoria para a realidade, presente no fazer científico e que consiste em tornar o seu produto objeto-de-conhecimento (re)conhecido socialmente, ou, melhor dizendo, instituí-lo socialmente, isso para que haja uma legitimidade social da ciência.

Sendo assim, para o que nos interessa, trata-se de explicar como os “movimentos sociais”(objeto-de-conhecimento), portanto, abstrato, *mediato*, tornou-se “movimentos sociais”(objeto concreto), *imediato*. Todavia, fazemo-lo preocupado com as implicações teóricas daí decorrentes, de um lado, e, quanto aos efeitos sociais, de outro. Ora, isso nos interessa porque, no caso em que estudamos aqui, parece não haver *distinção* quanto - no tocante ao processo de comunicação - à realidade representada ou representação da realidade, ao nível do teórico, por um lado, e a realidade imediata, ao nível do ideológico.

Em outras palavras, parece não haver *distinção* (de significado e de entendimento), entre, os “movimentos sociais” enquanto realidade *mediata*, teórica, e, “movimentos sociais” enquanto realidade *imediata*, ideológica. Ao contrário, não há indiferença, quer dizer, fala-se e entende-se a mesma coisa. Isso porque os *cientistas sociais* reconhecem como objeto(teórico) o objeto(empírico) e como objeto(empírico) o objeto(teórico). Nesse caso a questão *própria* da ciência em que conhecer a realidade imediata implica desconhecê-la, pelo menos, *imediatamente* e que, portanto, desconhecê-la implica em conhecê-la *mediaticamente*, se complica, visto, pois, que aí, conhecê-la é de fato não conhecê-la e desconhecê-la é de fato não conhecê-la! Tal é o problema teórico presente na trajetória das teorias dos processos sociais denominados

"movimentos sociais". A esse respeito, portanto, refere-se Guilhaon, quando especifica o que caracteriza o processo de produção de *conhecimento*, ou seja, que

"A constituição de uma totalidade concreta, de um objeto de pensamento - disso através do que o pensamento se apropria de um objeto real - é, portanto, a produção de um duplo efeito de reconhecimento/desconhecimento. Na medida em que a constituição de uma totalidade concreta está na base de qualquer conhecimento, pode-se dizer que o conhecimento é a conjugação de dois efeitos imaginários: reconhecimento/desconhecimento. Eu só conheço reconhecendo e desconhecendo". (...) Os cientistas sociais, esses intelectuais que, em termos de teoria, não criam briga por causa de um compromisso a mais, não tardaram a remeter as estruturas formais e as relações sociais - chamadas então informais - à sua irreabilidade comum, instituindo no horizonte teórico as 'estruturas, que seriam o fruto das combinações assim como das distâncias entre as duas'.¹⁵⁹

Assim, estamos, portanto, diante do problema que aqui vimos denominando de *transgressão* entre os planos de análise e de realidade. Com isso queremos indicar que há uma *migração* da teoria para a realidade e da realidade para a teoria, pois as teorias aí tratam de práticas concretas, das quais os estudiosos fazem parte¹⁶⁰, quer como assessores, quer como militantes, e, o interesse pelo tema, é antes, resultado de uma

¹⁵⁹ Cf. José A Guilhaon Albuquerque. *Instituição e Poder. Op. Cit.*, p.29-32.

¹⁶⁰ Quase todos os principais estudiosos dos "movimentos sociais" têm um vínculo orgânico com os seus "objetos de conhecimento". E é fruto dessa relação-afinidade ideológica que surge o interesse por estudá-los. Há casos, por exemplo, em que determinada autora chega a dizer que "Estes três movimentos desenvolvem sua luta no âmbito da moradia e foram selecionados em virtude de seu grau de organização, de sua coragem e estratégia de luta, bem como do impacto que alcançaram no Distrito Federal", p.10 In Safira Bezerra Ammann. *Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991. Ver ainda a esse respeito Ana Maria Doimo, *A vez e a Voz do Popular: Op. Cit.*; Maria da Glória Gohn, Vera da Silva Telles, Pedro Jacobi, só para ficar nesses.

afinidade prática-ideológica. Ocorre, assim, que os “movimentos sociais” nascem antes de tudo como objeto empírico, imediato. Isso demonstra desde já as razões da escolha-presença das *categorias da prática* que não se constituem, como sabemos, num conceito. No entanto, esse continua a ser o problema fundamental da prática científica contemporânea, o que não é exclusividade do caso brasileiro.

Trata-se, portanto, da *distinção* entre o que caracteriza o discurso teórico e o que constitui a sua descaracterização. A *inversão* do parâmetro da suportação do discurso teórico em que a *diversidade imediata* passa substituir a *diferença real* entre os conceitos. É quanto a tendência ao “desaparecimento” da segunda e a ascensão hegemônica da primeira, que se refere Chauí

“O saber é um trabalho. Por ser um trabalho, é uma negação reflexionante, isto é, uma negação que, por sua própria força interna, transforma algo que lhe é externo, resistente e opaco. O saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da clarificação. A obscuridade de uma experiência nada mais é senão seu caráter necessariamente indeterminado e o saber nada mais é senão o trabalho para determinar essa indeterminação, isto é, para torná-la inteligível. Só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que a faz nascer, quando aceita o risco de contar com garantias prévias e exteriores à própria existência e à própria reflexão que trabalha”.¹⁶¹

É quanto a isso que estamos chamando atenção, ou seja, o que faz com que os “movimentos sociais” sejam (re)conhecidos teórico-empiricamente como realidade empírica.

Senão vejamos como ainda nos dias de hoje, o problema se mantém, e Pierre Sanchis, num prefácio de “minudência”, comenta de forma crítica o uso pela autora de *categoria da prática*. Assim,

“Por isso mesmo, gostaria de apontar aqui alguns achados, que, ao mesmo tempo que me parecem chaves de mais aguda inteligência, constituem setas para os futuros caminhos do debate. ‘Ação direta’, em primeiro lugar. A autora está plenamente consciente do caráter relativamente indeterminado desta categoria, particularmente quando cotejada à empiria contemporânea - bem como das ambigüidades analíticas de que essa indeterminação é portadora”.¹⁶²

Seria necessário, ainda, dar mais exemplos, no intuito de clarificar a questão tópica aqui tratada. Fazemo-lo, pois, só para se ter uma idéia das implicações ao nível da prática teórica, em que o cientista social ficando refém do imediato, em que, em vez de transformar o problema social num problema sociológico[transcender o imediato], que é próprio da sociologia, ao contrário, transforma em problema sociológico o problema social, prático, que, portanto, é impróprio à sociologia. Cai-se, na verdade, na ilusão de que na *prática teórica* pode-se resolver o problema social. Senão, vejamos, pois, como um *primus inter pares* expressa está prisioneiro dessa *indistinção*.

Assim, diz ele,

“Uma outra diferença, que é necessário considerar na pesquisa desses movimentos, é relativa à concepção de tempo. O nosso tempo nada tem que ver como tempo ‘deles’. O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora e termina tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante. O tempo para eles é completamente outra coisa, o que, aliás, não é nenhuma novidade - antropólogos e sociólogos têm dito que as populações indígenas e camponesas estão inseridas num tempo cósmico, que é outro tempo. O tempo da luta é outro. Por isso, parece extremamente difícil acompanhar tais movimentos. Recentemente, fui interpelado aqui na

¹⁶¹ Marilena Chauí. **Cultura e Democracia**. São Paulo:Cortez,1993;pp.4-5.

¹⁶² Cf. Pierre Sanchis, *“Prefácio”*, p.14. In Ana Maria Doimo. **A vez e a Voz do Popular**. Op. Cit.

*universidade [USP] pelas razões porque não faço a livre-docência. Estou fazendo minha pesquisa sobre movimentos sociais no campo, sobre as lutas pela terra, há uns quinze anos, mais ou menos. Provavelmente, vou ser aposentado antes de terminar esse trabalho. Expliquei ao meu interlocutor que a pesquisa 'não fechou' ainda, não tem sentido ainda, ainda não consigo explicar o conjunto do processo. Há coisas que estou acompanhando desde o começo, que começaram a acontecer e ainda não acabaram de acontecer. Fatos assim afetam não só o trabalho de pesquisadores. Afetam, também, o trabalho do líder sindical, do educador"*¹⁶³

Senão vejamos, em mais um exemplo, todavia, bastante ilustrativo, da dificuldade que tem o 'analista' de estabelecer um objeto de conhecimento do ponto de vista teórico:

"Quem se propõe a analisar os movimentos sociais no campo, hoje, no Brasil, tem de imediato diante de si um cenário fragmentado e desordenado, mas impositivo, com diferentes ações e discursos em movimentos sem clara direção...Sentindo-se envolvido na trama, o analista se incorpora à peça. Descobre-se a si mesmo como ator e com paixão, raiva às vezes, passa a ser captado pela força das contradições de que está prenhe o campo. Para reproduzir a concretude de relações e vida social aí contidas, seus esquemas analíticos mostram-se pouco adequados e seus instrumentos de trabalho muito precários. É nestas condições que me sinto refletindo sobre os atuais movimentos sociais de trabalhadores rurais. O jargão sociológico, em que fui formado e com o qual trabalho intelectualmente e exprimo as minhas análises, leva-me a ser afirmativo e a defender como verdadeiros os pressupostos e as conclusões a que chego. Nas entrelinhas, porém, esconde-se a dúvida e a busca, a angústia da incerteza e a necessidade de recomeçar a pesquisar. A relatividade da análise social reside no fato de fixar

¹⁶³ Cf. José de Souza Martins. *A Chegada do Estranho*. Op. Cit., pp.36-37.

*o que se move. Esta parece ser a sina de quem pesquisa".*¹⁶⁴

Como se pode constatar, por mais distante que possa parecer das observações feitas por Martins, há, no entanto, um núcleo de convergência teórico-metodológico que não é incomum, pois que está presente na prática teórica dos teóricos dos processos sociais em estudo. Em ambos os casos, portanto, é a dinâmica social que faz com que os cientistas sociais digam que, de um lado, "a pesquisa 'não fechou' ainda, não tem sentido ainda, ainda não consigo explicar o conjunto do processo", diz um, e, de outro, que "a relatividade da análise social reside no fato de fixar o que se move. Esta parece ser a sina de quem pesquisa", diz o outro. Ou seja, reféns da chamada realidade concreta ou imediata, os autores acabam por declarar, todavia sem saber, estarem transgredindo os planos de análise e o de realidade. Assim, pois, vejamos o que diz Guilhon no tocante a essa indistinção. Diz o autor,

*"Chega-se assim, a um duplo corte. Em primeiro lugar, como vimos no capítulo I, para pensar a realidade, transformando-a, e vice-versa, é necessário renunciar a transformar a realidade pelo pensamento. É preciso, portanto, reconhecer que o pensamento se apropria da realidade, mas numa ordem de apropriação que se passa completamente no pensamento. Como consequência, é preciso renunciar a introduzir a realidade no pensamento ou o pensamento na realidade. É a interdição constitutiva do pensamento teórico, para o qual o objeto de pensamento é sempre já uma imagem na qual se reconhece a realidade, permanecendo, no entanto, imagem".*¹⁶⁵

Poderíamos, só para efeito de exemplificação, citar vários casos em que é no âmbito da chamada realidade imediata que se "constrói" as

¹⁶⁴ Cândido Grzybowski. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes-Fase, 1987; pp. 11-12.

¹⁶⁵ Cf. José A. Guilhon Albuquerque. Op. Cit., p. 41.

categorias centrais de análises. Sendo assim, gostaríamos de recorrer a mais um exemplo ilustrativo. Assim, diz a autora

*“Este livro representa a consolidação de uma longa trajetória de pesquisa acerca dos chamados movimentos sociais populares, iniciada com diversos estudos de caso em Vitória (ES), entre os anos 1979 e 1986, e desenvolvida durante o doutoramento na USP, entre os anos 1987 e 1993, para a produção de uma visão de conjunto desses movimentos no período 1975-1990. A percepção de que, no interior de práticas coletivas diversas, localizadas e fragmentárias, residia a força paradigmática de um conjunto de código ético-políticos veio precisamente do meu tempo de ‘antropóloga militante’”.*¹⁶⁶

Ora, a teoria também interfere na realidade, e isso implica que ela produz um efeito de (re)conhecimento empírico do conhecimento teórico, que produz como efeito a forma como na prática se identifica ou se caracteriza empiricamente o seu objeto de conhecimento. Assim, a leitura “ideológica” quanto à natureza política de seu objeto “teórico-empírico” - reformista, transformador, etc -, é em certa medida resultado da “realidade” teórica[mediata] na realidade ideológica, prática, pois imediata. Assim, podemos afirmar, que há um duplo¹⁶⁷ efeito, isto é, um *efeito social* sobre a teoria, de um lado, e um *efeito teórico* sobre o social, por outro lado. O primeiro caso revela a determinação do plano de realidade no plano de análise enquanto que o segundo revela a busca científica pelo reconhecimento do seu objeto de conhecimento na prática, na realidade imediata. É a construção, na teoria, de uma dada “realidade”, a teórica.

Quer dizer, segundo ainda Bourdieu, “Tudo leva a supor que o *efeito de teoria* - podendo ser exercido na própria realidade por agentes e organizações capazes de impor um princípio de divisão, ou melhor, de

¹⁶⁶ Ana Maria Doimo. Op. Cit., p.19.

¹⁶⁷ Cf. Michel Certeau. *A Invenção do Cotidiano*. Op. Cit. “Parece que, da cultura ‘ordinária’ ao discurso científico, se passa de um para o outro”.pp.204-205.

produzir ou reforçar simbolicamente a tendência sistemática para privilegiar certos aspectos do real e ignorar outros - será tanto mais poderoso e sobretudo duradouro quanto mais explicitação e a objetivação estiverem fundadas na realidade, fazendo com que as divisões pensadas correspondam mais exatamente às divisões reais".¹⁶⁸ Isto é, diz Miriam Limoeiro, "É o conhecimento que coloca o mundo real como seu objeto, que desde então é uma formulação, uma construção, a construção do objeto do conhecimento, distinto do objeto real. A existência desta realidade concreta permanece em aberto, *mas não pode deixar de ser posta como uma questão*".¹⁶⁹

Ou seja, é preciso que se diga que "O conhecimento não é imediato, a certeza não provém de uma leitura, de um contato direto com um objeto externo. Não há um objeto inteiramente exterior se dando a conhecer, se mostrando".¹⁷⁰

Sendo assim, as conseqüências resultantes dessa prática é bem resumida nas palavras de um sociólogo quando afirma: "Em poucas palavras: a hermenêutica inspirada e a miopia cientista constituem os dois pólos da legitimidade discursiva no que se improvisa cotidianamente em epistemologia sobre as ciências sociais".¹⁷¹

Mas o esforço de análise tem como preocupação central destacar a questão tópica do discurso teórico enquanto uma forma específica de apreensão da realidade e é nesse mesmo sentido, todavia, buscando indicar o lugar do que definiu, teoricamente, como sendo *raciocínio sociológico*, Passeron aponta as implicações epistemológicas enfrentadas

¹⁶⁸ Pierre Bourdieu. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 187p. Aí o autor demonstra como a teoria produz o reconhecimento das suas realidade teóricas. p.125.

¹⁶⁹ Miriam Limoeiro Cardoso. *Ideologia do Desenvolvimento -Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; p.25. Grifo no original.

¹⁷⁰ Idem. Op. Cit., p.32.

¹⁷¹ Jean-Claude Passeron. *O Raciocínio...* Op. Cit., p.11.

pela sociologia. Assim, numa citação demasiada extensa mas bastante importante, diz ele

*“Seria fácil multiplicar os exemplos: a sociologia está cheia desses **nomes estenográficos**, cuja precisão empírica é compensada pela incapacidade de se organizar em um sistema conceitual que os religaria e subordinaria uns aos outros ou a princípios teóricos articulados entre si, a fim de explicar com uma generalidade crescente as regularidades ou configurações que batizam de maneira dispersa. Tanto quanto o polimorfismo, a estenografia impede a ‘acumulação’ dos conhecimentos se a distinguimos da simples acumulação dos seus resultados. Se os conceitos estenográficos conseguem isolar formas ou correlações ocultas, reformulando por medida ou comparação metódicas as aparências da vida social e recusando a compreensão imediata que elas sugerem com insistência, também isolam uns dos outros os conhecimentos assim conquistados porque os constituem, por causa mesmo da precisão de sua indexação empírica, em ilhotas de inteligibilidade semanticamente auto-suficientes - vê-se isto pela facilidade com a qual podem circular de uma teoria à outra, incorporando-se sem esforço, mas também sem lucro a não ser episódico ou anedótico, a análises divergentes cujo alcance não estendem mais do que não se generalizam por esta migração desprovida de princípios”.*¹⁷²

¹⁷² Idem. Op. Cit., p.59. Grifos no original.

CAPÍTULO 03

A INCIDÊNCIA (OU RETICÊNCIA) DA ANÁLISE METODOLÓGICA NOS CHAMADOS "MOVIMENTOS SOCIAIS"

"Se se quiser criar uma nova camada de intelectuais, chegando às mais altas especializações, própria de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar dificuldades inauditas"

Antonio Gramsci.

3.1. Introdução

Há uma profunda confusão quanto à compreensão do lugar da teoria, método e metodologia na construção da "realidade" enquanto resultado da prática teórica. Não havendo inclusive uma distinção clara quanto ao método e metodologia em que é comum - até entres os ditos especialistas - um ser o outro e vice-versa. Assim, tratamos no primeiro tópico desse capítulo tão-somente de como esta questão se nos apresenta entre os teóricos dos 'movimentos sociais' no Brasil.

Discutimos, por assim dizer, o papel da teoria e do método enquanto premissas imprescindíveis à construção de conhecimento, bem como a sua relação. Mas sobretudo como o aporte teórico requerido comanda de fato a ordem de problemas a ser examinado teoricamente. A abordagem da questão aí, no entanto, busca explicitar como na prática teórica brasileira a *ênfase é dada à metodologia*.

Isso porque comumente a teoria acaba por ser preterida quanto ao seu papel analítico, de uma forma ou de outra, ou, ainda, porque ênfase na metodologia acaba tendo como implicação condicioná-la a um conjunto de dados “quantitativos ou qualitativos”. A discussão dessa ordem de problema, no entanto, tenta mostrar que no processo de análise “uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema [teórico]. Em outras palavras, uma teoria só realiza seu papel cognitivo, só ganha vida com pleno emprego da atividade mental do sujeito. É essa intervenção do sujeito que dá ao termo *método* seu papel indispensável”.¹⁷³

Tratamos, no tópico seguinte, tão-somente da questão tópica do ponto de partida que se tornou hegemônico na produção de conhecimento acerca da realidade (social). Discutimos aí, por assim dizer, duas perspectivas, diversa, de abordagem analítica, em que uma tem como ponto de partida a definição por uma *teoria de campo*, enquanto que noutra, trata-se por colocar ênfase na definição de um *campo teórico*.

O fundamental da discussão diz respeito ainda à concepção de conhecimento presente em tais estudos, expressando, portanto, uma noção de objeto de conhecimento como objeto imediato, concreto. Isso implica que, conforme a perspectiva analítica, a prioridade é dada, num caso, à definição de um conjunto de técnicas de pesquisa visando apreender o “objeto”, e, noutro caso, em que a prioridade passa pela definição de um campo teórico buscando construir o objeto de conhecimento no plano da teoria.

Encontra-se inerente a essa problematização o problema da “objetividade” do conhecimento científico cuja concepção a esse

¹⁷³ Cf. Edgar Morin. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996; p.335.

respeito, conforme o caso, conduz a uma prática de hipervalorização dos dados “quantitativos ou qualitativos” enquanto portadores do conhecimento. Expressando, portanto, uma concepção teórica tipicamente empiricista que consiste, em outras palavras, na busca do conhecimento presente na realidade. Havendo assim, uma *inversão* da premissa wrighthiniana¹⁷⁴ segundo o qual “os fatos disciplinam a razão, mas a razão é a guarda avançada do conhecimento” para “a razão disciplina os fatos, mas os fatos são a guarda avançada do conhecimento”.

3.2.Método e Metodologia no Conhecimento sobre “Movimentos Sociais” no Brasil.

Tratamos aqui tão-somente do problema tópico da compreensão acerca de método e metodologia, buscando indicar a partir de então, como essa questão é entendida pelos autores analisados. Sendo assim, faz-se necessário, desde já, para efeito de *especificar* o recorte da problemática que estamos discutindo, e para que, ainda, não se possa pairar qualquer margem de dúvida quanto à especificidade do nosso objeto de análise, destacar, grosso modo, qual o *parti pris* analítico que a fundamenta. Com efeito, portanto, uma primeira ordem de problema se nos apresenta mais ou menos assim: qual a *distinção* entre *método* e *metodologia*? qual a relação entre teoria e método? quais os fundamentos para a construção do conhecimento e qual o papel desempenhado pela teoria, o método e a metodologia na produção do discurso teórico? E como as mesmas estão colocadas nos autores?

¹⁷⁴ Cf. C. Wrigth Mills. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.pp.211-243.

Do nosso ponto de vista, mas que não é só nosso, *teoria e método* constituem as premissas fundamentais no processo da produção de conhecimento. Há autores¹⁷⁵ inclusive que chegam a estabelecer importância de níveis de teoria como fundamento primacial no processo de análise da realidade (social).

A teoria desempenha um papel fundamental no processo de análise da realidade social em qualquer que seja a perspectiva teórica. Isso significa dizer, portanto, que esse é um dos fundamentos primaciais do fazer científico, mas como sabemos essa se faz acompanhar de um método. Com efeito, coloca-se a questão do seu papel no processo de interpretação e explicação e, no que sabemos, essa tem uma função central no estabelecimento de significação e é quanto a isso que nos advertem os diversos teóricos como Althusser¹⁷⁶, Hans-Georg Gadamer¹⁷⁷, Guilhaon¹⁷⁸, Gramsci¹⁷⁹ e isso só para ficarmos nesses.

Tratando do problema de forma mais ampla, Heller indica a distinção entre diversos níveis de teoria. Todavia, buscando apontar com maior ênfase a que denominou de teoria "mais elevada" pelo seu poder de orientação explicativa. Aí merece destaque também o método enquanto pressuposto indispensável à *prática teórica*, destacando, inclusive, o aspecto indissociável entre teoria e método, ou melhor dizendo, que a cada teoria corresponde um método. Assim, para Heller,

¹⁷⁵ Cf. Paul de Bruyne *et al.* *"Método e teorização"*, pp.108-110 In *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.; Agnes Heller, *"Teoria e método"*, pp.175-181 In *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. Edgar Morin, *"Teoria e Método"* In *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996; pp.335-341.

¹⁷⁶ Cf. Louis Althusser. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

¹⁷⁷ Cf. Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997; p.13-91.

¹⁷⁸ José Augusto Guilhaon Albuquerque, *"Introdução - Classe Média: Caráter, Posição e Consciência de Classe"*, pp.11-31. In *Classes Médias e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁷⁹ Antonio Gramsci. *Concepção...* Op. Cit., p.73-79.

"Há tipos diversos de teorias: umas mais particularistas e outras mais genéricas.(...)As teorias implicam métodos específicos e todas as teorias tem seu próprio método. A seleção entre confissões relevantes e irrelevantes é realizado de maneira simultânea pela teoria e pelo método. Com maior exatidão, em tal caso, método e teoria não podem ser separados de modo algum. Se o teórico fracassar na elaboração de um princípio de seleção firme e definitivo, então a teoria há de resultar incoerente ou mutilada".¹⁸⁰

Isso quer dizer, não só, que no processo de 'dar significado' ao objeto de conhecimento, enquanto *prática teórica*, há, portanto, necessidade da teoria. Há, ainda, por outro lado, quer saibamos - consciente ou inconscientemente - o aprisionamento quanto à sua problemática sociológica, enfim. O aporte teórico, por assim dizer, comanda, quer queiramos ou não, o nosso modo de 'ver' o que 'vemos', queremos 'ver' ou que 'veremos'. Há, assim, na *distinção* entre o que a autora denomina de teoria 'mais elevada' e teoria aplicada e sua relação enquanto fundamentação do problema teórico formulado pelo analista, uma advertência fundamental. Senão vejamos como indica-a ao dizer que

"A diferença entre teoria 'mais elevada' e teoria aplicada já foi mencionada de modo indireto. A visão de mundo constitui o cerne de todas as teorias 'mais elevadas', sejam elas filosóficas ou não. Aquilo que perguntamos às testemunhas e o modo como o fazemos são igualmente determinados pelas teorias 'mais elevadas', que são sempre decisivas na própria escolha do problema histórico [e sociológico] que o historiador [o cientista social] deseja resolver. (...)Mesmo que nem sempre assim ocorra, pelo menos, deveria ser deste modo. Não há teorias aplicadas sem teorias mais elevadas, ainda que meramente esboçadas.(...)As principais categorias do empreendimento historiográficos [e sociológico] precisam ser iluminadas pela teoria mais elevada,

¹⁸⁰ Cf. Agnes Heller. Op. Cit., pp.176-177.

mesmo que as teorias aplicadas venham a modificar o significado do conceito e daí, pelo menos em parte, a própria teoria mais elevada".¹⁸¹

Poderíamos inferir, por assim dizer, que está tudo aí: teoria, método e problemática enquanto pressupostos fundamentais à produção de conhecimento. Ou, melhor dizendo, está quase tudo aí, posto que o fundamental ainda está por ser dito, isto é,

"E por dois modos antes do que por um. O que, no pensamento, é durável, tem a ver com o que é pensado cada vez. Mas ele tem também a ver com o como é pesado. Impossível confundir esses dois momentos, impossível separá-los com rigor. Aceitamos a redundância aparente: um novo pensamento é uma maneira nova de pensar um objeto novo".¹⁸²

Ao problema, portanto, da indissociabilidade entre *teoria e método*, completa-se uma vez que se insere o objeto de conhecimento. Isso porque, de um lado, o método aqui e aí são entendidos enquanto uma atitude do cientista perante o seu objeto de conhecimento e, de outro lado, a teoria enquanto o fundamento analítico que oferece o suporte interpretativo do objeto teórico.

Abordar essas questões, todavia, do nosso ponto de vista, tem a ver com a confusão que se faz no tema que estamos abordando, em que toda ênfase é dada à metodologia da pesquisa e que é, na verdade, entendida enquanto o método. Havendo com isso um deslocamento do campo onde deveria se dar o processo de conhecimento. Com efeito, a realidade dita "concreta" constitui-se, assim, no parâmetro epistemológico primacial. Mas embora tenhamos nos referido ao problema enquanto uma singularidade teórica brasileira, trata-se, no entanto, de um aspecto presente na prática teórica também fora do

¹⁸¹ Id. Ib., p.177.

Brasil, que aliás, herda esse problema. E isso tem merecido críticas, raras, porém bastante duras e irônicas, tal a indignação do autor. Senão vejamos como numa *penada* Guilhon põe por terra os fundamentos simultâneos das teses dos chamados teóricos da "sociedade pós-industrial" e de análises voltadas para a problemática das "classes sociais" concretas. E isso nos interessa sobretudo agora em que as classes sociais e, com ela, a luta de classes, por assim dizer, foram assassinadas simbolicamente. Recorremos, todavia, a uma *citação pequena* em se tratando da profundidade do problema. Assim diz ele,

"A ilusão dos arautos da 'sociedade pós-industrial' - em que a classe operária seria minoritária e de menor importância - é Glucksman quem o mostra, consistiria em um jogo com o hiperdesenvolvimento do 'terciário', como se esse verdadeiro quarto de despejo, formado por resíduo e muita astúcia estatística, pudesse definir uma categoria autônoma de assalariados, e até mesmo uma classe social.

Procedimento empírico, em si suficiente para mostrar que essa categoria, essa totalidade concreta manipulada pelos promotores da minorização operária é heteróclita, não possui a unidade do conceito. Em outras palavras, não é com a adição de assalariados que se constitui uma classe no sentido sociológico do termo. E não se pode adicionar grandezas heterogêneas: Assalariados + operários + mãos de graxa - escriturários + fábricas - empresas de serviços- empresas de aluguel de mão-de obra, igual a?

Vamos ao que é sério: se a categoria residual dos assalariados do setor terciário é heterogênea, qual seria a unidade do conceito? O que é preciso fazer para ter-se uma classe? E, por isso mesmo, abandonemos a ilusão do concreto, a idéia de que se poderia contar os membros de uma classe social como se conta a tropa na hora da chamada. Ou de que se possa compor a totalidade concreta 'classe social' misturando-se dados estatísticos (que não estão acima de qualquer suspeita) , teses de Marx e

¹⁸² Cornelius Castoriadis. *As Encruzilhadas do Labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;p.24.

mais a imagem popular do operário industrial - nem que fosse a própria imagem dominante entre os operários.

A unidade do conceito repousa na relação, na oposição entre os determinantes do conceito, o que Glucksmann reconhece sem dificuldades, já que não se cansa de repetir (pp.1143,1145,1147), cada vez em termos diferentes, que as classes sociais não existem senão na oposição que as constitui como tais. (...)

Não basta, portanto, admitir um princípio de análise, nem mesmo basta repeti-lo, é preciso praticá-lo. A relação que define os termos, a luta que constitui os adversários, a divisão, não é preciso, evidentemente, uma serra para efetuar-la, mas simplesmente um conceito.

Nosso objetivo não é entrar em polêmica com Glucksmann, mas retomar o problema lá onde o colocou. Partiremos, portanto, das relações sociais que constituem as classes, mas acrescentaremos um terceiro ponto de vista aos dois que enuncia como os únicos suscetíveis de definir as classes: o ponto de vista da harmonia social, o ponto de vista do conflito, mas também o ponto de vista da produção".¹⁸³

Encontram-se, portanto, exatamente aí as teses centrais que sem que tenha sido essa a tarefa teórica imediata do autor, no entanto, indica-as claramente, isto é, os teóricos clássicos, já discutidos por nós anteriormente, e que influenciaram os estudiosos brasileiros dos chamados "movimentos sociais". Dentre outras teses que servem para fundamentar as perspectivas teóricas descentradas das classes e centradas nas ações coletivas enquanto escopo dominante sobretudo ao

¹⁸³ Cf. José Augusto Guilhon Albuquerque, *"Introdução: Classe Média: Caráter, posição e consciência de classe"*, pp.12-13. pp.11-31. In José A Guilhon Albuquerque (Org.) *Classes Médias e Política no Brasil*. Op. Cit., p.11-31.grifo nosso. Ver, ainda, Fernando Henrique Cardoso. *"Formação do Capitalismo e as Classes Sociais na América Latina: Problemas e Algumas Questões de Método"*.pp.53-83. In José A Guilhon Albuquerque(Org.). *Classes Médias e Política no Brasil*. Op. Cit. Aí o

nível do espaço urbano configura-se a não importância das classes e, por consequência, do seu paradigma. Trata-se da aparição imediata de 'novas' práticas sociais surgidas a partir da década de 1970 e definidas enquanto "novos movimentos sociais"(ações coletivas/conflitos urbanos) em contraposição aos "velhos movimentos sociais"(classe social). Ainda nessa dimensão crítica, só para finalizar os exemplos, acerca da tendência analítica predominante em afirmar a minorização das classes e fundamentar as teses da "sociedade pós-industrial", vejamos o que diz Westergaard

"Porém, as descrições das correntes predominantes têm muito em comum: a afirmação de que as antigas fontes de tensão e conflito de classe estão sendo eliminadas progressivamente, ou tornaram-se cada vez menos importantes; que a estrutura das sociedades ocidentais contemporâneas está sendo reformulada segundo o molde das condições e dos estilos de vida da classe média; que esses fatos assinalam o 'fim das ideologia.' Esses conceitos, por sua vez, são impregnados de um sentido de fluidez social que é considerado capaz de falsificar as caracterizações antigas do capitalismo".¹⁸⁴

Daí porque ainda a necessidade de se afirmar que "todas as vezes em que é outra coisa que se reconhece e desconhece através do trabalho de inclusão/exclusão na *constituição* da totalidade concreta não há efeito de conhecimento científico mas, reconhecimento/desconhecimento ideológico", mas acentuar, de forma assaz clara, que "a invenção

autor discute muito bem os *equivocos* cometidos nas análises das classes baseadas nas diversas perspectivas teóricas clássicas.

¹⁸⁴ Cf. J. H. Westergaard, *"Sociologia: O mito da ausência de Classe"*, pp.110-149 In Robin Blackburn (Org.). *Ideologia na ciência social. Ensaio crítico sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; p.111. Aí semelhante análise é desenvolvida tendo como escopo refutar o mito da ausência de classes baseada em dados estatísticos.

científica não é, portanto, um olhar novo dirigido para as coisas, mas um trabalho de transformação".¹⁸⁵

Assim, numa análise buscando indicar em que consistiram às principais transformações teóricas operadas num único século por Marx, Nietzsche e Freud, Foucault destaca que os mesmos não deram um sentido novo a coisas que não o tinham, pelo contrário,

*"Em todo caso, e ainda a propósito, gostaria de fazer algumas sugestões: parece-me que Marx, Nietzsche e Freud não multiplicaram de forma alguma os símbolos no mundo ocidental. Não deram um sentido novo a coisas que não o tinham. Modificaram, na verdade, a natureza do símbolo e mudaram a forma geralmente usada de interpretar o símbolo".*¹⁸⁶

O que faz o método? Qual o seu papel no processo de análise das práticas sociais? Da compreensão dessa questão depende a possibilidade de se cometer ou não equívocos analíticos. E disso não está livre grandes pensadores e só para esclarecimento, gostaríamos, antes, de exemplificar. Diz respeito a dois autores diferentes cuja análise equivocada trata-se da caracterização, todavia, da mesma questão. Assim, portanto, tanto para Althusser¹⁸⁷ como para Mészáros¹⁸⁸ a ideologia é responsável pela *reprodução* da ordem social. No entanto, o que a ideologia faz, de fato, é produzir o *reconhecimento* da ordem, da organização social e da divisão do trabalho.

Assim, diz Cardoso, referindo-se a sua importância

"Os problemas são postos como desafio pela própria prática social e apresentam-se num contexto

¹⁸⁵ Cf. José Augusto Guilhaon Albuquerque. *Instituição e poder*. pp.29-30.

¹⁸⁶ Cf. Michael Foucault. *Nietzsche, Freud & Marx. Theatrum Philosophicum*. São Paulo: Editora Princípio, 1987; pp.17-18.

¹⁸⁷ Louis Althusser. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992; p.75.

¹⁸⁸ István Mészáros. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996; p.24.

cambiante. Por isso, o método para tentar resolvê-los precisa ser capaz da dupla façanha, de recolher como teoria", [entenda-se problema teórico], "e tornar explícito no plano da razão", [entenda-se plano da análise], "o que está dado como amálgama confuso de oposições reais na prática histórica e de prender umbilicamente os conceitos constituídos à variabilidade histórica das situações, dotando-os de um movimento."(Cardoso.p.56) (...) "Isto dito, fica claro que não é prudente ler a história do movimento das sociedades latino-americanas em termos de que o 'papel histórico' da classe operária é desempenhado no capitalismo dependente pelas 'massas marginais', como em algumas análises políticas tem sido proposto".¹⁸⁹

Aí o autor assinala de forma clara, como vimos indicando, no que consiste o papel do teórico ou o que seja a produção da 'realidade' como resultado da *prática teórica*. Diríamos mesmo que - sem saber-querer - acaba por tocar na questão tópica central das análises sobre "movimentos sociais" cuja tese principal consiste em construir, no plano da *prática teórica*, a passagem dos *atores sociais* promotores da mudança social brasileira e porque não dizer latino-americana do paradigma centrado nas classes para outro centrado nas ações coletivas como escopo dominante. Mas voltemos ao que é sério. O que é, no entanto, metodologia?

Segundo Pedro Demo,

"Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência".¹⁹⁰

Segundo o Aurélio,

¹⁸⁹ Cf. Fernando Henrique Cardoso. *"Formação do Capitalismo e as Classes Sociais na América Latina: Problemas e Algumas Questões de Método"*. pp.56-74. In José A Guilhon Albuquerque (Org.). *Classes Médias e Política no Brasil*. Op. Cit., pp.53-83.

¹⁹⁰ Cf. Pedro Demo. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1981;p.7.

"1. A arte de dirigir o espírito na investigação da verdade. 2. Filos. Estudo dos métodos e, especialmente, dos métodos das ciências: metodologia das ciências naturais. 3. Lit. Conj. De técnicas e processos utilizados para ultrapassar a subjetividade do autor e atingir a obra literária. (Cf. epistemologia e teoria do conhecimento)"¹⁹¹

Ou ainda, segundo Kaufmann¹⁹², trata-se da

"(...) a análise lógica do procedimento científico"

Vê-se, conforme acima, que *há duas definições nas três definições*: uma primeira, de um lado, presente nas três e que significa os estudos críticos da maneira como se produz conhecimento científico, portanto, de um método para analisar o fazer científico ou, numa palavra, "método do método", e, de outro lado, enquanto condição para produção de conhecimento, "modo da produção de conhecimento", presente sobretudo numa das definições da segunda. Mas no que estamos estudando, as definições se afastam em muito das duas definições, vez que aí metodologia é entendido como a forma como a "pesquisa" (levantamento dos dados quantitativos ou qualitativos) empírica foi realizada. Cabe, portanto, ressaltar que essa concepção metodológica, na verdade, expressa a sedimentação de uma concepção de ciência e de conhecimento científico que entende como *status* de conhecimento científico *teórico-socialmente* relevante estudos de "práticas concretas". Daí ser bastante comum nas práticas teóricas em estudos a descrição do processo de busca da "realidade concreta", porquanto, do "próprio" conhecimento.

Vejamos, pois, alguns autores, porém, recorreremos a citações longas, mais importantes.

¹⁹¹ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Op. Cit., p.890.

¹⁹² Felix Kaufmann. *Metodologia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977;p.11.

Diz-nos CÉSAR BARREIRA:

"Estudei três casos nos quais são identificáveis as rupturas no que Maria Sílvia de Carvalho Franco chamou de 'código do sertão', e que antecedem o deflagrar de conflitos. Ao mesmo tempo, o material coletado informou sobre o comum e o específico, as mudanças na prática política e, sobretudo, as alterações na base econômica. A busca do desvendamento da complexidade dos fenômenos e relações observadas produziu experiências incomuns e muito interessantes.(...)Tal comportamento chegou a requintes. Entrevistei proprietário que, naquele momento, estava em notória e pública 'questão' com os trabalhadores e ele negou o fato com veemência. (...) Outros proprietários recusaram-se a me receber ou dificultaram qualquer entrevista. Alguns criaram um clima de bastante hostilidade e má vontade. (...) Um aspecto importante é que a história da prática política dos proprietários é quase exclusivamente contada por terceiros, através de depoimentos ou de documentos. (...)Recorri a quatro fontes principais de dados. A primeira foi o 'trabalho de campo', dividido em duas etapas: a realização de entrevistas e a participação de reuniões, encontros e manifestações camponesas. O 'trabalho de campo' teve início em 1980, estendendo-se até 1987, menor permanência em campo, intensificando-se de 84 a 86. Realizei cerca de cem entrevistas, sendo gravadas sessenta. Essas entrevistas foram realizadas com dirigentes sindicais; trabalhadores com 'questões' com proprietários, camponeses que participavam dos trabalhos das CEB's, lideranças de conflitos e participantes de encontros organizados pela Igreja, pelos Sindicatos dos Trabalhadores ou pelo Estado. Entrevistei, também, camponeses não diretamente envolvidos com entidades ou conflitos.(...) Entrevistei técnicos dos órgãos estatais, padres e leigos ligados à Igreja e que realizam trabalhos com camponeses. Antigos proprietários, ex-dirigentes sindicais e camponeses mais idosos tiveram uma importância capital na reconstrução dos fatos através das experiências vividas. (...)Os relatos e dramatizações feitos pelos camponeses em encontros ou reuniões foram de riqueza ímpar para o trabalho.(...)Realizei, também, uma pesquisa em noticiário de imprensa, cobrindo diferentes períodos da história do Ceará.

Essa pesquisa foi através de O Povo, jornal de maior circulação diária no Ceará, considerado de 'linha liberal'. Os períodos estudados - 1930 a 1935, 1951 a 1953, 1961 a 1964, 1970 a 1973, 1978 a 1982 e 1985^a 1987(...) Os documentos escritos pelos camponeses, como cartas, abaixo-assinados, relatos dos conflitos, dos casos de violência, das denúncias encaminhadas aos órgãos estaduais, à Igreja e aos Sindicatos dos Trabalhadores tiveram grande importância. Fiz um levantamento de todas as denúncias encaminhadas ao INCRA-CE pelos camponeses. Os arquivos da Comissão Pastoral da Terra -CE, da Comissão de Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, do Centro de Pesquisa e Assessoria-ESPLAR, recortes de jornais, de documentos de trabalhadores e de autos de processos jurídicos...".¹⁹³

Ou, noutros, como é o caso de **SAFIRA AMMANN**:

"Este trabalho representa o resultado do acompanhamento dos Movimentos Populares de bairros, durante mais de 10 anos. Ele se verifica, de um lado, pela inserção na luta de um dos movimentos aqui focalizados - os Incansáveis da Ceilândia e, de outro, pela pesquisa junto aos Movimentos Populares de bairro do Centro Oeste, incluindo os quatro Estados que compõe a região. Acompanhei a luta dos Incansáveis da Ceilândia, juntamente com alunos de Serviço Social da Universidade de Brasília, desde a emergência do movimento, em 1979. Nossa prática social representou o engajamento nas lutas populares e a busca de alternativas para a ação transformadora numa sociedade regida pelo antagonismo de classe... Ela passa pela crítica à suposta neutralidade científica e pela necessidade de um compromisso de classe de nossa parte. Significa igualmente a recusa à utilização do saber como instrumento de poder e supõe a compreensão de que a 'ciência' e o 'senso comum' são saberes particulares, válidos, legítimos, os quais devem somar-se, tendo em mira a superação das condições de exploração e opressão

¹⁹³ Cf. César Barreira. *Trilhas e Atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992; pp.13-14-15.

de classes fundamentais da sociedade capitalista. Adotada esta linha de conduta, não elaboramos planos ou projetos antes de ir a campo, no caso em apreço, a Ceilândia. O projeto ia sendo forjado pelo processo, pela história do movimento, com suas contradições, avanços e recuos, fracassos e conquistas. Dentro desse projeto, comandado pelos moradores, cumpria-nos executar tarefas, conforme as necessidades que a realidade ia apontado. A pesquisa junto aos demais movimentos do Centro Oeste foi realizada através de consulta à documentação das Associações de Moradores; consulta a trabalhos anteriormente escritos sobre as Associações; entrevistas abertas com membros e ex-membros de 8ª Associações de Moradores; rastreamento da imprensa falada e escrita; participação no III Encontro da CONAM (Confederação Nacional de Associações de Moradores) e gravação do debate de todas as comissões temáticas; utilização de dados secundários de pesquisa realizada pela Universidade Católica de Goiás (UCG), em convênio com o Movimento dos Leigos para a América Latina (MLAL). Levando em conta que o conceito de Movimentos Sociais ainda se encontra permeado de imprecisões e ambigüidades, empreendo no Capítulo I, uma análise crítica de definições conceituais correntes no Brasil, tais como as de Castells e de Touraine, oferecendo, em seguida, uma proposta de definição conceitual de minha própria autoria. Examinamos, no decorrer do trabalho, se os Movimentos Populares de Bairro - representados pelas Associações de Moradores - podem, ou não, ser incluídos na categoria de Movimentos Sociais, de acordo com o conceito aqui adotado. Após as considerações tecidas e partindo do princípio de que: é a contestação o elemento constitutivo dos Movimentos Sociais; os Movimentos Sociais contestam determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção; os protagonistas podem ser classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões etc.; nem todo Movimento Social tem caráter de classe; nem todo Movimento Social luta pelo poder; o objetivo dos Movimentos Sociais pode ser a transformação ou, contrariamente, a preservação de relações sociais dadas, quando as mesmas se encontram ameaçadas; formulamos o

conceito: 'Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.' No Capítulo II pode-se ler: Estado capitalista: da teoria à realidade. 2.1. A teoria. 2.2. A realidade. 2.2.1. O Brasil. 2.2.2. O Centro-Oeste".¹⁹⁴

Ou, ainda, noutro caso

DOIMO e outros.

"Este trabalho tem por objetivo situar os marcos teóricos e epistemológicos para posterior análise sistemática do "Movimento de Luta Contra o Desemprego" que vem ocorrendo na Grande Vitória desde inícios de 1983.(...) O presente texto teve por objetivo promover uma revisão da literatura de modo a estabelecer, em primeiro lugar, os marcos teóricos que nos permitam situar a questão dos movimentos sociais no interior de um conjunto de determinações (econômicas, sociais, política e cultural), como forma de preenchermos sua emergência, formas organizativas, discurso e efeitos sociais, políticos e culturais. Segundo, partir desses marcos, situaremos os referenciais básicos que nos permitam a análise daquilo que é o nosso objeto: o 'Movimento de Luta Contra o Desemprego', na Grande Vitória, período 1983-1985.

Limites e equívocos teóricos não podem tolher a expressão da realidade. Há unanimidade, pelo menos entre alguns teóricos, no sentido de se admitir a fraqueza dos instrumentos sociais surgidos no Brasil nos últimos anos. Tilman Evers, por exemplo, nos diz : 'Não é apenas que a realidade esteja mudando: ela está fugindo a nossos modos de percepção e a nossos instrumentos de interpretação'.

Essa reavaliação se faz necessária, por um lado, pelas características inovadoras, em uma série de aspectos, apresentadas pelo movimento em questão, tanto a nível local e nacional; e, por outro, pelos desafios colocados ao conjunto dos movimentos sociais pela conjuntura política atual. Conjuntura esta

¹⁹⁴ Cf. Safira Bezerra Ammann. *Movimento Popular de Bairro. De frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991; pp.7-8-22-23-44. Grifo nosso.

*que explicita novas atitudes do Estado na sua relação com os movimentos sociais, bem como requer destes novas posições e práticas face a realidade representada por um processo de construção de uma nova institucionalidade política".*¹⁹⁵

Mas retomemos a questão do método, segundo, ainda, uma definição constante do Aurélio:

*Método. Do gr. Méthodos*1. Caminho pelo qual se atinge um objetivo. 2. Programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado, 3. Processo ou técnica de ensino: método direto. 4. Modo de proceder; maneira de agir; meio. 5. Tratado elementar.7 Prudência, circunspeção; modo judicioso de proceder; ordem. Age sempre com método.¹⁹⁶

Método, portanto, distingue-se de *metodologia*, em que longe de constituir-se no "modo de pensar" determinado objeto de conhecimento, auxilia-o enquanto localização e levantamento da matéria-prima em que se procede o trabalho da produção de conhecimento. Definimos assim, grosso modo, um e outro e sua distinção no trabalho da "produção de conhecimento" sobre processos sociais.

*"Por razões de direito, um método de exposição teórico não pode fazer o mesmo. Deve expor com rigor a necessidade destas relações: é a sua razão de ser. Marx tinha perfeita consciência disto em O Capital, quando diz que o 'método de exposição', distinto do método de investigação (ou método de pesquisa e de descoberta), é parte integrante de todo o discurso científico, isto é, de todo o discurso teórico.".*¹⁹⁷

¹⁹⁵ Cf. Ana Maria Doimo et all. Op. Cit., pp.8-11-35.

¹⁹⁶ Cf. Aurélio. Op. Cit., p.890.

¹⁹⁷ Louis Althusser. *Sobre o Trabalho...*Op. Cit.,38.

Vejamos que concepção de pesquisa mais confusa presente num manual de pesquisa. Assim, para o autor,

*“Entendemos por pesquisa a construção de conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas. Não precisa ser também empírica, embora normalmente se supunha esta como a mais comum e importante. Em nosso caso, referimo-nos especialmente à pesquisa teórico-empírica, ou seja, àquela produção científica que busca conhecer a realidade, incluindo neste ato um trabalho teórico e um trabalho empírico. Metodologia será, então, definida como o estudo dos instrumentos de montagem de uma teoria, o estudo dos arcabouços teóricos. Não entra aí apenas a preocupação teórica, mas também a preocupação empírica. Mas, por uma divisão do trabalho particularmente latino-americana, embora não lógica, atribuímos à Metodologia um interesse tendencialmente voltado à teoria, ou à parte teórica da produção científica, deixando a questão empírica para outra disciplina, muitas vezes chamada de Métodos e Técnicas, dedicada às técnicas de coleta e mensuração do dado”.*¹⁹⁸

Há aí uma predominância da concepção de estatuto científico que privilegia a produção de conhecimento que tem como *escopo* a pesquisa *empírica*, de “campo”, “estudo de caso”, etc.

Mas afinal qual a distinção entre o que é *pensar* e o que é *não pensar*? A essa distinção Castoriadis nos responde de forma bastante clara num parágrafo, ou seja, para ele, no que concordamos,

“Pensar não é sair da caverna nem substituir a incerteza das sombras pelos contornos nítidos das próprias coisas, a claridade vacilante de uma chama pela luz do verdadeiro Sol. É entrar no Labirinto, mais

¹⁹⁸ Cf. Pedro Demo. Op. Cit., pp.7-8-9.

exatamente fazer ser e parecer um Labirinto ao passo que se poderia ter ficado 'estendido entre as flores, voltado para o céu'. É perder-se em galerias que só existem porque as cavamos incansavelmente, girar no fundo de um beco cujo acesso se fechou atrás de nossos passos - até que essa rotação, inexplicavelmente, abra, na parede, fendas por onde se pode passar".¹⁹⁹

O que é novo no conhecimento tem a ver com o que é *pensado* cada vez mas, sobretudo, com o *como* é pensado. Há um destaque, portanto, para o *método* enquanto tratamento, na falta de melhor palavra, distinto de um problema de análise em relação a outros pensamentos pretéritos. Mas sabemos, no entanto, que método e teoria são indissociáveis. Recorrer-se a um aporte teórico é inscrever-se também de uma maneira ou de outra - na sua problemática teórica.

Tal é a questão central que está presente na história do pensamento na modernidade e tem sido a forma de 'revolucionar' o conhecimento. Assim foi de Descarte no século XVI a Marx no final do século XIX. Não é sem razão que Althusser e Foucault destacam que num único século a história produziu, para o primeiro, "três filhos sem pais" (referindo-se a Marx, Freud e Nietzsche) e o segundo três gênios, pois que a grande revolução que fizeram foi quanto à forma de interpretação dos signos.

¹⁹⁹ Cf. Cornelius Castoriadis. Op. Cit., pp.7-8.grifo nosso.

3.3. “Movimentos Sociais”: Definição de uma Teoria de Campo ou Definição de um Campo Teórico?

*“Evidentemente, a verdade **tem a ver** com o real. Evidentemente, os conceitos científicos **têm a ver** com objetos reais, em relação aos quais eles, em última análise, existem. Evidentemente, o conceito de mais-valia **tem a ver** com a exploração capitalista e o de inconsciente, com o real ‘modo de ser humano neurótico ou psicótico’. Evidentemente, o conhecimento é conhecimento do real. Mas esse ‘ter a ver como’ é definido por Althusser, seguindo nisso Marx rigorosamente, como sendo uma **forma de apropriação** de um pelo outro. **O conhecimento científico é uma forma de apropriação do objeto real pelo objeto-de-conhecimento**”.*

Walter José Evangelista

Tratamos aqui tão-somente da questão tópica do ponto de partida na produção de conhecimento acerca da realidade. Querendo com isso assinalar duas perspectivas, diversa, de abordagem analítica, mas que, na prática teórica brasileira, sobretudo nas teorias sobre “movimentos sociais”, tem como predominância a definição por uma “teoria de campo” em detrimento, portanto, da definição por um “campo teórico”. E no que vimos discutindo até aqui, tal parece ser a razão pela qual faz com que exista um dilema teórico acerca dos estudos sobre os processos sociais analisados e cuja caracterização analítica os definiram como sendo ‘movimentos sociais’.

Tratamos, por assim dizer, dos aspectos inerentes às concepções de conhecimento que vigem na prática teórica de alguns estudos sobre os processos sociais. A predominância por “estudos de casos”, por estudos empíricos²⁰⁰, expressa, ao que parece, uma tendência

²⁰⁰ Cf. Pedro Jacobi. *Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos Anos 70 e 80*. Rio de Janeiro: ANPOCS-BIB, n. 23, 1º

hegemônica que concebe o objeto de conhecimento como um objeto imediato, concreto, como se houvesse uma realidade dada para ser conhecida, investigada, como se diz, o que significa, por assim dizer, que o problema teórico não nasce no campo do conhecimento mas na própria realidade, ou seja, em vez da construção de uma problemática teórica tem-se comumente a construção de uma “problemática concreta”. Isso tem como implicação recorrente a definição por uma *teoria de campo*, que em outras palavras, significa definir um conjunto de técnicas de pesquisa que possibilitem o conhecimento do “objeto”. Como já tratamos alhures, não há uma distinção clara quanto ao que seja o objeto de conhecimento, ou melhor, há uma grande confusão quanto a essa questão em particular. Daí que em vez, como queremos indicar, de se partir da definição de um *campo teórico*, parte-se de seu contrário.

Quer dizer, é mesmo comum que as teses elaboradas por esses estudos empíricos tenham seus fundamentos em conhecimentos estritamente teóricos²⁰¹, no sentido que não tem como base analítica qualquer material empírico e que, todavia, são os fornecedores, na falta de melhor expressão, do escopo de análise. Não se trata, como já vimos, de contrapor-se ao trabalho de análise empírico, nem tampouco de afirmar a supremacia do racionalismo, mas indicar a confusão que se faz quanto ao fundamento do conhecimento teórico, quanto à sua especificidade. E já para adiantar, mais à frente tratamos dessa questão para que possa ficar claro a importância da formulação de tal problema teórico. Ou seja, do que implica a concepção empírica e a racionalista em

semestre, 1987;p.20. “A produção teórica em torno da questão dos movimentos sociais urbanos tem resultado essencialmente numa produção empírica, e as principais críticas a estes trabalhos referem-se ao seu espectro limitado. Grande parte da produção se baseia em estudos de caso centrados em diversas metrópoles brasileiras, notadamente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, onde existe sólida base empírica além de diversos movimentos urbanos, sendo importante ressaltar o crescimento, nos últimos anos, da produção em Minas Gerais, Nordeste e Região Sul do país, sendo poucos os trabalhos que desenvolvem pesquisa de tipo comparativo.” Cabe, contudo, ressaltar que o autor também está inserido nessa perspectiva cf. ***“Movimentos sociais e políticas públicas”***. São Paulo:Cortez,1989.

termos das duas concepções de *prática teórica* enquanto lugar de construção da realidade (teórica). Isso porque, segundo Castoriadis, no que concordamos plenamente, isto é, **"O que é a teoria? A atividade dos teóricos. E os teóricos são os que fazem teoria. A ciência é a atividade dos cientistas - dos que fazem ciência"**²⁰².

A *subjetividade* é a marca do fazer científico, é, diríamos mesmo, o que o define. No entanto, dizer isso, não é afirmá-la enquanto um fazer ideológico, primeiramente, mas dizer, que essa é resultado do trabalho do pensamento, da construção humana que trás consigo uma concepção de mundo que é, inclusive, a própria ciência. Isso desloca, portanto, a discussão acerca das ciências com maior capacidade de serem portadoras da 'objetividade' (as exatas e naturais) e as com menor capacidade de serem portadoras de 'objetividade' (as Humanidades). Numa palavra, quer dizer que não há fazer científico sem subjetividade e, ao contrário, onde no "fazer científico" não houver subjetividade não há conhecimento. Admitimos, assim, que a ciência é uma forma particular de ideologia mas não é só ideologia ou, melhor dizendo, que a ideologia está presente no fazer científico mas essa não tem como prática imediata produzir ideologia.

Sendo assim, a perspectiva de abordagem empiricista entende que pensar a realidade (social) é admitir equivocadamente a existência de uma realidade que estaria dada a ser conhecida²⁰³. É quanto a isso que estamos tentando demonstrar a existência do dilema presente na prática teórica dos "movimentos sociais" e para o qual não se apontou nenhuma solução, segundo a nossa perspectiva, isto é, alguns teóricos conseguiram apontar o problema - qual seja: que não há uma clareza

²⁰¹ Idem. pp.18-33.

²⁰² Cf. Cornelius Castoriadis. Op. Cit., p.8.

²⁰³ Cf. João Ribeiro Júnior. *O que é Positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996; pp.13-27.

quanto à natureza²⁰⁴ do objeto (tanto empírico quanto analiticamente) - mais a essa questão procura-se resolver apontando novos aspectos próprios de uma observação imediata. É assim que, por exemplo, destaca-se o limite das teorias e propõe-se novas "soluções". Vejamos, segundo Munk, a esse respeito, o que justifica tal esforço teórico:

*"A necessidade de combinar as interpretações dessas duas escolas é particularmente crucial para o entendimento dos desafios e dilemas associados à orientação para a mudança que caracteriza os movimentos sociais. Esta é, provavelmente, a área de pesquisa em que a teoria é mais deficiente. Boa parte das dificuldades se deve ao fato de que os movimentos sociais promovem mudanças porque participam da arena político-institucional e desenvolvem uma estratégia política. Como, no entanto, os analistas foram inicialmente atraídos para o tema por considerarem os movimentos sociais como alternativa às formas mais convencionais de exercício da política, muito pouco se fez em termos de reflexão teórica, no que diz respeito às relações entre esses movimentos e as instituições políticas nacionais".*²⁰⁵

Segundo ainda, outro autor, bastante recorrido analiticamente nos estudos dos processos sociais ocorridos no Brasil, a questão se lhe apresenta da seguinte maneira

"Nos últimos vinte anos surgiram novas formas de ação coletivas em áreas anteriormente intocadas pelos conflitos sociais. A crise das estruturas políticas e conceituais frente a estes novos fenômenos tornou-se evidente nos anos 70,

²⁰⁴ Cf. François Chazel, *"Movimentos sociais"*. In Raymond Boudon. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; pp.283-335.

²⁰⁵ Cf. Gerardo L. Munk. *Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais*. pp.105-106. Rio de Janeiro: DADOS- REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Vol. 40, nº 1, 1997.IUPERJ.pp.105-124.

*impulsionando uma ampliação do conhecimento empírico e uma redefinição das categorias analíticas.(...)Como Tarrow apontou recentemente (Tarrow,1983), o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem. Os movimentos são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens que são difíceis de comparar. Os vários autores tentam isolar alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos, mas como cada autor acentua elementos diferentes, dificilmente se pode comparar definições. Infelizmente, estas são mais definições empíricas do que conceitos analíticos".*²⁰⁶

Ainda hoje, no entanto, a questão se nos apresenta insolúvel. Posto que tentando enfrentar o problema, foge-se dele. Ou então, tentando evitá-lo, acaba-se esbarrando. Assim, pois, para alguns autores [Ilse Scheren-Warren²⁰⁷ e Melucci, por exemplo], não se trata mais de falar em "movimentos sociais" ao referir-se às práticas sociais recentes. Assim, portanto, com base numa observação imediata, Melucci, mas não só ele, questiona-os e (re)define-os:

"Podemos ainda falar de 'movimentos' quando nos referimos aos fenômenos sociais recentes? Eu preferia falar de redes de movimentos ou de áreas de movimento: isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Este conceito não está distante do de indústria de movimento social de Zald - como o conjunto de organizações orientado para a mesma espécie de mudança social - e do seu mais recente setor de movimento social, que lhe inclui todo tipo de ações orientadas para os objetivos dos movimentos. Minha definição inclui não apenas as organizações

²⁰⁶ Cf. Alberto Melucci. *Um objetivo para os movimentos sociais?*. São Paulo: Revista Lua Nova, N17, Ano 1989; pp.49-54-55.

²⁰⁷ Cf. Ilse Scherer-Warren. *Redes de Movimentos Sociais*. Op. Cit. "Os dois últimos capítulos examinam as possibilidades de constituição de movimentos sociais no momento atual, partindo da hipótese de que este movimento vem se formando no Brasil a partir das redes que se estabelecem entre organizações populares, outras entidades culturais e políticas e organizações não-governamentais (ONGs). E isto implica repensar o próprio conceito de movimento".p.11.

'formais', mas também a rede de relações 'informais' que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participante mais ampla".²⁰⁸

O que por ora estamos denominando de uma *teoria de campo* diz respeito à predominância da elaboração de um conjunto de técnicas de pesquisa para apreender o conhecimento no "real", a "realidade concreta", o "objeto empírico", como se isso fosse possível, ou melhor, como se o mesmo não fosse resultado do trabalho de construção pelo pensamento. Falta talvez saber, numa palavra, que "a teoria só conhece aquilo que ela faz".²⁰⁹ E isso porque a racionalidade existente no real é a sua (ir)racionalidade. Assim como a racionalidade da teoria é a sua própria (ir)racionalidade. Qual a relação da teoria com a realidade concreta ou como a questão se nos afigura?. O *sujeito teórico* é o ser dotado de uma (in)consciência construída racionalmente enquanto que o *sujeito prático* é um ser dotado de uma (in)consciência existente na prática histórica ou existindo, para Debord, "como consciência [inconsciência] de seu jogo"²¹⁰. Tal a razão pela qual, Scherer-Warren dizer que para se buscar as características dos referenciais "paradigmáticos utilizados para a análise da ação coletiva na dinâmica social...é necessário considerar, no mínimo, os seguintes aspectos de cada abordagem: *a concepção sobre a natureza do real*, a constituição e o papel do(s) sujeito(s) da ação na dinâmica social, e a concepção sobre os rumos da própria mudança social."²¹¹

Referindo-se ao modo de pensar que se tornou hegemônico a partir dos estudos sobre "movimentos sociais", fica bastante claro os aspectos que aqui estamos indicando no processo de análise quanto à concepção

²⁰⁸ Cf. Alberto Melucci. Op. Cit., p.60.

²⁰⁹ Cf. Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; p.52.

²¹⁰ Idem.p.50.

²¹¹ Cf. Ilse Scherer-Warren. Op. Cit., p.14.

de conhecimento que tem como escopo o “objeto real”, “objeto percebido”, em fim, o objeto empírico, em vez, ao contrário, do objeto construído²¹², que é próprio da ciência. Assim, analisando a produção de conhecimento acerca dos “movimentos sociais”, no que a denominou de “A trajetória dos movimentos sociais”, Cardoso acaba por explicitar, de forma sintética, os aspectos centrais aqui problematizados e que estão presentes em tais análises, apontando também as implicações daí decorrentes. Assim, pois, diz a autora, numa citação demasiada extensa, mas de fundamental importância no sentido de contribuir para clarificar a nossa questão.

Diz a autora,

“Estava querendo mostrar que essas interpretações foram produzidas, na verdade, em contextos ideológicos diferentes, e os contextos ideológicos, de algum modo, interferem e estão presentes na própria produção do conhecimento.(...)” “Na década de 1970, por várias razões, houve uma grande renovação no modo de fazer ciência, houve uma grande valorização das pesquisas qualitativas. Sendo o tema novo do momento, os movimentos representaram um campo no qual a busca de uma relação diferente entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa foi exercitada plenamente, visto que eles também eram um campo novo que nascia desse interesse. Foi exatamente o momento em que nós começamos a valorizar e a trabalhar com técnicas, o que não quer dizer que isso não fosse feito antes. Ocorre que a valorização passou a ser mais aceita dentro da academia - a valorização das técnicas de observação participante, de estudos de caso, o trabalho que antes era chamado de antropológico, embora nunca tenha sido privilégio da antropologia. Assim, essas técnicas de investigação passaram a ter um papel muito importante..(...)” “Curiosamente, elas vieram

²¹² Cf. Paul de Bruyne *et all.* Op. Cit., pp.51-52. “Parece capital insistir sobre a especificidade do objeto científico, *construído*, em relação com outros objetos de saber; o objeto de ciência é um sistema de relações construídas expressa e explicitamente, ele se opõe ao objeto pré-construído pela percepção, com o qual lhe é necessário romper continuamente”.

junto com uma crítica da construção do conhecimento que estava sendo feita naquele momento fora do Brasil, mas que aqui teve pouca repercussão. Houve, portanto, uma militância clara por parte dos próprios acadêmicos - extremamente importante e justificada pelo contexto autoritário no qual estávamos -, um desejo de valorização, um entusiasmo com esses fenômenos novos que apareciam e, ao mesmo tempo, a tendência de olhar para eles através de uma técnica de pesquisa, de um olhar diferente do antigo. A crítica à forma de conhecer elaborada lá fora, em parte devido ao efeito dos movimentos sociais com a emergência das questões feministas, de identidade, de etnicidade e dos estudos sobre raça, renovou em muito a forma de pensar a metodologia da ciência social fora do Brasil.(...)Elas provocaram, muitas vezes, e especialmente nos estudos sobre movimentos sociais, o esquecimento de um outro princípio que não supõe a idéia de neutralidade numa ciência positivista, qual seja, o princípio do estranhamento, de criar distanciamento, de ter um olhar crítico.(...) "Assim, em nome de uma ciência social crítica, nós fizemos uma ciência social engajada e pouco crítica, utilizando os discursos que os próprios movimentos sociais realizavam e ofereciam, estando as interpretações muitas vezes coladas a esses discursos. Isso não quer dizer que estivéssemos dizendo coisas erradas, visto que esse discurso era também parte da realidade a ser observada, mas muitas vezes se deu a ele uma importância muito grande.(...)Certas coisas foram deixadas um pouco de lado, não porque os pesquisadores não soubessem, mas, na verdade, porque as interpretações ficaram bastante coladas ao discurso dos movimentos".²¹³

²¹³ Cf. Ruth Corrêa Leite Cardoso. *"A trajetória dos movimentos sociais"*. In Evelina Dagnino (Org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; pp.83-84-85. grifo nosso.

A esse respeito, ver, ainda, algumas dissertações²¹⁴ de Mestrado em Sociologia da UFPB - Campus II, produzidas e aprovadas com *Distinção* nesse mestrado, onde identificamos a transgressão de planos de análise e realidade, em que o conhecimento aí é equiparado com a própria reprodução (em alguns casos, *ipsis litteris*²¹⁵) das entrevistas, no que se assemelha à concepção de que “os fatos falam por si”. É como se as conexões a serem estabelecidas no plano da análise já estivessem nas mesmas. Assim, a “realidade” enquanto produto do processo de trabalho de pensamento cede lugar à realidade enquanto produto da própria realidade requerida tecnicamente. É quanto a isso que estamos chamando à atenção. No que já indicamos alhures, as entrevistas ou, como se prefere, os dados “quantitativos e qualitativos” passam da condição de matéria-prima do modo da produção teórica que resulta no produto teoria para o próprio lugar da teoria. O que está sendo dito acima pela autora Ruth Cardoso é próprio dessa concepção cuja ênfase é dada à definição de uma *teoria de campo* em detrimento, portanto, da

²¹⁴ Cf. Antônio Carlos Pires de Melo. *“Todos têm certas coisas na cabeça e querem atuar”. Lições do Patac: uma ONG que se propõe a melhorar as condições de vida dos camponeses do Nordeste do Brasil*. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-DAS, 1995. Dissertação de Mestrado em Sociologia.; Dalva Felipe de Oliveira. *Mulher, trabalho e vida no campo. Um estudo junto à mulher da comunidade rural do Ligeiro: Cariri Paraibano*. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-DAS, 1996. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Ver, ainda, Ângela Maria Lopes Cavalcanti, *“E o suor que perco todo dia, não vale nada?” (A Comercialização da Produção Familiar em Lagoa Seca-PB)*. Campina Grande-PB: CH-DAS-UFPB II, 1997. Dissertação de Mestrado em Sociologia. “Algo que executei com bastante clareza foi o meu poder e a minha escolha de dar a palavra a todos os meus entrevistados, permitindo que o saber popular fosse refletido e respeitado numa troca de experiência entre eruditos e populares”.p.6. Isso para ficar só nesses exemplos, dentre tantos outros possíveis.

²¹⁵ Lucira Freire Monteiro. *Bonecas e Vassouras. Vida e trabalho doméstico dos adolescente do Campo na Cidade*. Campina Grande-PB:UFPB II-CH-DAS, Nov/1996. Dissertação de Mestrado em Sociologia. p.68-169. A autora abre assim, o referido capítulo: “Nosso propósito é oferecer um panorama ampliado de nossa pesquisa. Os depoimentos ‘falam’ por si, e as conclusões a que eles nos remetem são a prova da importância de nosso trabalho”.

definição por um *campo teórico*. Em que numa perspectiva - objeto de nossa crítica - a realidade ("objeto") estaria dada a ser conhecida enquanto que noutra, trata-se de construí-la. Daí ser necessário insistir mais uma vez dizendo que *"pensar é precisamente abalar a instituição perceptiva na qual todo lugar tem o seu lugar e todo momento tem a sua hora - assim como é abalar a instituição dada do mundo e da sociedade, as significações imaginárias sociais que essa instituição encerra"*.²¹⁶

Há, portanto, um conjunto de abordagem: Alain Touraine²¹⁷, Tilman Evers²¹⁸, Ernesto Laclau²¹⁹, Sorj, Cardoso e Font²²⁰, Jürgen Habermas²²¹, Poulantzas, Claus Offe,²²² dentre outros, que não está fundamentado num estudo de caso e nem tampouco em estudo empírico de qualquer dimensão mas que, paradoxalmente, servem de embasamento teórico aos estudos de casos dos "movimentos sociais" brasileiro. Podemos até mesmo afirmar, sem qualquer sombra de dúvida que as teses centrais do trabalho já estão presentes nestes estudos. Daí porque termos dito noutro lugar desse trabalho que o Brasil parece se singularizar em termos teóricos por fazer pesquisas empíricas que servem de fundamento empírico de teses estritamente teóricas, por assim dizer. Existe também casos em que a própria matriz teórica - Jordi Borja²²³,

²¹⁶ Cf. Cornelius Castoriadis. Op. Cit., p.21.

²¹⁷ Cf. Alain Touraine, *Production de la Société*. Paris: Seuil, 1973; *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1974, dentre outros.

²¹⁸ Cf. Tilman Evers, *Identidade: a face oculta dos movimentos sociais*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, v.2, n. 1, abr.1983.

²¹⁹ Cf. Ernesto Laclau. *Os movimentos sociais e a pluralidade do social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1. 1, out/1986.

²²⁰ Bernardo Sorj, Fernando H. Cardoso e Maurício Font. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²²¹ Jürgen Habermas. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²²² Claus Offe. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madri: Sistema, 1982.

²²³ Cf. Jordi Borja. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires: SIAP, 1972.

Manuel Castells²²⁴ - está fundamentada num estudo empírico, de caso, no entanto, com todos os seus problemas já abordados anteriormente, ou seja, serem estudos cuja problemática está no plano de realidade. Gostaria, contudo, de fazer uma citação, só para exemplificar, o pressuposto estabelecido por Castells.

Diz ele,

*“Para compreender o movimento cidadão [Movimentos Sociais Urbanos] é absolutamente necessário partir de sua observação concreta, da forma pela qual se desenvolve e das ações e organizações que o integram.(...)Assim, pois, antes de entrar na análise concreta da experiência dos bairros aqui e agora, trataremos de apresentar um panorama geral da relação entre movimento cidadão e a problemática econômica e política do capitalismo avançado(...)Mas a verdade é que algumas das análises, hipóteses e conclusões desse livro dizem respeito a outros setores diferentes das associações de vizinhos. Para isso baseamo-nos num conhecimento prático do conjunto do movimento, embora não tenhamos querido afirmar nada de concreto sobre aquelas organizações e atividades que não conseguimos incluir em nossa pesquisa sistemática.(...)Para que a teoria possa fundamentar-se na prática, requer-se uma implicação pessoal na política e nos movimentos sociais.(...)Em compensação, numa fase posterior à pesquisa, quando as entrevistas forem codificadas e traduzidas em termos de variantes, poderemos facilitar os cartões perfurados àqueles pesquisadores interessados que forem inequivocamente amigos do movimento cidadão”.*²²⁵

²²⁴ Cf. Manuel Castells. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980. Aí encontram-se as principais premissas que fundamentam boa parte das análises dos “movimentos sociais” no Brasil.

²²⁵ Idem. pp. 15-16-17-191.

Diga-se de passagem, Castells é um dos autores de maior influência, dentre outros, na produção de conhecimento²²⁶ sobre os processos sociais brasileiro. O autor ainda detalha, inclusive com um roteiro, em que consistiu os passos da chamada “pesquisa de campo”. No que estamos indicando aqui isso significa que os processos sociais estudados no Brasil podem ter deixado de ser compreendido na sua profundidade própria e acabaram por não contribuir para explicar, de um ponto de vista estritamente teórico, as dimensões das mudanças que esses expressaram. Daí inclusive as críticas²²⁷ principais sofridas centrarem-se na questão do Estado, isto é, não haver uma análise que tome o Estado nas suas nuances próprias. Ao se apropriar da concepção analítica não se fez a devida reflexão crítica quanto aos fundamentos que a orienta. Essa veio a ser feita só recentemente²²⁸.

Enfim, algumas teorias estão fundamentadas numa análise do Estado, em que esse é entendido enquanto próprio da chamada sociedade pós-industrial e a interpretação dos “movimentos sociais” tem sua fundamentação explicativa centrada aí. Aqui, como o *parti pris* predominante é a definição por uma *teoria de campo*, como bem assinalaram alguns autores²²⁹, a perspectiva teórica foi apropriada para pensar os processos sociais sem a devida consideração crítica quanto a

²²⁶ Irllys Barreiro, Safira Bezerra Ammann, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren conforme obras já citadas, dentre outros.

²²⁷ Cf. Pedro Jacobi. **Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80**. Rio de Janeiro: ANPOCS-BIB, n°23, 1ª semestre de 19987.pp.18-33; Ruth C.L. Cardoso, **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²²⁸ Cf. Edson Nunes. **Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos**. São Paulo: Revista Lua Nova, N° 17, junho /89.p.67-91. Trata-se de uma crítica às análises baseadas nessa perspectiva analítica, contrapondo-se, para tanto, o aporte teórico thompsoniano, desenvolvido em **“Tradição, revolta e consciência de classe”**, que aliás passa a influenciar diversos estudiosos brasileiros.

²²⁹ Pedro Jacobi, Ilse Scherer-Warren, Lúcio Kowarick, em trabalhos aqui anteriormente já citados.

essa questão, o que supõe que as explicações aqui o levaram em consideração ou o ignoraram. Ou seja, passa-se ao largo de toda singularidade histórico-social brasileira. É, portanto, quanto a isso que nos referimos no tópico anterior e daí a sua importância analítica nesse trabalho, isto é, procurando demonstrar a complexidade em abraçar tal ou qual aporte teórico sem uma devida reflexão quanto à sua problemática em exame e quanto ao método que essa suporta.

Há, assim, uma *concepção de conhecimento* que longe de possibilitar o conhecimento, cria-se um obstáculo ao próprio processo da produção de conhecimento, segundo nosso ponto de vista. O que é e o que não é a realidade concreta, ou mesmo, só a realidade? Podemos dizer - sem sombra de dúvidas - que a realidade em si mesma não é nem concreta e nem tampouco abstrata e que é, ao mesmo tempo, concreta e abstrata. Portanto, em si mesma, nem é e nem deixa de ser! O que é ou deixa de ser o é analiticamente!

Essa questão, todavia, é bastante séria e se apresenta como de difícil *compreensão* mesmo entre os mais experientes e especialistas. Senão vejamos esta perspectiva de compreensão acerca da prática teórica enquanto lugar da produção da 'realidade' (teórica) em três autores, sendo que os três referem-se à mesma ordem do problema em questão, todavia, dando respostas diversas. E apesar das respostas formuladas serem diferentes, os dois primeiros, no entanto, acabam num certo sentido convergindo quanto à concepção de conhecimento, embora não alcançando devidamente o problema, segundo o nosso ponto de vista. O terceiro, por fim, é que coloca a questão no seu devido lugar em consonância com a tradição do pensamento.

Assim, para Demo,

1. "Um dos problemas mais cruciais da ciência é sua coincidência com a realidade estudada. Será que a teoria do subdesenvolvimento coincide de fato com a realidade do subdesenvolvimento? Como posso garantir esta desejada coincidência entre pensamento

e pensado? A idéia que faço do Brasil é o Brasil real ou não?".²³⁰

Mas diante dessa dúvida quanto à possibilidade ou impossibilidade da teoria coincidir com a realidade mesma, cuja compreensão expressa a sua *concepção* do que seja a objetividade científica, o mesmo autor propõe

"Por isso propomos substituir o conceito de objetividade pelo de objetivação. De um lado, podemos certamente afirmar que o ideal da ciência é o conhecimento objetivo, exato, fidedigno da realidade".(Demo.p.19) "Não podendo ser realizada a objetividade, por razões lógicas e sociológicas, e permanecendo ela o ideal máximo da ciência, dizíamos que o critério mais importante da demarcação científica é a objetivação, a saber, o esforço controlado de conter a subjetividade dentro dos limites da suposta objetividade (deixar os fatos falar!). Trata-se de um esforço, porque não conseguimos realizar plenamente, mas é essencial conservarmos esta meta, para não fazermos do objeto construído um objeto inventado".²³¹

Malagodi, no entanto, tem, ao contrário de Pedro Demo, certeza quanto à possibilidade da teoria coincidir com a realidade, isto é, conhecer a realidade concretamente e o que o assegura disso é a teoria dialética. Daí o mesmo ousar dizer qual é o procedimento metodológico *adequado* às ciências sociais, num estudo que fez, concorrendo para ingresso de provimento de cargo de professor Titular, cujo objetivo analítico foi discutir algumas "notas epistemológica e metodológica sobre a teoria dialética". Assim, diz o autor

2. "Qual é o procedimento adequado para as ciências sociais? A teoria dialética sugere que o caminho correto é aquele que vai do abstrato para o concreto. Mas qual a segurança que se pode ter quando se

²³⁰ Cf. Pedro Demo. Op. Cit., p.18.

²³¹ Idem. p.19.

passa da 'abstração' para a 'concretude'? O próprio Marx sugere que, aparentemente o correto é começar pelo real e pelo concreto. Mas o que é o real e o concreto, senão aquilo que se busca e se quer atingir?".²³²

E como se pode perceber, para o autor, o real e o concreto é o que se busca e o que se quer conhecer. Mas é conhecer, conhecer concretamente, ou, ao contrário, conhecer é conhecer teoricamente? Afinal não foi o que fez Marx e não é o que ele diz, ou seja, para ele o concreto da teoria é o concreto pensado e o concreto pensado não é outra coisa, caso não tenhamos compreendido, senão a teoria, o trabalho do pensamento enquanto instância de construção da realidade (teórica).

Mas, segundo ainda a insistência de Malagodi, quando é que teremos o concreto real?

"(...)Pois, ao começar, supomos estar tratando do concreto e do real, mais isto só o saberemos quando finalizarmos a pesquisa. Só ao final deste processo de investigação, que envolve leituras diversas, coleta de informações, análises dos dados levantados e compreensão final da realidade pesquisada, é que teremos o concreto real".²³³

Para nós, no entanto, dizemos que "conhecer concretamente" é conhecer teoricamente e que conhecer teoricamente é (des)conhecer concretamente, visto que conhecer teoricamente é a única maneira possível de conhecermos concretamente do ponto de vista da ciência, o que se distingue de outras formas de apropriação de saber, como na arte, no trabalho, na religião, etc. Para o autor, no entanto,

"Mas como então poderei chegar ao verdadeiro concreto? Se a realidade existe aí, e se é ela que devemos e queremos conhecer, é claro que ela terá

²³² Cf. Edgard Malagodi. *Notas Epistemológicas e Metodológicas Sobre a Teoria Dialética: pontos para uma releitura de Marx*. Campina Grande-PB: CH-DSA-UFPB II, 1993. Tese de Titular. Mimeo. p.87.

²³³ Idem. p.87.

*que ser a fonte deste conhecimento concreto e verdadeiro. (...)Então trata-se de descobrir um método que seja capaz [de] nos levar do abstrato imediato ao concreto real e efetivo. Para isso, temos pois que descobrir o caminho que evite os tropeços do pseudo-concreto. Temos que evitar a ilusão do 'conhecimento', essa impressão geral que se tem de tudo. Qual é este caminho?".*²³⁴

*"Deste modo, a abstração deixar de ser fonte de equívocos para ser um método científico. Torna-se uma efetiva capacidade de aquisição de conhecimentos da realidade que, por tornar-se conhecida adequadamente, torna-se uma realidade concreta para nós".*²³⁵

*"O método do materialismo dialético, ao abandonar o caminho que percorrem as teorias formalistas, idealistas e empiricistas, o faz de uma forma consciente e crítica, em nome de seu apego ao próprio real".*²³⁶

Como podemos perceber, apesar de perspectivas diversas, há em ambos, no entanto, um núcleo de convergência, que está explicitado quanto à concepção de realidade e de objetividade. Ambos partem da noção de que a ciência trata da realidade concreta e que o conhecimento científico busca conhecê-la. Isso sem sombra de dúvida beira[se já não for!] o positivismo²³⁷ buscando a exatidão, a objetividade enquanto conhecimento objetivo. É o espectro do positivismo mostrando toda a sua força, mesmo quando se pretende criticá-lo!

"(...)Assim, o conhecimento concreto é fruto da realidade exterior, do mundo que nos cerca, mas com a qual estamos diretamente em contacto, e da qual também fazemos parte. Supera-se assim a sua

²³⁴ Ibidem. p.97.

²³⁵ Idem ibidem. p.100.

²³⁶ Ibidem idem.p.86.

²³⁷ Cf. Alberto Cupani. Op. Cit., pp.13-20.

*exterioridade, combinando-se o princípio formal com o princípio real do conhecimento".*²³⁸

Portando, mais uma vez, no que vimos indicando até aqui, essa questão surgiu com o nascimento das ciências sociais²³⁹ e a sua *(in)compreensão* devidamente clara é que leva ou tem levado à transgressão entre planos de análise e plano de realidade, bem como suscitado o desenvolvimento cada vez mais crescente do que estamos denominando aqui de uma *teoria de campo*²⁴⁰, e que, em outras palavras, nada mais é senão a elaboração de *estratégias* de (des)conhecimento da realidade, a construção de novas técnicas de pesquisa que de *per si* possibilitaria o conhecimento da "realidade-efetiva", do "objeto concreto", como querem alguns autores.

É batendo-se com essa questão que Guilhon formula de maneira sintética em que consiste a confusão que fazem os estudiosos da realidade (social) mas ao mesmo tempo em que consiste o trabalho teórico. Assim, diz ele

²³⁸ Ibidem Idem.p.102.

²³⁹ Cf. Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Op. Cit., p.13-67. Aí o autor discute a herança pelas ciências sociais das noções de método e verdade, no entanto, para nós deve-se incluir também a noção de objeto e essa é uma das questões, ao nosso ver, fundamental.

²⁴⁰ Cf. Alba Zaluar Guimarães. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990; pp.9-174. Aí está condensada toda construção teórica do que vimos denominando de *teoria de campo* ou, nas palavras da autora, aí "contém a teoria da pesquisa de campo", estando presente, todavia, outras questões por nós abordada. A noção de "sujeitos da pesquisa" é bastante interessante, pois os supõe, ao mesmo tempo, como "objeto" e como sujeito, portanto, não-objeto. Ver, ainda, a esse respeito, Lea Carvalho Rodrigues. *Rituais na Universidade. uma etnografia na Unicamp*. Campinas-SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. pp.40-44.; Otávio Cruz Neto, "O trabalho de campo como descoberta e criação" In Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998; pp.51-66.

3. *"Se uma coisa não é seu próprio conceito e se um conceito não é uma coisa, é necessário evitar-se também as abordagens empírica e racionalista. Uma e outra confundem, cada uma à sua maneira, o plano de realidade e o plano da análise. No primeiro caso, o termo teórico 'aproxima-se' da racionalidade intrínseca do real; no segundo, o real é concebido como participante da racionalidade teórica. (...) cremos ter mostrado suficientemente que qualquer totalidade concreta já é um arranjo - no pensamento - de objetos discretos que poderiam ser arrumados diferentemente (no pensamento). Se a multiplicação de entidades teóricas não faz um objeto real, a multiplicação de objetos reais (ou de experiências baseadas nos objetos concretos) não constitui um conceito. (...) Apesar dessas 'imprecisões', é necessário admitir, com os racionalistas, que é o pensamento que ordena o concreto, mas o ordena no pensamento. O real não é, em si mesmo, nem dinamismo nem ordem, dinamismo e ordem são idéias. O trabalho do pensamento consiste justamente na produção de uma ordem no caos aparente através da qual o pensamento se apropria inicialmente desse trabalho de ordenação. A essência da teoria consiste nesse trabalho de ordenação".*²⁴¹

No entanto, após apontar a confusão comumente presente quanto a discussão dessa questão, e procurando assinalar de forma inequívoca, simples e sucinta, Guilhaon coloca o fundamental da epistemologia fundada por Marx, da seguinte forma:

"Que toda teoria é teoria do modo de produção de um dado efeito, é provado pela passagem do questionamento pré-científico do 'por que' e do 'o que' para o 'como' da prática científica. Não é outra coisa, 'a nova maneira de tratar dessas questões' de que falava Marx a propósito de seu próprio método. Toda a 'revolução filosófica' que está em questão a propósito de Marx está contida em sua fórmula da

²⁴¹ José Augusto Guilhaon Albuquerque. *Instituição e Poder...* Op. Cit., pp. 26-27.

Introdução: o pensamento se apropria do real de uma maneira que lhe é própria [possível], análoga à apropriação do real pela arte, a religião, o trabalho.

Tudo está aí:

- a) a distinção entre real e teórico;*
- b) a concepção do teórico como trabalho que se apropria do real;*
- c) a idéia de que esse trabalho opera de um modo específico [pelo pensamento].*

(...)

Podemos agora formular diferentemente os princípios epistemológicos da ciência que Marx inaugura e aos quais fizemos alusão acima:

- 1. Qualquer ciência nasce da distinção, na prática, entre o plano da realidade e o plano da análise.*
- 2. Todo o trabalho científico é produção de uma ordem teórica existente no pensamento.*
- 3. Toda teoria científica é teoria do modo de [da] produção de uma ordem teórica.*
- 4. Toda teoria científica trata do modo de [da] produção de uma dada ordem".²⁴²*

Isso porque, cabe aqui ressaltar, entendemos que não é na realidade que se deve buscar a prova da autonomia das estruturas (teóricas) mas na estrutura da teoria que nos autoriza a fazer análises autônomas. Essa parece ser a dificuldade de compreensão tão simples presente nos estudiosos dos processos sociais aqui abordados. É tomando por base a realidade concreta (não teórica) e contrapondo-a à teoria que nos dias atuais afirma-se a *crise do marxismo*, em particular, ou, à chamada *crise dos paradigmas*, de maneira geral.

Assim, as ciências sociais vivem a se bater com um pressuposto e um paradigma de ciência, portanto, refém a um "modo de pensar" que submete a capacidade criadora a um modelo de ciência positivista no sentido que os seus pressupostos têm que ser os únicos referenciais. Assim, segundo Martins,

²⁴² Idem.pp.27-28.

"O modelo em que a idéia de uma ciência exata se desenvolveu foi o da moderna ciência exata matematizada, cujo objeto - a natureza - é entendido como o conjunto de leis, como em-si objetivo, estranho a nós, independente de nós. A neutralidade como condição de possibilidade de objetividade é correlata a este em-si, como característica do objeto da ciência natural desde Newton".²⁴³

Aí o autor indica como o modelo das ciências naturais está presente nas ciências sociais voltadas para a pesquisa de campo, em que o objeto é entendido como algo exterior ao sujeito e que deve se deixar conhecê-lo e nesse caso as práticas sociais são equiparadas à natureza tal qual nas ciências tidas como naturais. A questão da objetividade, portanto, está relacionada à existência do "objeto concreto" de análise, que pode ser observável, etc. Senão vejamos, por exemplo, o que diz ainda o mesmo autor:

"A expansão desse modelo para toda e qualquer ciência deu certo porque as ciências sociais de facto também procedem assim, e com sucesso. As ciências que investigam as relações sociais como um fato natural e que submetem seus 'objetos' a uma tal análise podem fazê-lo porque as relações sociais não aparecem apenas como tais, mais parecem ser parte de uma determinada natureza. Pesquisas de opinião, protótipo da ciência social coisificante, reduzem as consciência dos homens, de si próprios e das condições políticas e sociais sob as quais vivemos, a objetos pesquisáveis como camadas geológicas quaisquer: elas seriam transformadas numa espécie de natureza petrificada e as relações que refletem aparecem ao homem como meras formações estáticas e, de alguma forma, de fato o são - sendo

²⁴³ Cf. Estevão de Resende Martins, *"Pluralismo Científico: Função, gênese e crítica de um conceito polêmico"*.p.116. In Ernildo Stein e Luís A de Boni (Org.). *Dialética e Liberdade*. Petrópolis-RJ: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993; pp.104-116.

então tomadas como aparecem, como dado bruto".²⁴⁴

É quanto a implicação teórica daí decorrente o que estamos tentando comunicar teoricamente, portanto, contrariando os autores que dizem o contrário, ou, melhor dizendo, aqueles cujo acento analítico está voltado para afirmar tal perspectiva. O sucesso de tais abordagens está relacionado, na maioria dos casos, às "evidências das ideologias teóricas".²⁴⁵ Essa é, na verdade, o grande obstáculo à discussão teórica. Mais que isso, trata-se do fundamento positivista que impõe a necessidade de um objeto "empírico" como condição de produção de conhecimento.

No que vimos indicando até aqui, pretende-se na verdade apontar que no processo da produção de conhecimento é hegemônico no Brasil partir-se da "estaca zero", por assim dizer, vez que não se estabelece o que já indicamos alhures [item 1.3], isto é, uma simbiose entre o conhecimento pretérito e conhecimento presente-futuro. Diga-se de passagem, no Brasil, mas não só, é muito comum referir-se ao conhecimento pretérito enquanto "balanço bibliográfico", "balanço da literatura". Praticamente não os reconhece enquanto resultado do processo de trabalho (teórico). Trata-se simplesmente de recorrer a categorias analíticas que explicitam significados, sentidos que parecem estar fora da teoria, portanto, presente nos dados empíricos. É Castoriadis, portanto, quem indica de forma clara que "na verdade, há pontos de vista sucessivos; e é ocupando eu próprio um ponto de vista que 'vejo' ao mesmo tempo o que é visto e a trajetória onde se situam aqueles que, até aqui, tentaram ver".²⁴⁶

²⁴⁴ Idem. p.116.

²⁴⁵ Cf. Louis Althusser. *Sobre o Trabalho*. Op. Cit., p.45.

²⁴⁶ Cf. Cornelius Castoriadis. Op. Cit., pp.20-21.

Vejamos o que diz acerca da subjetividade enquanto aspecto definidor da prática teórica englobando de uma só vez as ciências de maneira geral, ou seja, (des)adjetivadas e pondo 'fim' à polêmica positivista quanto à natureza da dimensão de objetividade que seria próprio das ciências naturais e que seria, portanto, impróprio, a menos que as copiassem, às ciências sociais. E o faz tomando como base o paradigma da ciência moderna, por assim dizer. O que implica dizer, a partir daqui, que a tese positivista do pressuposto da neutralidade científica volta-se contra o próprio positivismo à medida que sendo a *subjetividade* a marca definidora do fazer científico, o contrário disso, seria a não ciência. Assim, para encerrarmos, diz Rajagopalan:

"Mesmo que não cheguem a constituir-se em belos contos de fada, nossas teorias não passam de 'livres criações da mente humana'. Quem assina embaixo é o próprio Albert Einstein, 'monstro sagrado' da ciência moderna, modelo indiscutível da pesquisa científica e, por sinal, ídolo incondicionalmente reverenciado pelo próprio Popper".²⁴⁷

3.4. Algumas Considerações Finais

Como referimo-nos anteriormente no decorrer do texto, a tentativa de indicar o lugar de representação dos processos sociais na teoria social, tomando os "movimentos sociais" como objeto historiográfico não é tarefa fácil no âmbito das ciências sociais. E isso porque mais uma vez aqui está colocado o esforço de comunicação, na teoria, que geralmente não é tarefa muito fácil. Principalmente quando se trata, em ciência, de

²⁴⁷ Cf. Kanavillil Rajagopalan. *"Prefácio"*. In Maria José Coracini. *Um Fazer Persuasivo: O discurso subjetivo da ciência*. Op. Cit. , p.14.

um trabalho de “escavação” em que a sensação é, como diz um grande sábio grego, de “perder-se em galerias que só existem porque as cavamos incansavelmente, girar no fundo de um beco cujo acesso se fechou atrás de nossos passos - até que essa rotação, inexplicavelmente, abra, na parede, fendas por onde se pode passar”. Tudo que tratamos está aí, poderíamos dizer e até encerrar! Mas começando outra vez!

A prática teórica dá-se como instância autônoma (simultânea) da criação de objetos de conhecimento (teórico) e do modo da produção de conhecimento (teorias) enquanto resultado dum processo de trabalho (do pensamento). Tal a razão que faz com que um pensador estabeleça como tarefa teórica imediata, “mostrar neste livro que a pobreza de pensamento e a riqueza de ilusões políticas [e analíticas] contribuem para nos conduzir a tragédias e desastres”.²⁴⁸

E tendo dito isto, gostaríamos nesse momento (não)conclusivo de corroborar alguns pontos de vistas que desenvolvemos ao longo deste texto, mas que como recomenda o ofício devemos (re)apresentá-los de forma sintética numa tentativa sempre presente de buscar comunicar o objeto de nossa reflexão teórica. Assim, pontuamos enquanto considerações finais os seguintes aspectos.

Primeiramente que há duas perspectivas diversas, de abordagem analítica, mas que, na prática teórica brasileira tem como predominância a definição pelo que denominamos provisoriamente de “teoria de campo”. O que demonstra a dificuldade de distinção entre objeto de conhecimento e “objeto percebido”, tendo assim, como recorrência, a constante *transgressão* de planos de análise e de realidade.

Que do nosso ponto de vista, neste trabalho, mas que não é só nosso, teoria e método, constituem as premissas fundamentais no processo da produção de conhecimento, mas que entre os estudiosos

²⁴⁸ Cf. Edgar Morin. *As Grandes Questões do Nosso Tempo*. Lisboa: Editorial Notícias, 1994; p.10.

dos "movimentos sociais" são ora subordinados, servindo apenas para confirmar um "olhar ao nível do imediato", ou, ora hipervalorizados, à medida que são apropriados enquanto instrumentais de análise sem, no entanto, a devida consideração crítica. Daí porque termos indicado que ao se apropriar de uma perspectiva teórica estamos - quer tenhamos consciência ou não - nos inscrevendo numa problemática teórica determinada.

Num esforço exclusivo tentamos demonstrar ainda que a trajetória dos "movimentos sociais" na teoria social é marcada por um permanente dilema epistemológico e caracteriza pela busca da (in)definição, constituindo-se assim como um obstáculo teórico-metodológico ao estudo dos processos sociais.

Indicamos analiticamente, por outra parte, como os chamados "movimentos sociais urbanos ou novos movimentos sociais" marca uma ruptura com o paradigma de análise dominante até então e como os mesmos ganharam notoriedade analítica a partir da década de 1970, mas como simultaneamente essa "nova" concepção teórica operou-se uma fissura analítica entre os processos sociais ocorridos no campo e na cidade.

Analisamos duas correntes teóricas que influenciaram analiticamente os estudos dos processos sociais brasileiro, tentando indicar quais os fundamentos analíticos aí presentes, e como nos mesmos já estão alguns dos problemas por nós discutidos e que se encontram - por herança de abordagem - presente nos estudos desenvolvidos aqui.

Tratamos, para finalizarmos, do escopo dominante nas análises sobre "movimentos sociais" no Brasil, tentando de fato demonstrar a predominância dos estudos pelas "ações coletivas" urbanas e como essa perspectiva diz respeito à concepção e compreensão da problemática enquanto tipicamente da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon. *Instituição e Poder. A Análise concreta das relações de poder nas instituições*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhaon. "Introdução - Classe Média: Caráter, Posição e Consciência de Classe" In *Classes Médias e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.11-31.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud. Introdução Crítico-histórica*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *Sobre o Trabalho Teórico*. Lisboa: Editora Presença, 1967.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de Bairro. De frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas-SP: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *Philosophie du non*. São Paulo: Abril Cultural,
- BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

- BERMAN, Marshall. *Tudo que Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BORGE, Vavy Pacheco. "*História Política: Totalidade e Imaginário*". Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos-FGV, Vol.17, Nº9, 1996.p.151-159.
- BORJA, Jordi. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Siap, 1975.
- BOUDON, Raimond. *O Lugar da Desordem*. Lisboa: Gradiva, 1990.
- BOUDON, Raimond. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BRAGA, Elza Franco e BARREIRA, Irllys Firmo (Coord.). *A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demórito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.
- BRAGA, Uiracy de Souza. *Das Caravelas aos Ônibus Espaciais: A Trajetória da Informação no Capitalismo*. São Paulo: ECA-USP, 1994. Tese de Doutorado.
- BRAGA, Uiracy de Souza. *Trabalho e Conhecimento: Efeitos Econômicos e Políticos na Reprodução do Trabalho no Brasil, 1960-80*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1990. Dissertação.
- BRYNE, Paul de et all. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BUZZI, Ancângelo R. *Introdução ao Pensar. O Ser, o Conhecimento, a Linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *"História Política"*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos-FGV, Vol.17, Nº9, 1996.p.161-165.
- CARDOSO, Fernando Henrique et alll. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *"Formação do Capitalismo e as Classes Sociais na América Latina: Problemas e Algumas Questões de Método"* .p.53-83. In José A Guilhaon Albuquerque (ORG.). *Classes Médias e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.53-83.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento -Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *"A trajetória dos movimentos sociais"* In Evelina Dagnino (Org.). *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.pp.81-90.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. (Org.). *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Balanço dos Movimentos Sociais na América Latina*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, vol.1, n.3, fev-1987.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia*. In Fábio Wanderley e Guilherme

- O'Donnell. *A democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de e LENIADO, Ruth Nádia. *"Movimentos sociais e democracia: novos fatos em busca de uma teorização"*. Salvador-Ba: Caderno CRH, nº 13 -Julho-Dez,1990.p.81-99.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1980.
- CASTELLS, Manuel. *Lutas Urbanas e Poder Político*. Porto: Cidade em Questão, 1976.
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos Sociales Urbanos*. Madrid:Siglo Veintinno Editora, 1974.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CAVALCANTI, Ângela Maria Lopes. *"E o suor que perco todo dia, não vale nada?"(A comercialização da produção familiar em Lagoa Seca-PB)*. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-DAS, 1997.Dissertação.
- CERTEAU, Michel. *"Relatos de Espaços"* In *A Invenção do Cotidiano.1.Artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.p.199-217.
- CHAUÍ, Marilena. (Org.). *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra-CEDEC, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. São Paulo:Cortez,1993.
- CHAZEL, François. *"Movimentos Sociais"* In Raymond Boudon. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar,1995.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. *Um Fazer Persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ-Pontes, 1991.

CRUZ NETO, Otávio. *"O trabalho de campo como descoberta e criação"*
In Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.p.51-66.

CUPANI, Alberto. *A Crítica do Positivismo e o Futuro da Filosofia*. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1985.

D`ALESSIO, Márcia Mansor e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco in *"A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)"*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos-FGV, Vol.17, Nº9, 1996.p.123-149.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, Pedro. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.

DOIMO, Ana Maria, DOXSEY, Jaime R. e BELING NETO, Roberto. *"Os novos movimentos sociais -teoria e prática"*. São Paulo: ANPOCS-Ciências Sociais Hoje, 1986.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a Voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

EVERS, Tilman. *Identidade - a face oculta dos novos movimentos sociais*.

In Novos Estudos do CEBRAP, nº4, v.2.abril de 1984.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1963.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo,1975.

FERNANDES, Florestan, "*As perspectivas fundamentais da explicação sociológica*" In *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.p.57-74.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1986.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *Da "Consideração" ao "Ganho": Redefinições das relações de Poder no Discurso "Camponês"*. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-Mestrado em Sociologia, 1993.Mimeo.

FOUCAULT, Michael. *Theatrum Philosophicum - Nietzsche, Freud & Marx*. São Paulo: Princípio, 1987.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRANK, André Gunder e FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. são Paulo: Lua Nova. Revista de Cultura e Política. Nº 17, Junho/89.p.19-48.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis-RJ: Vozes,1997.

- GOHN, Maria da Glória. *Lutas populares urbanas; um estudo sobre os movimentos urbanos destacando a luta por creche em São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais. A Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes-Fase, 1987.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- GUTIÉRREZ, Fernando Calderón, "Os movimentos sociais frente à crise"
In Ilse Scherer-Warren, *Uma revolução no Cotidiano?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

HOBBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos. Estudo de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOBBSBAWM, Eric J. "O ano em que os profetas falharam" In 5º Caderno. Folha de São Paulo. São Paulo, 10-05-98. Mais!.

IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia: O Pensamento Sociológico Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octavio. "Os horizontes do pensamento sociológico". In *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização, 1997. pp.165-182.

JACOBI, Pedro. "Movimentos sociais- teoria e prática em questão" In Ilse Scherer-Warren. *Uma Revolução Cotidiano?*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas sociais por saneamento básico e saúde*. São Paulo, 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.

- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos Anos 70 e 80*. Rio de Janeiro: ANPOCS-BIB, n. 23, 1º semestre, 1987.pp.18-33.
- KAUFMANN, Felix. *Metodologia das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KOWARICK, Lúcio. *"As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo"* In Lúcio Kowarick (Org.) *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. São Paulo: CEDEC- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea-SP.
- KUNT, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- LACLAU, Ernesto. *Os movimentos sociais e a pluralidade do social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1. 1, out/1986.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LEITE, Marcia de Paula. *"Reivindicações Sociais dos Metalúrgicos"* In Maria Tereza Leme Fleury & Rosa Maria Fischer (Coord.). *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.
- LOJIKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LYOTARD, Jean-François. *O Pós Moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

- MALAGODI, Edgard. *Notas Epistemológicas e Metodológicas Sobre a Teoria Dialética. pontos para uma releitura de Marx*. Campina Grande-PB: CH-DSA-UFPB II, 1993. Tese de Titular. Mimeo.
- MARTINS, Estevão de Resende. *"Pluralismo Científico: Função, gênese e crítica de um conceito polêmico"* In Ernildo Stein e Luís A de Boni (Org.). *Dialética e Liberdade*. Petrópolis-RJ: Vozes; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993. p.104-116.
- MARONI, Amneris. *A Estratégia da recusa (Análise das greves de maio de 1978)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil*. São Paulo: Revistas Estudos Avançados 9(25), 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no Chão da Noite. Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil - Um desafio histórico-político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MARX, Karl. *Contribuição Para Crítica da Economia Política*. Lisboa: Ed. Mandacaru, 1977.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1991

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELO, Antônio Carlos Pires de. **"Todos têm certas coisas na cabeça e querem atuar". Lições do Patac: uma ONG que se propõe a melhorar as condições de vida dos camponeses do Nordeste do Brasil**. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-DAS, 1995. Dissertação.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. São Paulo: Revista Lua Nova, N17, Ano 1989.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MOISÉS, José Álvaro. **Classes populares e protesto urbano**. São Paulo: FFLCH-USP, 1978. Tese de Doutorado.

MONTEIRO, Lucira Freire. **Bonecas e Vassouras. Vida e trabalho doméstico dos adolescente do Campo na Cidade**. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-DAS, Nov/1996. Dissertação.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, Edgar. **As Grandes Questões do Nosso Tempo**. Lisboa: Editorial Notícias, 1994.

MOTA, Carlos Guliherme. **Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

MUNK, Gerardo L. **Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: DADOS- REVISTA DE CIÊNCIAS SÓCIAIS. Vol. 40, nº 1, 1997. IUPERJ. p.105-124.

NEGRI, Antonio. **"Primavera e aulas para homens vivos"** In 5º Caderno. Folha de São Paulo. São Paulo, 10-05-98. Mais!

NUNES, Edison. *Carências urbanas e reivindicações populares- notas*. São Paulo: Cortez-ANPOCS, 1986.

NUNES, Edson. *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos*. São Paulo: Revista Lua Nova, Nº 17, junho /89.p.67-91.

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OFFE, Claus. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madri: Sistema, 1982.

OLIVEIRA, Dalva Felipe de. *Mulher, trabalho e vida no campo. Um estudo junto à mulher da comunidade rural do Ligeiro: Cariri Paraibano*. Campina Grande-PB: UFPB II-CH-DAS, 1996.Dissertação.

OTTMANN, Götz. *"Movimentos Sociais Urbanos e Democracia no Brasil- Uma Abordagem Cognitiva"*. São Paulo: Novos Estudos, 1995. p.187.

PAIXÃO, Clodoaldo Almeida da. *Sociologia Compreensiva - Uma Proposta Epistemológica*. Feira de Santana: Cadernos de Educação - UEFS, Ano 01, nº 02, 1996.

PAOLI, Maria Celia. *"As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero"*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, Nº31, Outubro-1991.

PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico: o espaço não popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

PEREIRA, Otávio. *O que é Teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo. Brasiliense, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Notas Introdutória à Lógica Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

QUEIROIZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUEIROIZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "Prefácio". In Maria José Coracini. *Um Fazer Persuasivo: O discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas-SP: Pontes, 1991.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é Positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, Lea Carvalho. *Rituais na Universidade. uma etnografia na Unicamp*. Campinas-SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. "Do Pós-Moderno ao Neo-Moderno" in TB, Rio de Janeiro, 84-5/9, janeiro/março; 1986.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Eder e Paoli, Mara Célia. *Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes*. In Ruth Cradoso et al. *A Aventura Antropológica: Teoria e Prática*. Paz e Terra, 1986; pp.39-66.

- SANCHIS, Pierre. *"Prefácio"* In Ana Maria Doimo. *A vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará:ANPOCS, 1995.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do Romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria:Ed. da UFSM, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma revolução no Cotidiano?*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando H. e FONT, Maurício. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TELLES, Vera da Silva. *"Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos"* In Lúcio Kowarick (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- TELLES, Vera da Silva. *"Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70"* In Ilse Scherer-Warren. *Uma revolução no Cotidiano?*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- TELLES, Vera da Silva. *A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes; os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. São Paulo: FFLCH-USP, 1984. Dissertação de Mestrado.
- TOURAINÉ, Alain. *"Intervenciones del Estado y Movimientos Sociales"* In *América Latina: Política y Sociedad*. Madrid: Espasa-Calpe, 1988.p.161-288.
- TOURAINÉ, Alain. *"Movimentos sociais e ideologia nas sociedades dependentes"* In José A. G. Albuquerque (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.p.35-52.
- TOURAINÉ, Alain. *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978.
- TOURAINÉ, Alain. *"O Sujeito como movimento social"* In *Crítica da Modernidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.p.247-268.
- TOURAINÉ, Alain. *La voix et le regard*. França: Éditions du Seuil, 1978.
- TOURAINÉ, Alain. *O Pós Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la Société*. França: Éditions du Seuil, 1973.
- TOURAINÉ, Alain. *Os Movimentos Sociais* In Marialice Mencarini Foracchi e José de Souza Martins (Orgs.). *Sociologia e Sociedade. Leituras de Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.pp.335-365.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. *"Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina"* In Ilse Scherer-Warren. *Uma Revolução Cotidiano?*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEBER, Max Weber, *"Burocracia"* in *Ensaio de Sociologia*. Brasília: Ed.UNB, 1995.

WESTERGAARD, J. H. *"Sociologia: O mito da ausência de Classe"* In Robin Blackburn (Org.). *Ideologia na ciência social. Ensaio crítico sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.p.110-149.